

)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Elisiane de Fátima Jahn

**ENVELHECIMENTO, CAMPESINATO E O CRÉDITO CONSIGNADO: o papel  
educativo de Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira com  
idosas camponesas e idosos camponeses**

Porto Alegre  
2018

Elisiane de Fátima Jahn

**ENVELHECIMENTO, CAMPESINATO E O CRÉDITO CONSIGNADO:**  
o papel educativo de Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira  
com idosas camponesas e idosos camponeses

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Johannes Doll

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre  
2018

## CIP - Catalogação na Publicação

JAHN, ELISIANE DE FÁTIMA  
ENVELHECIMENTO, CAMPESINATO E O CRÉDITO  
CONSIGNADO: o papel educativo de Movimentos Sociais  
em relação as estratégias de educação financeira com  
idosas camponesas e idosos camponeses / ELISIANE DE  
FÁTIMA JAHN. -- 2018.  
165 f.  
Orientador: JOHANNES DOLL.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação  
em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Envelhecimento. 2. Campesinato. 3. Crédito  
consignado. 4. Movimentos sociais educativos. 5.  
Aprendizado coletivo. I. DOLL, JOHANNES, orient. II.  
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Elisiane de Fátima Jahn

**ENVELHECIMENTO, CAMPESINATO E O CRÉDITO CONSIGNADO:**  
o papel educativo de Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira  
com idosas camponesas e idosos camponeses

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 31 de julho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Johannes Doll – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Bezerra Machado – FAGED/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isaura Isabel Conte – Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

---

Prof. Dr. Lucas Graeff – UNILASALLE

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup> Simone Valdete dos Santos -PPGEDU/UFRGS

Porto Alegre  
2018

*Dedico inicialmente esta tese de doutorado, às pessoas especiais que se fizeram presentes na minha vida, e que hoje me acompanham do plano espiritual.*

*À minha mãe, Jurema Maria, camponesa que me desafiou a seguir estudando.*

*Ao meu pai, Aloísio Alberto, com quem aprendi a arte da agricultura camponesa e me apresentou à militância nos Movimentos Sociais.*

*Ao meu pequeno Henrique Eduardo, anjo que sempre me acompanhou na trajetória de militância. Jamais vou esquecer seu último desenho, onde me apresentou os elementos do que queria para seu mundo melhor.*

*À minha avó materna, Erna, com quem aprendi os segredos e os desafios de envelhecer no campo.*

*Não poderia deixar de dedicar esta tese, aos camponeses e camponesas que contribuíram para a produção desse conhecimento.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Via Campesina, em especial ao Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento dos Pequenos Agricultores, que me acompanharam nessa caminhada de construção do conhecimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade em realizar o doutorado.

Meu agradecimento especial à Johannes Doll, meu orientador e grande mestre desde a graduação. Se hoje estou finalizando esse ciclo é porque acreditou em mim, me deu a mão quando precisei e me orientou quando estava sem rumo.

Agradeço à minha família, em especial à Emilly e Luiz Eduardo, que me ensinam um pouco a cada dia como ser educadora de minhas práticas como mãe e mulher.

*“A luz que me abriu os olhos  
para a dor dos deserdados  
e os feridos de injustiça,  
não me permite fechá-los  
nunca mais, enquanto viva.*

*Mesmo que de asco ou fadiga  
me disponha a não ver mais,  
ainda que o medo costure  
os meus olhos, já não posso  
deixar de ver: a verdade  
me tocou, com sua lâmina  
de amor, o centro do ser.*

*Não se trata de escolher  
entre cegueira e traição.  
Mas entre ver e fazer  
de conta que nada vi  
ou dizer da dor que vejo  
para ajudá-la a ter fim,  
já faz tempo que escolhi.”*

**Thiago de Mello**

## RESUMO

Esta tese de doutorado tem como tema de estudo o papel educativo dos Movimentos Sociais na vida de idosos camponeses e idosas camponesas, relacionando os campos de estudo campesinato, envelhecimento e crédito consignado. Possui como objetivos específicos: entender como o crédito consignado se relaciona com a vida de idosos e de idosas, pertencentes ao meio rural e que são integrantes de Movimentos Sociais; descrever as características do envelhecimento camponês, a partir de revisão bibliográfica, entrevistas, e observação participante realizada durante a pesquisa; identificar, a partir das falas de idosos e de idosas, bem como das lideranças locais, a importância dos Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira, o campesinato e o envelhecimento. A pesquisa participante foi realizada com 19 pessoas idosas dos municípios de Sagrada Família, Lajeado do Bugre, Ibirubá e Selbach, no Rio Grande do Sul. Juntamente ao trabalho com os camponeses e as camponesas, realizei entrevistas com três (03) lideranças locais do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Pequenos Agricultores. As entrevistas foram realizadas com pessoas entre 58 e 85 anos, sendo 15 (quinze) mulheres e 04 (quatro) homens. Apenas uma das pessoas idosas entrevistadas não havia participado de nenhuma atividade dos Movimentos Sociais citados, mas ela os conhecia e reconhecia sua importância para os sujeitos do campo. Para tanto, se procurou aproximar as compreensões sobre campesinato, envelhecimento, crédito consignado (que é apenas uma ação na vida financeira das pessoas) e movimentos sociais. Essa perspectiva permitiu um enlace de temas ainda pouco explorados, quando pensados em sua forma articulada. De resultados temos, além da construção teórica sobre campesinato, envelhecimento e crédito consignado, a percepção dos sujeitos entrevistados sobre tais assuntos, de modo a dar voz e visibilidade àqueles e àquelas que vivenciam essas questões no seu cotidiano. Com relação ao papel educativo dos Movimentos Sociais, percebemos o quanto o ato de movimentar-se muda as pessoas, que aprendem e de forma coletiva passam a ressignificar seus conhecimentos e suas práticas. As principais referências teóricas utilizadas para o campesinato foram: Wanderley (2009); Ploeg (2008); Carvalho (2005); Cardoso (1987); Via Campesina (2013); Chayanov (2016); Shanin (1980); Ploeg (2016); Conte (2014). Para discutir teoricamente o envelhecimento foram utilizados: Netto (2002); Camarano e Pasinato (2006); IBGE; Silva (2008); Debert (1999/1996); Gorz (2009); Doll (2012); Minayo (2003). Com relação ao envelhecimento do campo: Wanderley e Favareto (2013); Camarano e Abramovay (2009); Moraes, Rodrigues e Gerhardt (2008). Para o aprofundamento sobre o crédito consignado, foram citados: Doll e Cavallazzi (2016); Bauman (2008); Palácios (2008); SPC (2014). Por último, com relação a Movimentos Sociais, Rinco e Domingues (2012), contribuíram para o aprofundamento teórico.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Campesinato. Crédito consignado. Movimentos sociais educativos. Aprendizado coletivo.



## ABSTRACT

The present thesis is focused on the educational role of Social Movements in the lives of senior peasants concerning peasantry, aging and loan consignment studies. The specific objectives of this study are: understanding how loan consignment relates to the lives of elderly peasants engaged in Social Movements; describing the characteristics of peasant aging, based on bibliographic review, interviews, and participatory observation during the research; identifying the importance of Social Movements in relation to strategies on financial education as well as peasantry and aging through elderly and local leaderships perspectives. Participatory research was carried out with 19 elderly individuals from the following cities: Sagrada Família, Lajeado do Bugre, Ibirubá and Selbach, in Rio Grande do Sul. In addition to the work with peasants, three (03) local leaders from the Movement of Peasant Women (Movimento de Mulheres Camponesas) and from the Small Farmers' Movement (Movimento dos Pequenos Agricultores) were interviewed. The interviews were carried out with people between the ages of 58 and 85 - 15 (fifteen) women and 04 (four) men. Only one of the elderly subjects interviewed had not been engaged in any of the activities of the Social Movements cited. However, this person was acquainted with them and recognized their importance for the subjects of the field. In order to achieve the purpose of this work, a deeper comprehension of peasantry, aging, loan consignment (which is only one of the actions concerning an individual's financial life) as well as of social movements were aimed in this study aimed. This perspective brought about an intertwining of subjects which had been under approached when thought of in their articulated form. From the results found in the present study, we can infer that besides building up a theoretical construction on peasantry, aging and loan consignment, the perception of the interviewed individuals on such subjects was able empower them, providing those who have experienced these issues throughout their daily lives with voice and visibility. Regarding the educational role of the Social Movements, we realize how much the action of engaging on a movement changes people and that they learn and collectively begin to give their knowledge and practices a different meaning. The main theoretical references used for the peasantry were: Wanderley (2009); Ploeg (2008); Carvalho (2005); Cardoso (1987); Via Campesina (2013); Chayanov (2016); Shanin (1980); Ploeg (2016); Conte (2014). In order to theoretically discuss the aging process Netto (2002); Camarano and Pasinato (2006); IBGE; Silva (2008); Debert (1999/1996); Gorz (2009); Doll (2012); Minayo (2003) were used. Regarding the aging field: Wanderley and Favareto (2013); Camarano and Abramovay (2009); Morais, Rodrigues and Gerhardt (2008). In order to deepen the comprehension on loan consignment, Doll and Cavallazzi (2016) were mentioned; Bauman (2008); Palaces (2008); SPC (2014). Finally, regarding Social Movements, Rinco and Domingues (2012), contributed to the theoretical deepening.

**Keywords:** Aging. Peasantry. Loan Consignment. Educational Social Movements. Colective Learning..

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A METODOLOGIA DA PESQUISA E A PRODUÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>17</b>
2.1 <i>ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS SOBRE O TEMA .....</i>	17
2.2 <i>PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA .....</i>	22
2.3 <i>LIDERANÇAS DO MPA E DO MMC COMO PARTE DO PROCESSO METODOLÓGICO E DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO .....</i>	28
2.3.1 <i>Via Campesina .....</i>	29
2.3.2 <i>Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) .....</i>	30
2.3.3 <i>– Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) .....</i>	31
2.3.4 <i>– As lideranças do MMC e do MPA como parte do processo metodológico da pesquisa .....</i>	31
<b>3 ENVELHECIMENTO .....</b>	<b>38</b>
3.1 <i>ENVELHECIMENTO: CONCEITOS BÁSICOS.....</i>	38
3.2 <i>O ENVELHECIMENTO NO CAMPO .....</i>	54
3.3 <i>O ENVELHECIMENTO NO CAMPO A PARTIR DE IDOSOS CAMPONESES E IDOSAS CAMPONESAS .....</i>	59
<b>4 CAMPESINATO .....</b>	<b>67</b>
4.1 <i>CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR E A AGRICULTURA CAMPONESA .....</i>	67
4.1.1 <i>Agricultura Familiar .....</i>	70
4.1.2 <i>- Agricultura Camponesa.....</i>	75
4.1.3 <i>Ser mais velho e morar no campo: desafios e perspectivas de um rural que está envelhecendo</i>	87
<b>5 O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E APOSENTADAS DO INSS E O CAMPESINATO .....</b>	<b>102</b>
5.1 <i>ALGUMAS INFORMAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O CRÉDITO CONSIGNADO .....</i>	102
5.2 <i>– IDOSOS CAMPONESES APOSENTADOS E IDOSAS CAMPONESAS APOSENTADAS DO INSS E O ACESSO AO CRÉDITO CONSIGNADO.....</i>	107
5.2.1 <i>Elementos gerais e que antecedem o acesso .....</i>	107
5.2.2 <i>O acesso ao crédito consignado como possibilidade em emergências, como ajuda e pela pressão de familiares .....</i>	114
5.2.3 <i>Quando o dinheiro da aposentadoria diminui as necessidades básicas da vida podem ficar comprometidas.....</i>	118
5.2.4 <i>Pouco acesso à informação, exploração de idosos e idosas e a violência .....</i>	121
5.2.5 <i>O que foi bom. O que não foi. Fariam um novo acesso? Táticas utilizadas para evitar o endividamento e o controle dos gastos .....</i>	127
<b>6 MOVIMENTO SOCIAL: O APRENDIZADO NAS TRAJETÓRIAS DE IDOSOS CAMPONESES E IDOSAS CAMPONESAS.....</b>	<b>134</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>158</b>
<i>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</i>	158
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>159</b>
<i>INSTRUMENTO DE ENTREVISTA .....</i>	159
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>164</b>

***ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS LOCAIS*..... 164**

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado em educação, com o título “Envelhecimento, campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação as estratégias de educação financeira com idosas camponesas e idosos camponeses” tem como objetivo explicitar inquietações pessoais e teóricas que circundam a relação entre campesinato, envelhecimento, movimentos sociais e crédito consignado. Este trabalho tem como orientador o Professor Doutor Johannes Doll, da linha de pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS).

A preocupação com o estudo sobre envelhecimento no campo foi se constituindo ao longo da minha trajetória acadêmica, a partir da graduação, quando desafio-me a investigar o papel do trabalho na constituição de ser mulher idosa. Com o passar do tempo, e depois de várias investidas em outros campos teóricos, retorno aos estudos na educação, fazendo mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na FACED/UFRGS, discutindo o envelhecimento no meio rural, relacionando-o com a educação e o Movimento de Mulheres Camponesas. O resultado desta pesquisa, está publicado no livro “Mulheres Idosas e Suas Leituras Camponesas”, pela editora “Novas Edições Acadêmicas”, em 2014.

Importante considerar que minha opção por estudar o meio rural, especialmente a agricultura camponesa, se dá ao fato de que sou camponesa de origem, identidade e militância. Vivi 27 anos no meio rural e integro o Movimento de Mulheres Camponesas-RS (MMC RS).

A militância no MMC-RS me possibilitou construir a identidade de mulher camponesa e olhar para o meio rural, percebendo-o como um modo de vida, mas que estava ficando com poucas pessoas, e estas, cada vez mais velhas, o que poderia comprometer a sucessão rural e a continuidade daquela cultura.

Devido a essas percepções, a trajetória pessoal, a interesses acadêmicos e teóricos, construí a presente tese de doutorado que visa, por meio de pesquisa participante, compreender como o crédito consignado se relaciona com a vida das idosas e dos idosos camponeses, integrantes de dois Movimentos Sociais. Desse modo, trago ênfase ao papel educativo destes Movimentos Sociais e as interfaces do acesso ao crédito consignado em relação ao modo de vida, as relações que são estabelecidas, e à própria pessoa idosa em sua individualidade.

A forma de produzir e organizar a vida no campo tem diferenças marcadas não somente pela regionalidade, mas também pelas características e opções que foram sendo tomadas ao longo da história, por pessoas e pela sociedade. Desse modo, para falar em agricultura é preciso levar em consideração que não há uma única forma de viver esse modo de produção.

No Brasil, há uma expressiva heterogeneidade sociocultural e estrutural, que marca a agricultura brasileira. Portanto, para analisar e estudar as dinâmicas socioprodutivas e culturais, as relações de sociabilidade e reciprocidade e os modos de vida dos grupos e indivíduos que residem no meio rural brasileiro, é preciso considerar essa pluralidade de práticas e vivências, que diversos autores e autoras chamam de “ruralidades”.

A partir dessa concepção, a agricultura familiar difere da agricultura camponesa. A segunda é uma das formas sociais da primeira. Dentre as principais diferenças estão os objetivos da produção, as experiências sociais e políticas que são desenvolvidas e a forma de inserção na economia local. No entanto, há continuidades entre elas, de modo que o campesinato tradicional possui características da agricultura familiar e vice-versa.

A agricultura camponesa, objeto deste estudo, é considerada por muitos como um modo de vida específico e tradicional. Difere-se conforme regiões e relações que vão sendo tecidas e estabelecidas ao longo do tempo, das gerações e do sistema de organização social próprio de cada país. Essa categoria social é fundada na cultura de produção diversificada de alimentos, consorciada com a criação de animais de pequeno porte e o trabalho familiar, de inserção diferenciada no mercado e a construção de relações entre as pessoas e com o meio ambiente. Atualmente, não há legislação específica para essa categoria social, que se apresenta vinculada a Via Campesina e pautada por suas discussões.

No entanto, ao longo destes anos pesquisando o campesinato, me fizeram sentir a necessidade de ouvir a percepção das pessoas que residem no meio rural, e assim são identificadas, sobre suas interpretações a cerca deste modo de produção, identificando e dando materialidade à teoria, de modo a seguir avançando nas construções até então produzidas. E assim foi feito, neste pequeno recorte que a pesquisa me permitiu explorar.

A Via Campesina se constitui como um movimento internacional autônomo, plural e multicultural de sujeitos coletivos do campo. É construída em defesa da agricultura sustentável como forma de promover a justiça social e a dignidade. Opõe-se às grandes empresas multinacionais e transnacionais do agronegócio monocultor. Atua na defesa coletiva da voz camponesa. Reúne cerca de 200 milhões de camponeses e camponesas organizados de todo o mundo.

Essa articulação internacional foi fundada em 1993, em Mons (Bélgica). Atualmente, reúne aproximadamente 164 movimentos camponeses e comunidades indígenas em 76 países das Américas, África, Ásia e Europa.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), fazem parte da Via Campesina as seguintes organizações sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Esses possuem organicidade autônoma e própria, atuando nas diferentes frentes que formam o projeto de agricultura camponesa, defendido e construído por eles. Para essa pesquisa, foram entrevistadas pessoas que participaram de atividades do MMC e do MPA.

Com relação ao envelhecimento, é importante dizer, nestas primeiras palavras, que pessoas idosas sempre existiram, embora com número relativamente pequeno, em toda a história da humanidade. Atualmente, devido ao processo de envelhecimento populacional, esse segmento entra para a pauta da sociedade, o que remete a discussões e estudos em diferentes campos e áreas. O processo de envelhecimento acontece de forma individual, influenciado por bases biológicas e genéticas, mas também é permeado por um conjunto de valores e marcas simbólicas próprias de cada sociedade. Difere de acordo com o espaço físico e as relações que são estabelecidas. Assim, cada indivíduo envelhece na medida em que sua idade aumenta e constrói a velhice desde onde está pisando. Isso parece até irrelevante, se não fosse importante para identificar que envelhecer no campo é diferente de envelhecer na cidade.

Partindo desta premissa, de que há diferenças no processo de envelhecer, busquei apresentar características, elementos práticos e educativos a partir da fala das pessoas idosas que residem no meio rural, buscando dar voz aos sujeitos que ainda permanecem no campo sobre seu processo de envelhecer.

A aposentadoria vem adquirindo diferentes significados ao longo da história, para cada sociedade e para cada pessoa. Refere-se ao afastamento remunerado de um trabalhador e uma trabalhadora, após cumprir com uma série de requisitos estabelecidos em cada país.

Assim, pode significar a ruptura com o mundo do trabalho, o retorno aos aposentos, o recebimento do benefício mensal com certa estabilidade financeira ou a perda do significado da vida, quando esta significa trabalho. Ainda, como no caso do meio rural, pode significar simplesmente ter uma renda fixa mensal, uma vez que há continuidade do trabalho (embora com intensidade diferenciada) na lavoura, mesmo após a aposentadoria.

Em 2003, no Brasil, vinculada à aposentadoria, foi aprovada a Lei nº 10.820/2003 que institui o crédito consignado. Esse consiste em uma operação financeira, destinada para o consumo; contrata-se o crédito, com juros de 2,08% ao mês e os descontos das parcelas são feitos diretamente na folha de pagamento; o parcelamento pode ser feito em até 72 vezes e a margem consignável de 30% do valor da aposentadoria e mais 5% no cartão de crédito.

Pode-se dizer que esse assunto ainda é bastante recente, por isso há poucos estudos sobre o crédito consignado e seus impactos no Brasil. Ainda é pouco pesquisado na cidade, e isso se acentua em relação ao meio rural e se agrava se relacionado ao grupo específico que é o campesinato, que dialoga na maioria das vezes, com a realidade de pessoas aposentadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que recebem em média, um salário mínimo mensal.

De antemão, percebe-se que há poucas pesquisas que abordam a discussão que está sendo proposta nesta tese. O enlace entre campesinato, envelhecimento, crédito consignado e Movimentos Sociais foi o primeiro estudo realizado nos municípios abaixo identificados. Assim, ao mesmo tempo em que é inédito também se faz desafio, na medida em que, os dados são preliminares, tão logo, constatações.

Os objetivos que permearam essa tese foram:

- Compreender o papel educativo que MPA e MMC exercem na vida de idosas camponesas e de idosos camponeses, com relação as estratégias de educação financeira, ao acesso ao crédito consignado, agricultura camponesa e ao envelhecimento.
- Entender como o crédito consignado se relaciona com a vida de idosos e de idosas do meio rural, e que são integrantes de Movimentos Sociais.
- Descrever as características do envelhecimento camponês, a partir de revisão bibliográfica, entrevista e observação participante realizada durante a pesquisa.
- Identificar, a partir da fala de idosos e de idosas, e das lideranças locais, a importância dos Movimentos Sociais, na relação com a vida financeira, o campesinato e o envelhecimento.

Tendo em vista as inquietações acima expostas e o compromisso que moveu esse estudo, a pesquisa foi realizada com 19 pessoas idosas camponesas de quatro municípios do Rio Grande do Sul, sendo: Selbach, Ibirubá, Sagrada Família e Lajeado do Bugre. Do total das pessoas entrevistadas, 18 delas haviam participavam de atividades dos movimentos sociais MMC e MPA. Ainda, entrevistei três (03) lideranças locais sobre a metodologia que utilizaram para mapear as pessoas entrevistadas e sobre impressões acerca do acesso ao crédito consignado e o papel das organizações sociais na vida das pessoas que residem no

campo. A escolha por essas regiões e municípios se deu a partir de diálogo com as lideranças estaduais dos referidos Movimentos.

O estudo foi realizado tendo como referência a pesquisa participante. Foi dividido em três (03) momentos. O primeiro consistiu em diálogo com as lideranças estaduais dos Movimentos Sociais para apresentar o estudo e para que indicassem os municípios onde a pesquisa seria realizada. O segundo foi o contato das lideranças locais com as pessoas idosas, através de visitas nas casas e ligações telefônicas, de modo a convidá-las para fazer parte desse estudo. O terceiro momento foi a realização da entrevista com os sujeitos mapeados. Com relação aos instrumentos, utilizei a entrevista individual através de instrumental que continha perguntas fechadas e abertas semiestruturadas, anotações em diário de campo e gravação do áudio das entrevistas. Todas as entrevistas que realizei foram acompanhadas pelas lideranças que identificaram e convidaram as pessoas idosas que fizeram parte desse estudo.

Assim, para dar conta de visibilizar as reflexões até então construídas, esta tese está dividida em cinco partes.

A primeira traz a metodologia da pesquisa e a produção dos dados. Nela teremos algumas palavras iniciais e teóricas sobre o tema, os procedimentos utilizados na pesquisa e a apresentação das lideranças locais do MMC e do MPA como parte do processo metodológico e de construção do conhecimento. Importante dizer que neste capítulo faço uma breve apresentação da Via Campesina, do MMC e do MPA.

A segunda parte contextualiza o envelhecimento e o relaciona com o meio rural, primeiramente de forma teórica e depois a partir do olhar dos sujeitos entrevistados.

Na terceira parte temos a discussão do campesinato nas suas relações e rupturas com a agricultura familiar num primeiro bloco temático. Depois, temos a leitura deste modo de produção a partir da perspectiva das pessoas idosas que residem no campo.

Já na quarta parte temos a discussão sobre o crédito consignado. Para facilitar a leitura, está dividido em itens que abordam as informações gerais sobre o tema e posteriormente os elementos relatados pelas pessoas idosas com relação ao assunto.

Por último temos as reflexões sobre os Movimentos Sociais no processo de aprendizado de idosos camponeses e idosas camponesas.

Para finalizar algumas conclusões acerca do processo desenvolvido e das teorias utilizadas na produção desta tese.

Conforme se percebe, inicio a tese explicitando a metodologia que utilizei para se chegar as constatações que descrevo no decorrer do trabalho. Em cada um dos capítulos, após



cada bloco teórico, trago as falas das pessoas idosas sobre aquele tema, dando voz aos sujeitos que integraram essa pesquisa. Por último procuro entender, com o auxílio das falas das pessoas idosas, das lideranças locais, de estudos e de observações realizadas durante as entrevistas, o papel educativo dos Movimentos Sociais na vida de camponeses e de camponesas, buscando elementos para aprofundar essa importância quando relacionada ao acesso a crédito consignado e às estratégias de educação financeira.

Considera-se importante destacar que, em todo o texto, procurou-se utilizar a linguagem de gênero, de modo a garantir, na escrita, a presença de homens e de mulheres.

Importante afirmar, por estar vinculada a um programa de pós-graduação em educação, que esse estudo permite que se conheça com um pouco mais a realidade camponesa, o envelhecimento e suas características, por isso se pode ter uma base maior para intervenções educacionais, propondo políticas públicas e repensando os processos formativos e educativos que considerem essa realidade e que contribuam para sua manutenção e reprodução, reconstruindo leituras e olhares.

Essa tese buscou ainda evidenciar a compreensão que as pessoas têm sobre suas vidas, permitindo visibilizar os conhecimentos e os acúmulos que tem, e que ultrapassam os muros de uma escola formal. Como diria Paulo Freire (1989), “*a leitura do mundo antecede a leitura das palavras*”. Desse modo, pretende-se perceber o rural camponês, bem como, o papel educativo de movimentos sociais na vida das pessoas, na contribuição para a sua permanência no meio rural, educação, gestão e administração financeira e conscientização sobre possíveis problemas com endividamento, provenientes do acesso ao crédito consignado não planejado.

Para finalizar, é preciso dizer que muitos desafios seguem colocados, especialmente, devido ao escasso número de literatura e pesquisas que relacionem a agricultura camponesa, o envelhecimento, o crédito consignado e os movimentos sociais. Portanto, realizar este estudo, com base em pesquisa participante se propôs a iniciar a discussão, de modo a contribuir para as releituras e a construção de novos e outros olhares sobre esse rural tão diverso, mas que, por vezes, ainda tão pouco percebido e estudado.

## 2 A METODOLOGIA DA PESQUISA E A PRODUÇÃO DOS DADOS

### 2.1 ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS SOBRE O TEMA

O trabalho de produção do conhecimento pode ter diferentes formatos. Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que todo estudo tem intencionalidade, que acaba sendo o princípio norteador ou suleador da articulação entre as inquietações e as vontades de aprofundar determinado tema de estudo, a questão que se coloca para a pesquisa, as pessoas que estão sendo envolvidas no processo e as teorias que mais se aproximam daquilo que se pensa em dialogar e discutir. Castells e Ipola *apud* Brandão (2006, p. 160), afirmam que “em toda prática científica figuram sempre elementos ideológicos, sejam como coadjuvantes ou como obstáculos epistemológicos”.

É importante e necessário, conforme afirma Brandão (2006), pensar a pesquisa, reconhecendo seu caráter político, ideológico e educativo, uma vez que não existe neutralidade científica, especialmente nas pesquisas vinculadas a questões práticas e ações sociais. No entanto, é preciso tomar cuidado para não se pré-ideologizar a investigação e seus resultados. Conforme o autor:

Deve-se reconhecer o caráter político e ideológico da atividade científica e pedagógica. [...] Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social. No entanto, realizar um trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não corresponde, em princípio, a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados. [...] É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo construído. (BRANDÃO, 2006, p. 43).

Concordando com Streck (2006), pesquisar, antes de tudo, é um ato de conhecer algo, de perceber o que acontece entre sujeitos; é a profunda, densa e intensa escuta, em um movimento que reflete a vida e gera vida, novos aprendizados, contradições e conhecimentos. Desse processo de interação, segundo o autor, emergem três dimensões:

- a) No processo de pesquisa, tanto o conhecimento da experiência quanto o conhecimento elaborado são transformados. O objetivo é a produção de conhecimentos que permitam uma nova leitura ou pronúncia da realidade.
- b) A realidade não é um corpo morto a ser seccionado e dissecado, mas tem vida, alma. Ou seja, ela mesma se coloca como sujeito que interpela o pesquisador, de formas muitas vezes inusitadas: um gesto, uma palavra, um voto pode indicar ao pesquisador que ele não estava compreendendo nada do que acontecia a sua volta. E ele terá de reaprender e se reposicionar naquela realidade.
- c) Envolver-se seriamente na pesquisa implica, mais cedo ou mais tarde, pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades. O pesquisador não entra em seu campo de pesquisa como um elemento estável e fixo. Ele muda porque (ou quando) aprende. A escrita dos resultados é por isso também um exercício de autoescrever-se. Ter consciência disso evita dois perigos aos quais o pesquisador está constantemente exposto. O primeiro deles, colocar-se fora do processo como aquele que apreendeu a realidade e alfinetou os conhecimentos ao estilo do colecionador de borboletas; o segundo, tornar o “objeto” da pesquisa um

pretexto para sua reflexão narcisista, autoindulgente e solipsista. (STRECK, 2006, p. 270).

Assim, pode-se dizer que fazer pesquisa é entrar em crise, em conflito com aquilo que se pensa, dialogar com outras pessoas e teorias envoltas em uma realidade – cheia de vida e de movimento – em que ocorre o processo de aprendizado, construção e produção de novos saberes. Na pesquisa, para Fonseca (1998), cada caso não é um caso; da mesma forma que “o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retiramos apenas o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1987, p. 19).

Assim, é possível afirmar que toda pesquisa nunca é suficientemente completa. É, antes, um recorte de uma parte da realidade, visto que a vida possui elementos sociais, políticos, econômicos, culturais e cotidianos que vão além do alcance de pesquisadores e pesquisadoras ou observadores e observadoras. Por isso, é preciso afirmar que, por mais que se procure reunir todos os dados sobre o tema da pesquisa, ela fica incompleta por ser apenas um recorte do conjunto de relações da vida cotidiana, de uma parte da vida das pessoas e, também, porque envolve elementos subjetivos do próprio pesquisador ou pesquisadora. Reconhecer isso não denota um problema, mas inspira cuidados e “[...] estou consciente de que se trata, no entanto, de uma interpretação e que por mais que tenha procurado reunir dados ‘verdadeiros’ e ‘objetivos’ sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho.” (VELHO, 1978, p. 43). Concordo, especialmente porque que me identifico com o universo estudado.

Ainda, citando e concordando com Streck:

O segredo da pesquisa talvez esteja em penetrar esse simples, movimentar-se dentro dele, entre suas fissuras e saliências. Esse simples e óbvio não nos encontra na escrivaninha, protegidos entre os livros, atrás da tela do computador. O óbvio nos encontra nas ruas, nas salas de aula, nas rodas de conversas, sempre que estejamos dispostos a um tipo de escuta em que deixamos cair nossas defesas e barreiras, quando abandonamos a posição daqueles que já sabem e que imaginam ter de enfiar cada pedaço do mundo e da experiência em determinado lugar ou lhe colocar uma etiqueta. (STRECK, 2006, p. 265).

Desse modo, a interpretação não existe em si como uma abstração isolada. Ouvir, por meio de escuta atenta, ver, analisar e refletir, são elementos para a interpretação, que envolve o pesquisador e a pesquisadora, a teoria que permite dar sentido e a informação das pessoas, sujeitos da pesquisa. Segundo Gonsalves:

A interpretação é um processo através do qual uma referência teórica permite dar sentido, de forma diferenciada, à informação procedente de sujeitos e objetos diversos. Todo ato de significação modifica o objeto apreciado; toda leitura interfere na construção da sociedade.

O significado não é, pois, extraído do texto; ele é criado por nosso diálogo com o texto. O significado e o entendimento emergem do processo de criação de conexões, de interpretar nosso ser-no-mundo. A intenção não é provar a correção de uma

posição ou a falsidade de outra, e sim encontrar maneiras de conectar pontos de vista variados, expandindo os próprios horizontes através de um envolvimento ativo com o outro (GONSALVES, 2006, p. 255-256).

Assim, a pesquisa pode ser considerada como um diálogo de diferentes saberes que concebe história e contextos em um compromisso ético com as pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo, envolve ensino e aprendizagem, na medida em que o pesquisador e a pesquisadora e as pessoas que são entrevistadas aprendem ao mesmo tempo em que ensinam.

Esse aprendizado também pressupõe que estejamos dispostos a ele. Não se colocar acima das pessoas com quem estamos interagindo e ouvir atentamente suas informações, faz parte deste movimento de conexão de pontos de vista que produzem novos aprendizados. Ainda, considerar que todas as pessoas possuem conhecimento, onde o conhecimento acadêmico e sistematizado é apenas uma forma de saber, contribui para que essa aproximação seja realmente concebida.

Do mesmo modo, entende-se que a pesquisa em ciências humanas e sociais tem sua atenção voltada para pessoas e seus contextos de vida, onde a experiência humana se caracteriza pela complexidade e diversidade, e é marcada por elementos culturais, regionais e próprios da formação social de cada sujeito na sua relação com a sociedade. Assim, não há como desenvolver soluções de eficácia clínica para problemas sociais, “[...] porque as pessoas tomam decisões que variam em função de diferentes pressupostos e propósitos”. (CHADDERTON; TORRANCE, 2015, p. 27).

Desse modo, pesquisadores que buscam respostas de acordo com a compreensão de indivíduos, grupos e organizações sociais, têm como desafio não negligenciar a dimensão política e pedagógica de seu papel, sendo um vigia constante da pesquisa e de sua postura. Da mesma forma que precisa levar em consideração que as pessoas que estão envolvidas no processo também carregam essas marcas complexas que compõem suas vidas.

Há muitas maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais. Para esta pesquisa, optou-se por utilizar a pesquisa participante, que é nutrida por diferentes aportes teóricos e dialoga com a necessidade e a finalidade deste estudo, sendo o referencial que mais se aproxima da possibilidade de alcance dos objetivos propostos.

Brandão e Streck (2006) afirmam que essa forma de fazer pesquisa faz parte de outra gestão do saber, conforme segue:

[...] a pesquisa participante se integra numa outra forma de conhecer e, sobretudo, de mudar o mundo. Nas palavras de Brandão, “a pesquisa é ‘participante’ porque, como uma alternativa solidária de criação do conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória”. [...] faz parte, isso sim, uma outra gestão do saber. (BRANDÃO e STRECK, 2006, pg. 14 e 15).

Como alternativa solidária de produção do conhecimento, ela agrega diferentes áreas e atua em ações que procuram desvendar possibilidades transformadoras. Estar em movimento, portanto, pode ser uma destas possibilidades, onde os sujeitos, ombro a ombro constroem possibilidades de um mundo melhor, construindo e reconstruindo o saber.

Na América Latina percebemos alguns elementos convergentes desta teoria, sendo:

- a) As diferentes propostas e experiências surgem mais ou menos ao mesmo tempo, entre as décadas dos anos 1960 e 1980, em poucos lugares do continente, mas em pouco tempo elas se difundem por toda a parte.
- b) Elas se originam dentro de diferentes unidades de ação social que atuam preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares.
- c) Em sua maioria elas serão postas em prática dentro de movimentos sociais populares emergentes, ou se reconhecem estando a serviço desses movimentos.
- d) Elas herdaram e reelaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica. Não existe na realidade um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante.
- e) Reconhecendo-se como alternativas de projetos de enlace e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular, envolvendo sempre pessoas e agências sociais “eruditas” e “populares”, elas partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.
- f) As pesquisas participantes atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo de pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de trabalho popular de dimensão pedagógica e política quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa (BRANDÃO, 2006, p.39-40).

Na tradição latino-americana ainda são agregados outros princípios consensuais da pesquisa participante. O primeiro deles é a afirmação de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva. Segundo Brandão (2006, p. 24), sua contribuição não busca tornar apenas o ser humano mais sábio e mais instruído, “mas igualmente mais justo, livre, crítico, participativo, corresponsável e solidário”.

Outro elemento importante de ser destacado é que a pesquisa participante responde a desafios e incorpora-se em práticas alternativas, em métodos ativos da educação, especialmente de jovens e adultos, na dinâmica de organização e reorganização comunitária, dando voz e deixando “que de fato ‘falem’ com suas vozes as mulheres e os homens que, em repetidas investigações anteriores, acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas”. (BRANDÃO, 2006, p.27).

Desse modo, a pesquisa participante deve ser compreendida como, segundo Brandão e Streck, da seguinte forma:

[...] um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos. Experiências que sonham

substituir o antigo monótono eixo: pesquisador/pesquisado, conhecedor/conhecido, cientista/cientificado, pela aventura perigosa, mas historicamente urgente e inevitável, da criação de redes, teias e tramas formadas por diferentes categorias entre iguais/diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber. Uma múltipla teia de e entre pessoas que, ao invés de estabelecer hierarquias de acordo com padrões consagrados de ideias preconcebidas sobre o conhecimento e seu valor, as envolva em um mesmo amplo exercício de construir saberes a partir da ideia tão simples e tão esquecida de que qualquer ser humano é, em si mesmo e por si mesmo, uma fonte original e insubstituível de saber (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.12 e 13).

Segundo Luis R. Gabarrón e Libertad Hernandez Landa (2006) a pesquisa participante como uma modalidade definida nasce fazendo uma síntese de suas antecessoras, assimilando a riqueza de experiências ou realizações derivadas de três décadas. Desde o início, sua identidade se manifesta através de várias bases conceituais e operativas. Conforme Marcela Gajardo *apud* BRANDÃO, estas são:

- o ponto de partida é a realidade concreta dos grupos com quem se trabalha;
- a luta por estabelecer relações horizontais e antiautoritárias;
- a prioridade dos mecanismos democráticos na divisão do trabalho;
- o impulso dos processos de aprendizagem coletiva através de práticas grupais;
- o reconhecimento das implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social, seja de pesquisa ou de educação;
- o estímulo à mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social, ou para ações em benefício da própria comunidade e,
- a ênfase à produção e comunicação de conhecimentos (GAJARDO, Marcela, 1983, pp.73-78 *apud* BRANDÃO, 2006).

Portanto, a partir dessa compreensão, o pesquisador e a pesquisadora que opta em trabalhar a partir dessa proposta metodológica, que aos poucos vai superando a visão hierárquica e tradicional de sujeito-objeto, investigador-educador, segundo STRECK (2006), possui o papel que se desdobra nas seguintes questões:

- a) Cabe ao pesquisador uma tarefa especial na leitura do contexto.
- b) O pesquisador dispõe de instrumentos de análise que lhe permitem sistematizar e organizar os saberes existentes nas comunidades.
- c) O pesquisador encontra-se num lugar estratégico para “movimentar” os saberes em diferentes áreas e esferas: ele dispõe de meios que lhe permitem a interação com outros pesquisadores através de publicações e congressos, com o grande público através dos meios de comunicação, com os órgãos públicos através da disponibilização dos dados para a elaboração de políticas. Mesmo que não fale em nome desse público, porque não tem autorização, estabelecem-se laços que implicam numa espécie de cumplicidade. (...)há expectativas de que as palavras ou as imagens “colhidas” junto às comunidades fertilizem outras práticas ou sensibilizem aqueles em posição de decidir (STRECK, 2006, p. 267 e 268).

Compreende-se que esta forma de fazer pesquisa pode contribuir para a compreensão da diversidade existente no meio rural, pois de acordo com Chadderton e Torrance (2015, p. 91) “procura lidar com a complexidade da atividade social e educacional e descrevê-la, a fim de representar os significados que atores sociais individuais trazem para esses âmbitos e constroem neles”.

Isso pode ficar mais bem evidenciado quando relacionado ao que se busca nesta pesquisa, ou seja, ao investigar os elementos que idosos e idosas trazem de seu modo de vida camponês, explicitando suas características desde o local onde constroem suas vivências. Do mesmo modo, ao relatarem suas experiências financeiras, pode ser possível identificar a complexidade da vida social, dita pelas pessoas que a constroem cotidianamente.

A agricultura camponesa e o envelhecimento, conforme mencionado anteriormente, diferenciam-se conforme regionalidades, relações estabelecidas, sociedade e características individuais. Então, para identificar estas diferenças que se somam, opta-se por trazer junto da teoria, as perspectivas das pessoas, pela manifestação de suas opiniões, ditas durante a realização das entrevistas.

Os métodos mais utilizados em pesquisas participantes são as entrevistas, a observação e o registro em diário de campo. Para esse estudo foram utilizadas as três técnicas descritas, de modo a sondar as explicações de idosos e idosas sobre as razões, os motivos e as decisões em se viver a velhice no meio rural, e acessar ou não os créditos consignados.

Compreende-se, também, que – embora se tenha clareza da opção e das técnicas que foram utilizadas – cada local (região, município) ou grupo foi contribuindo no desenho metodológico da pesquisa e na sua forma de abordagem.

## 2.2 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

A partir dos elementos já descritos, sobre a compreensão da pesquisa e da opção pelo método e do papel do pesquisador e da pesquisadora, pretende-se identificar o papel educativo do Movimento Social – sujeito coletivo na vida das pessoas entrevistadas - na vida das pessoas idosas do campo, bem como, compreender as interfaces e relações do acesso ao crédito consignado por idosos e idosas pertencentes ao meio rural e as características do envelhecimento camponês nos municípios em que a pesquisa foi desenvolvida.

Para dar conta deste propósito, a pesquisa foi realizada em três etapas. Como ainda não existem dados sobre o crédito consignado no meio rural e muito menos sobre o acesso pelas pessoas idosas dos Movimentos Sociais, foi realizado, primeiramente, um diálogo com as lideranças estaduais dos Movimentos. A primeira conversa foi em reunião da direção estadual do MMC-RS, que é minha base de militância. Devido à temática do estudo e de informações prévias sobre o tema, as dirigentes desse Movimento indicaram os municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre para fazer as entrevistas. Ainda em reunião, definiu-se que uma dirigente do MMC local faria o contato com idosos e idosas, que haviam acessado

crédito consignado, e que, somente posterior a isso, eu iria até o local para fazer as entrevistas.

Nesta mesma reunião, em que meu projeto de tese foi apresentado, uma das lideranças do MMC sugeriu que a base do MPA a ser pesquisada deveria ser a de Ibirubá e se propôs a ligar para a liderança local e fazer a primeira conversa.

Sendo assim, o que poderia ter sido apenas uma conversa com o MMC, resultou na mudança da metodologia, inicialmente proposta para o estudo. Ao invés de eu ir até os municípios fazer o levantamento das informações, as lideranças locais, que são referência e que atuam nos municípios, fariam esse procedimento, tendo em vista o tema do estudo. O argumento das dirigentes do MMC e por mim acatado, foi o fato de que o tema envolve situações muito distintas e delicadas da vida das pessoas idosas, portanto, não se “abre” para qualquer pessoa, ainda mais se não a conhece. Assim, o fato de ser uma pessoa de referência no local, a fazer o primeiro contato, poderia facilitar o acesso à informação.

Deste modo, o segundo momento da pesquisa consistiu num diálogo feito por mim com as lideranças locais, que aceitaram contribuir com a pesquisa. Assim, foi feito o mapeamento de idosos camponeses e de idosas camponesas, com as seguintes características: serem um grupo diverso, acima de 55 anos, terem acessado ao crédito consignado, serem do meio rural e terem participado de alguma atividade dos Movimentos Sociais. Este mapeamento foi realizado pelas lideranças locais do MPA e do MMC. O número inicial sugerido era de cinco pessoas idosas de cada um dos Movimentos.

O terceiro momento foi marcado pela ida aos municípios para fazer as entrevistas com as pessoas previamente mapeadas. As dirigentes preparam as pessoas que aceitaram fazer a entrevista. Esta preparação consistiu em visitas nas casas e contatos telefônicos, onde a proposta do estudo foi explicada para as pessoas idosas mapeadas. Todas as pessoas estavam nos esperando para responder as perguntas do estudo. Algumas estavam acompanhadas por familiares (marido, esposa, filhos). Preparam doces, salgados, cucas e um bom chimarrão para nos esperar. Em Lajeado do Bugre, até uma pequena confraternização coletiva (cada uma levava algo) nos foi preparada, com direito a carne de galinha caipira com arroz, feijão, diversidade de saladas verdes e um doce de leite para a sobremesa.

Importante considerar que a proposta inicial deste estudo, era a pesquisa com quatro movimentos sociais que integram a Via Campesina RS, somando um total de 20 pessoas idosas a serem entrevistadas, sendo cinco (5) de cada organização.

No entanto, já no primeiro retorno que tive das conversas com as lideranças locais, o grupo que seria entrevistado era maior, tendo em vista o grande acesso de crédito consignado



por idosos camponeses e idosos camponeses. Assim, como as dirigentes haviam feito um primeiro contato e as pessoas já haviam aceitado participar do estudo, realizei nove (09) entrevistas com pessoas idosas sugeridas pelo MMC dos municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre e 10 entrevistas com pessoas idosas sugeridas pelo MPA de Selbach e Ibirubá. Esta segunda alteração metodológica possibilitou ter um aprofundamento maior da realidade das pessoas idosas que acessaram ao crédito consignado, destes municípios.

Deste modo, em diálogo com o orientador, fez-se a opção de, a partir das informações que estas entrevistas haviam trazido avaliar a necessidade de fazer mais entrevistas com pessoas dos demais movimentos que haviam sido sugeridos, quando da elaboração do projeto de tese. Avaliamos, portanto, que já tínhamos bastante conteúdo para análise, tão logo o estudo foi desenvolvido com idosos camponeses e as idosas camponesas que integram o MMC e o MPA.

O questionário utilizado, que está no anexo desta tese, possuía perguntas abertas, semiestruturadas e perguntas fechadas. A intenção foi a produção de alguns dados quantitativos e outros qualitativos para o estudo. A entrevista foi composta por sete momentos, sendo: no bloco um, havia a descrição de dados mais gerais como nome, idade, estado civil, escolaridade, profissão e local de moradia. O segundo bloco continha perguntas referentes a ser idoso e ser idosa no meio rural. O terceiro bloco se referia a informações sobre a participação e aprendizados em ser e fazer parte de Movimento Social. O quarto bloco continha questões referentes à situação financeira. O bloco cinco possuía questões com relação a dívidas, o sexto com relação a dívidas em atraso e o sétimo com relação ao crédito consignado.

Conforme é perceptível, buscou-se num primeiro momento, ter a empatia e abertura da pessoa entrevistada, iniciando a entrevista com temas mais gerais, para somente depois, entrar nos temas um pouco mais sensíveis, que diziam respeito a dívidas e crédito consignado. Essa opção foi feita, tendo em vista minha pouca proximidade com os sujeitos que foram entrevistados, embora eu tenha algo em comum com eles e elas, que é a militância em um Movimento Social.

É importante levar em consideração que o tema desta pesquisa não era muito tranquilo na sua abordagem, pois poderia ser elemento constrangedor ou mesmo ocasionador de desconfiança. A moeda traz intrínseca uma violência simbólica que, segundo Conceição (2007, p. 11) “[...] *tem um efeito devastador sobre a intimidade das pessoas, dilacerando amizades e desintegrando relações sociais e resoluções morais*”. Por essa razão, para se falar sobre o assunto, que é o acesso ao crédito consignado, foi preciso que as pessoas confiassem

em mim e no estudo. Para contribuir neste processo, as lideranças locais dos Movimentos Sociais me acompanharam solidariamente, em todas as entrevistas realizadas.

Ao total, foram realizadas 19 entrevistas com idosas camponesas e com idosos camponeses. Destes, 15 eram mulheres e 04 homens. Abaixo, um quadro com informações gerais a cerca destes sujeitos:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>Nº FILHOS</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>QUANTO TEMPO RESIDE</b>
Lajeado do Bugre	64	casada	4	agricultora	27 anos
Lajeado do Bugre	66	casada	6	agricultora	66 anos
Lajeado do Bugre	59	viúva	6	agricultora	59 anos - nasci e me criei aqui
Lajeado do Bugre	67	casada	2	agricultora	15 anos
Lajeado do Bugre	85	viúva	7	agricultora	30 anos
Sagrada Família	74	Solteira	11	agricultora	35 anos
Sagrada Família	67	casado	9	agricultor	15 anos
Sagrada Família	78	separada	5	agricultora	12 anos
Sagrada Família	77	casada	10	agricultora	25 anos
Ibirubá	66	viúva	3	agricultora	3 anos e meio
Ibirubá	69	união estável	1	agricultor	3 anos e meio
Ibirubá	74	casado	1	agricultor	27 anos
Ibirubá	65	casada	1	agricultora	27 anos
Selbach	64	separada	5	agricultora	3 anos
Ibirubá	58	casado	6	agricultor	15 anos
Ibirubá	60	casada	6	agricultora	15 anos
Ibirubá	58	casada	2	agricultora	32 anos
Ibirubá	81	viúva	6	agricultora	31 anos
Ibirubá	64	casada	2	agricultora	64 anos

Entrevistei, ainda, três (03) lideranças dos Movimentos Sociais para perceber quais foram os procedimentos que utilizaram para chegar às pessoas que foram entrevistadas, bem

como, suas percepções sobre o crédito consignado no campo e o papel dos Movimentos Sociais. “Somados, portanto, 621’70” (10 horas e 35 minutos) de entrevistas, gravadas. As entrevistas foram realizadas com pessoas que residem no meio rural. Quatro delas, todas mulheres, residem na sede urbana destes municípios de pequeno porte.

No início de cada entrevista, expliquei a pesquisa e seu objetivo. Li o termo de consentimento, e solicitava a assinatura autorizando a entrevista. As pessoas analfabetas me deram autorização gravada.

Em todas as entrevistas, no início, foi necessário que as dirigentes explicassem que não se tratava de nenhuma empresa financeira ou de renovação do crédito consignado, tendo em vista o tema do estudo e a forma de trabalho das financeiras no meio rural, forma essa de visitar os idosos e as idosas em suas casas, oferecendo e concedendo empréstimos, algumas vezes, como veremos a seguir, de forma abusiva e violenta.

Duas pessoas choraram durante as entrevistas, que foram interrompidas por minha sugestão e pelo aceite das camponesas. A dor, o sofrimento, mas também as alegrias foram tecendo este estudo que foi baseado em escuta atenta e diálogo afetuoso, pois, afinal, sou parte deste rural que pesquiso. Ele me compõe.

Saber parar, sem pressionar, foi importante não só com estas duas entrevistadas que se emocionaram durante a entrevista. Isso se fez necessário em todo o processo de estudo, de modo a não impor ou mesmo, passar a impressão de superioridade, que às vezes é afirmada perante aos camponeses e às camponesas. Para ilustrar, ouvi durante as entrevistas as expressões: “se eu souber responder, participo”; “essa eu não sei” e assim por diante.

Respeitar esse processo e não afirmar a superioridade que dizem existir entre pesquisador ou pesquisadora e a pessoa que está sendo pesquisada é importante e necessário em qualquer pesquisa com os camponeses e as camponesas. É preciso pausar quando for o momento. Com base nas informações acima, só confirmo minha compreensão de que a pesquisa precisa ser um ato amoroso e comprometido, com estabelecimento de relações horizontais e não autoritárias, muito menos ser uma dissecação de conteúdo.

As entrevistas foram realizadas nas casas das pessoas. Andamos muito nas estradas do interior desses municípios. Teve uma propriedade, por exemplo, que ficava a 25 km do centro urbano mais próximo. As entrevistas foram realizadas no pátio das casas, sob a sombra de árvores, na cozinha e na sala das pessoas. Parte dos sujeitos que entrevistei, após o término das perguntas me levaram para conhecer sua casa, os móveis que haviam comprado com dinheiro do crédito consignado, tapetes, toalhas de mesa. Outros ainda mostraram fotos de filhos, de filhas, de seus netos, netas e familiares. Fui chamada de vizinha, numa proximidade

linda e amável. Ouvi sofrimentos e tristezas. Alegrias e a socialização de informações com aquele brilho no olhar. Também fui braço que abraçou e acolheu as lágrimas.

Ao final, a maioria das pessoas agradeceu o fato de eu as ter escolhido para a pesquisa, desejando bons estudos.

Para finalizar, levando em consideração a devolução das informações sobre a pesquisa realizada, somada à necessidade de se ter mais informações sobre crédito consignado no meio rural, já estão pré-agendados os retornos para as cidades onde as entrevistas foram feitas. Serão no mês de novembro de 2018, com a finalidade de fazer um seminário e um estudo com os idosos e as idosas, contendo as informações resultantes dessa pesquisa e sobre crédito consignado.

Importante dizer que fiz registros de sensações em diário de campo. Gravei todas as entrevistas e fui anotando as respostas das perguntas fechadas no questionário correspondente a cada idoso ou idosa.

Depois de realizadas as entrevistas, num primeiro momento, construí planilhas para os dados quantitativos. Nela foram descritos os dados gerais, a situação financeira e informações com relação a dívidas.

Em seguida, fiz a transcrição das entrevistas. Iniciei em ordem aleatória e não na ordem que foram feitas. Para ir me acostumando ao processo, com aquelas que possuíam menos minutos de gravação. Ao todo, levei quase um mês transcrevendo, tendo em vista que fazia isso nas manhãs e nas noites.

Com a transcrição feita, pensei na forma como identificar os sujeitos que foram entrevistados, tendo em vista que combinei com todos e todas que não citaria seus nomes na pesquisa. Pensei, num primeiro momento em identifica-las por sementes. Depois, optei por identifica-las com as iniciais de seus nomes, sua idade, município de origem e um número que trazia a informação sobre o gênero (ex.: idosa1).

Após, juntei as informações por temas, segundo os conteúdos que perpassam esse estudo. Assim, em um bloco separei as informações de diziam respeito ao campesinato, outro ao envelhecimento, outro sobre a percepção acerca de integrar Movimento Social, outro sobre crédito consignado e por último as entrevistas com as dirigentes dos Movimentos Sociais.

Para a análise, fui avançando de acordo com cada tema proposto para o estudo nesta tese. Lia atentamente a cada pergunta e resposta dada na entrevista e, tendo como parâmetro impressões pessoais, os objetivos do estudo e a teoria que embasa a pesquisa, fui escrevendo abaixo de cada resposta possíveis categorias em vermelho. Paralelamente, abri outro documento no Word e fui descrevendo as possíveis categorias de forma mais resumida.

Importante considerar que, ao final de cada bloco temático, peguei o documento do Word com as categorias resumidas, aproximava as respostas e ia identificando as categorias que apareciam naquele eixo. Ao final, construía um título para aquele tema, e que ficou, posteriormente o título do capítulo ou do subitem.

Após este longo e educativo procedimento, que duraram três dias, aproximadamente, para cada bloco temático, peguei os objetivos do estudo e fui traçando as relações possíveis, tentando responder as perguntas e inquietações que me moviam no início da pesquisa.

Gostaria de socializar, ainda, que no retorno para Porto Alegre-RS, depois de fazer as últimas entrevistas, chorei no ônibus. Chorei de tristeza e de alegria, com a bagagem, o coração e os gravadores cheios de informações, risos e choros de idosos camponeses e de idosas camponesas. Fazer pesquisa é também se emocionar. É ser parte, mas tendo nas mãos a responsabilidade, naquele momento histórico, de transcrever um recorte da vida das pessoas, respeitando suas concepções, seus sentimentos e suas trajetórias.

Não há como ficar imune a tantos sentimentos que emergiam de perguntas simples, mas que possuíam imenso poder, pois davam voz àqueles e àquelas que até hoje foram pouco ouvidos. O agradecimento afetuoso, depois de ter passado minutos os ouvindo faz parte desta afirmação.

Ao fazer a pesquisa, me reencontrei com um mundo que merece todo o respeito e minha admiração. Encontrei-me com o mundo rural que me identifica e integra, de forma latente, minha formação pessoal. O campesinato existe e resiste. Vai reconfigurando sua forma para se reproduzir, mesmo com tantas incertezas e ausência do estado. Conforme um líder camponês do México, *“sempre houve camponeses. O que não existiam antes eram investidores, industriais, partidos políticos, etc. Camponeses sempre existiram e sempre existirão. Nunca serão eliminados”* (DESMARAIS, 2013, p.19. Grifo do autor).

Deste modo, é na afirmação que finalizo esta experiência de pesquisadora. É na afirmação de que meu compromisso com essas pessoas segue e que suas vozes, seus risos e suas lágrimas tecerão este processo de escrita, que é teoria tecida e revestida da vida que ultrapassa a fronteira de números e dados.

### 2.3 LIDERANÇAS DO MPA E DO MMC COMO PARTE DO PROCESSO METODOLÓGICO E DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Para este estudo, além do incentivo e apoio do Movimento de Mulheres Camponesas, através de sua direção estadual, também tive a gentil parceria de três mulheres lideranças

locais do MPA e do MMC, que além de mapearem as pessoas que fariam as entrevistas, visitaram ou ligaram para cada uma delas para ter o aceite inicial para estar no estudo, me acompanharam durante o procedimento de construção dos dados e me acolheram em suas casas.

Foram dias intensos e de muita aprendizagem conjunta. De olhar e de perceber que ainda temos muito que fazer, no campo da formação, da educação, da conquista e da garantia de direitos para o povo camponês. O compromisso, a disponibilidade e a amorosidade destas pessoas me acompanham no desafio desta escrita e me acompanharão sempre na trajetória de pesquisadora e de militante.

Deste modo, este item está destinado a dar voz a estas lideranças, sobre os procedimentos que utilizaram para mapear as pessoas idosas que foram entrevistadas e os aprendizados construídos através da pesquisa. No entanto, como integram movimentos sociais, brevemente vamos conhecer quem são estes sujeitos coletivos que estas lideranças integram.

### **2.3.1 Via Campesina**

A Via Campesina se constitui como um movimento internacional de sujeitos coletivos do campo. Foi fundada em 1993, em Mons (Bélgica) e reúne cerca de 160 movimentos camponeses e comunidades indígenas, de 76 países das Américas, África, Ásia e Europa. Atua na defesa coletiva da voz camponesa. Reúne cerca de 200 milhões de camponeses e de camponesas organizados, em todo o mundo.

Para garantir seus objetivos, internacionalmente, está dividida em oito regiões. Leste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, América Central, América do Sul, Caribe, África e Europa. Segundo Desmarais,

Delegados de todas as regiões reúnem-se a cada três ou quatro anos na Assembleia de Mulheres e Conferência Internacional da Via Campesina para determinar os direcionamentos, as políticas e as estratégias gerais. Conferências regionais são realizadas antes da Conferência Internacional para assegurar que o trabalho da Via Campesina esteja enraizado nas realidades locais. A CCI tem 16 membros com dois representantes (um homem e uma mulher) de cada uma das oito regiões. DESMARAIS, 2013, p.36)

La Comisión Coordinadora Internacional (CCI) é o órgão coordenador e decisório da Via Campesina Internacional e todas as principais decisões são tomadas após a consulta aos seus/suas dezesseis integrantes.

Desde sua fundação, a Via Campesina organizou congressos internacionais e uma série de encontros regionais e oficinas em diferentes partes do mundo. Estas reuniões e atividades permitem que se persiga um dos principais objetivos desta organização, que é “construir a unidade na diversidade das organizações [...] líderes de agricultores e camponeses reconhecem as diferenças, começam a estabelecer algumas bases comuns, solidificam uma identidade coletiva e chegam a consensos sobre estratégias e ações” (DESMARAIS, 2013, p.38).

Unidade na diversidade, soberania alimentar, biodiversidade, terra, água, territórios, solidariedade internacional, agroecologia, sementes crioulas, justiça climática, meio ambiente, direitos de camponeses e de camponesas, autonomia de comunidades, programa para a agricultura camponesa, gênero e solidariedade com trabalhadores e trabalhadoras emigrantes e assalariados são alguns dos eixos de atuação da Via Campesina.

A Via Campesina insiste que um modelo alternativo deve ser baseado em certa ética e valores nos quais a cultura e a justiça social sejam importantes, e mecanismos concretos sejam estabelecidos para assegurar um futuro sem fome. O modelo alternativo da Via Campesina acarreta recapturar aspectos do conhecimento tradicional, local ou dos agricultores, e combinar esse conhecimento com novas tecnologias quando e onde for apropriado fazê-lo. (DESMARAIS, 2013, p. 48).

No Brasil, a Via Campesina vem sendo composta por um conjunto de organizações, que são: Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil.

No estado do RS, fazem parte da Via Campesina as seguintes organizações sociais: MST, MAB, MPA, MMC, CPT, PJR e FEAB. Esses possuem organicidade autônoma e própria, atuando nas diferentes frentes que formam o projeto de agricultura camponesa, defendido e construído por eles e elas coletivamente.

### **2.3.2 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**

O MMC é um movimento autônomo de mulheres do campo. Inicia seu processo de organização no final da década de 1980, em sintonia com o surgimento de vários outros movimentos sociais do campo e da cidade. Foram motivadas pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, num período em que as camponesas não tinham sua profissão reconhecida.

No período em que inicia sua organização, surge com diferentes nomes, tendo em vista a especificidade da organização em cada estado. Em 2004, as camponesas do Brasil, depois de intensos debates realizam seu 1º encontro nacional, onde unificam um conjunto de movimentos de mulheres do campo, em uma única organização nacional, o MMC.

Sua missão tem sido

A libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. Disponível em: [www.mmcbrasil.com.br/site/node/45](http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/45) - acesso em: 25/05/2018 as 10h49

No Rio Grande do Sul, o MMC atua em diferentes municípios e com camponesas de diversas regiões do Estado. Uma destas regiões é denominada de Palmeira das Missões, onde se situam os municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre, onde foram realizadas as entrevistas para a produção desta tese.

### **2.3.3 – Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**

O MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, constituído por grupos de famílias camponesas. Está organizado em 17 estados do Brasil e luta por um projeto popular para o Brasil.

Tem como objetivo:

A produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.  
Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/areastecnicas/itemdicionario/mpa-movimento-dos-pequenos-agricultores> - Acesso em: 25/05/2018 as 14h17

O MPA foi fundado em 1996. No Rio Grande do Sul, possui regiões em que organiza o trabalho com as famílias camponesas. Uma destas regiões é Cruz Alta, que contempla, dentre outros, os municípios de Ibirubá e Selbach, onde foram realizadas as entrevistas com as pessoas idosas.

### **2.3.4 – As lideranças do MMC e do MPA como parte do processo metodológico da pesquisa**

Neste item veremos como, neste estudo, as lideranças do MPA e do MMC foram integrando a metodologia da pesquisa. Configuraram-se não só como pessoas que acompanharam o processo, mas foram aquelas que contribuíram de forma qualitativa com a



construção dos elementos que possibilitaram a escrita desta tese. Vou identifica-las com seu nome, quando das citações.

Trarei elementos da metodologia que utilizaram, mas também, elementos da percepção das lideranças sobre a questão do acesso ao crédito consignado aos idosos camponeses e às idosas camponesas, de modo a adentrar ao tema, tendo em vista os demais capítulos que se seguirão nesta tese.

Para iniciar esta discussão, é importante considerar que, não somente o companheirismo militante e comprometido, fez com que as lideranças se envolvessem neste processo. Este elemento também compôs o cenário. No entanto, segundo relato em entrevista, elementos como a preocupação com os riscos do endividamento sem outra renda para compor o orçamento de pessoas idosas, causados pelo acesso sem informação suficiente ao crédito consignado, foi uma das motivações das lideranças em acompanhar o estudo. Conforme segue: *“foi pela preocupação, também, com estes idosos estar acessando tanto crédito”* (Maria).

As lideranças externam uma grande preocupação com o sofrimento das pessoas, e com os riscos que tem de ficar em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que, com o acesso do crédito consignado, há cortes em partes que são vitais para idosos e idosas, como a alimentação que não produzem e, portanto, necessitam comprar.

A gente percebe que as pessoas elas sofrem uma vulnerabilidade social muito grande, porque acabam antecipando um recurso que seria necessário mensalmente. É gasto e muitos não tem depois, nem para garantir as necessidades básicas, da alimentação, da medicação... então afeta muito mesmo a vida das pessoas. As vezes a gente escuta muito isso, tá, mas ela não é aposentada... é aposentada mas ela tem financiamento. E na área social a gente olha muito assim, mas o recurso, o salário saiu integral, mas não chegou até o idoso que não tem mais acesso. Já aconteceu de ter que fazer parecer social, solicitando auxílio alimentação pra idoso pra não deixar ele em situação de insegurança alimentar. Como muitos procuram auxílio de medicação. (Margarete)

Portanto, para além do estudo, há uma preocupação com a vida das pessoas que residem no meio rural, pois, conforme afirmação se queremos ajudar, não é desta forma, incentivando o acesso ao crédito consignado.

Esses idosos eu escolhi porque eu sabia que eles tinham acessado esse crédito consignado, que na hora de receber eles falam...bah, faltou...bah, descontou e eu precisava pra isso, sabe. Anos atrás, a uns cinco anos, um cara meio me contratou pra fazer isso, mas eu fiz muito poucos, porque depois que eu vi que o pessoal começou a sofrer mesmo, eu disse...não, não, não é comigo isso aí. Isso não é comigo! Pode ser, como eles mesmo disseram, que na hora ajuda, mais isso aí não é coisa boa, cinco anos para pagamento e, por exemplo, pegava cinco mil e pagava oito. Se a gente quer ajudar não é por meio disso, pensei, e daí larguei sabe. O cara não gostou muito. (Nita)

Na fala desta liderança, além dos elementos que motivaram a escolha por estes idosos e estas idosas que foram entrevistadas, também chama a atenção o fato do convite da financeira para ela trabalhar, oferecendo e fazendo créditos consignados. Este mesmo fato acontece noutra município onde realizei a pesquisa. Durante as entrevistas, apareceu na fala das pessoas idosas o fato de que contrataram o crédito com uma pessoa conhecida, que era de confiança. Deste modo, ao que parece, uma das estratégias das financeiras no meio rural tem sido se aproximar de pessoas que são referência local, que os idosos e as idosas reconhecem como sendo de confiança, para, possivelmente ampliar o acesso. Neste caso, Nita se deu conta de que o crédito trazia mais sofrimento para as pessoas que faziam e desistiu de seguir trabalhando com a financeira. No caso da outra liderança ela segue fazendo os empréstimos. Há um alto grau de acesso pelas pessoas naquele município, mas os idosos e as idosas que com ela contrataram dizem que ela explica muito bem as regras para o acesso, os juros e a quantidade de prestações antes das pessoas assinarem o contrato.

Voltando para a metodologia de escolha das pessoas para as entrevistas, por serem lideranças locais, integrarem a comunidade e ser referência em seus municípios de origem, conhecem a realidade local. Assim, o convite para as pessoas participarem das entrevistas foi feito para aquelas que já haviam acessado o crédito consignado. O tipo de trabalho e de militância que desenvolvem contribuiu para que as lideranças tivessem informações prévias, mesmo sem dados ou pesquisas realizadas localmente sobre o tema.

Eu cheguei já sabendo, mais ou menos, porque como a gente é vizinho, a gente é conhecido já sabe mais ou menos quem tira e quem não tira. Assim, quando cheguei para perguntar se aceitariam fazer a entrevista já tinha a informação de que haviam acessado. Algumas nos contaram do acesso, outras a gente ficou sabendo de outras pessoas. (Maria)

Primeiro, é porque eu trabalho numa cooperativa, no MPA e no coletivo de mulheres e assim, como a gente conversa bastante e todo dia passa povo por nós lá, eu fiquei muito conhecida... que nem feijão preto (risos). Daí, assim, o pessoal procura muito socorro, como eu trabalho bastante com PRONAF, com banco... eles acham que eu tenho a solução. Eu conheci assim, mais pessoas, por parte do movimento, do Movimento dos Pequenos Agricultores, que a gente mobiliza, sabe? E, eu cheguei até eles, pelo conhecimento que eu tinha da vida deles lá no campo. Por isso que eu escolhi umas das tantas...umas das tantas entrevistas...porque se tu fosse ver, tu ia ficar um mês aqui, bem certinho. E foi através disso que eu conheci. (Nita)

As mulheres que foram selecionadas pra fazer as entrevistas, são lideranças que buscam sempre estar presentes nas atividades dos movimentos, que tem bastante bagagem e experiência de vida. Aí fui fazendo o convite e todas aceitaram. Perguntei se tinham disponibilidade e possibilidade. Fiz uma visita domiciliar para cada uma e conversei sobre a possibilidade e todas aceitaram. (Margarete)

A metodologia utilizada por elas, conforme se percebe nas falas acima, também foi um fator importante neste procedimento. Além do convite, as lideranças anteciparam o que seria o

estudo e o tema que seria abordado, seja através de visitas nas casas ou com telefonemas. Assim, em todas as casas que visitamos para fazer as entrevistas, as pessoas idosas estavam nos esperando. Alguns chegaram a cobrar do por que havíamos atrasado do horário combinado anteriormente. A confiança estabelecida localmente, o trabalho desenvolvido pelas lideranças e seu acompanhamento em todas as entrevistas contribuiu de forma significativa para obter os resultados deste estudo.

Por meio das informações que circulam localmente e que chegam até elas, as lideranças acreditam que entre 70% a 80% das pessoas idosas do meio rural acessam ao crédito consignado. Para elas, o acesso é feito por necessidade, doença, construção ou reforma de casas, para pagar outras dívidas em que o juro é mais alto, para não ficarem inadimplentes, ou ainda, acessam por pressão das financeiras que utilizam de estratégias muito específicas com a população camponesa. Há muita propaganda circulando sobre os benefícios do crédito consignado no meio rural.

Outro elemento importante citado durante a entrevista é a realidade de pressão e exploração dos filhos, para o acesso ao crédito consignado. Para as lideranças, quando os filhos e filhas passam por alguma dificuldade, recorrem aos pais.

Também entra muito a exploração dos filhos, da família em si. Quando os filhos passam por alguma dificuldade, o primeiro foco que eles pensam é nos pais. E a gente trabalha muito este respeito, que se eles recebem a aposentadoria é porque já não tem mais condições de estar inseridos no mercado de trabalho. Mas eles precisam daquilo ali, foi aquilo que eles contribuíram a vida inteira e que é um direito, onde os filhos têm que gerenciar a sua própria dinâmica financeira. Em muitos casos tem sido até feito denúncias, para que sejam tomadas providências. (Margarete)

Para elas, há diferenças de gênero com relação ao acesso. As mulheres acessam mais pela falta de informação ou ainda, quando um filho ou filha passa por alguma dificuldade, ele ou ela tende a procurar mais a mãe. Já quando a dificuldade é da família, o acesso é feito por ambos.

Eu acho que o acesso é “parelho”, porque a dificuldade é lá na família, sabe. Eles têm determinada dificuldade, eles conversam e, como tu viu, os dois tiram, os dois fazem o acesso, por isso, acho que é “parelho”. (Nita)

Eu acho que as mulheres acessam mais. E eu acho que é por esta falta de informação. (Maria)

Eu acho que as mulheres fazem mais financiamento. Os homens acabam fazendo menos. Essa solicitação dos filhos, vai mais pra mãe. A gente recebe mais casos de mulheres que fazem e encontro bem menos homens que fazem. A gente percebe assim, que os filhos procuram mais as mães. (Margarete)

Ainda, temos algumas diferenças, por elas identificadas, com relação ao acesso por pessoas que integram os Movimentos Sociais, daquelas que estão “sozinhas”. As pessoas que

integram os Movimentos têm mais acesso à informação, as que buscam qualificação permanente sabem que podem acessar outros programas e se defendem mais.

Tem sim. Tu viu ontem que o pessoal do Movimento já está mais esclarecido, em não acessar mais e eles não indicariam pros outros. A gente percebe que o pessoal do Movimento é mais esclarecido, porque o pessoal do movimento vai, orienta, esclarece... tu entra aqui, tu não entra aqui que tu não sai mais. É mais esclarecido. E os outros que vão sozinho, sabe, que a gente não tem contato, sem ser do movimento, ele é mais isolado e ele entra sempre. Entrou um salário novo e ele tá lá renegociando aquele pouquinho de aumento. Esse último aumento de salário mínimo deu 300,00, mas ele tá lá refazendo e voltam todas as prestações. Se ele tinha pra cinco anos, ele renegocia e volta tudo de novo, os cinco anos de novo, e o pessoal nunca sai disso daí. (Nita)

Sim, tem mulheres que acessaram, mas é bem menos, porque a gente conversa com as pessoas é e bem menos o número de pessoas que participam do Movimento e que acessam o crédito. Pra mim, isso é devido a própria informação que tem dentro do Movimento. (Maria)

Sim! As pessoas que fazem parte de movimentos sociais e que buscam a qualificação permanente, estas pessoas sabem se defender a hora que as pessoas vêm para fazer proposta de financiamento. Elas não se envolvem tão rápido assim. Elas já têm conhecimento de que podem ir num banco, de que podem acessar outros programas... assim, tem muitas diferenças. (Margarete)

Para as lideranças, o acesso ao crédito consignado pode acarretar um conjunto de problemas para as pessoas e para o meio rural. Os riscos com o endividamento são grandes porque as pessoas idosas, na sua maioria, não tem outra renda fixa além da aposentadoria que é de um (01) salário mínimo mensal, há pouca informação sobre os riscos de se acessar e ainda, há uma grande preocupação com a situação de vulnerabilidade social de idosos e idosas, tendo em vista que os cortes que são feitos.

Se tu não controla as dívidas, você acaba se endividando, porque tu não tem outro recurso. O meio rural tá muito assim, só o idoso. Então a própria pessoa vem e convence o idoso de que aquilo é bom. E o idoso acaba se envolvendo e fazendo mesmo, acessando. Se tu pensar assim, eu fiz porque precisava fazer a casa, mais na loja eles fazem aquela compra parcelada, que tu compra e vai pagando por mês também. Daí tu não tem o juro, e ali no empréstimo você paga na hora a loja, mas daí tu tem juro pra pagar e segue pagando. Na hora parece bom, mas depois... e outra que também não é bem esclarecido na hora. Essa conversa você viu que tem em todas. Aumentou o salário e eles começam a ligar pras pessoas pra fazer de novo. (Maria)

Tem que ter um trabalho permanente contra a exploração do idoso. Eu sou contra esta exploração, porque a comida está cara, dificilmente um idoso não gastar com remédio... aí mais a prestação sobre um salário mínimo... tem muito idoso que eu visito que eles não têm nada. Foi tirado tudo deles. Um foi explorando, outro foi explorando... (Margarete)

Não ter o conjunto das informações sobre o crédito consignado também é uma preocupação, tendo em vista a forma abusiva de abordagem e atuação das financeiras no meio rural que, além de ir às casas, ligar para as pessoas toda vez que aumenta o salário e a margem consignável do idoso e da idosa, ainda tem cometido ações pouco exemplares no campo.

Teve um período aí que andou uma equipe aí fazendo estes créditos, elas fizeram os financiamentos e depois só descontavam do banco e a pessoa não acessava o recurso que contratou, então assim, é bem grave e dificilmente a pessoa vê isso como fraude. A gente solicita que se denuncie, que se apure, e que se tome alguma providência. Aí começam a pegar dinheiro emprestado, a juro. A alternativa que eles acham é essa. Então você tem os idosos em vulnerabilidade por conta disso. (Margarete)

Só tem a informação por meio das pessoas que já vem na casa pra fazer o crédito com o idoso, e aquilo que se falava hoje de manhã, né, que pra informação tu tem que ir no INSS, até se tu acabou esquecendo o tempo que tu vez e quanto tempo leva pra terminar o empréstimo esse você tem que ir no INSS com teu cartão pra saber, porque aqui no município não tem. Na entrevista de hoje de manhã, vimos que o empréstimo foi feito no banco, mas a pessoa não ficou com o papel, e disse que não sabe quando termina de pagar. Mas como que a pessoa faz um negócio e não fica com uma cópia? (Maria)

Não, não... não tem informação. Por exemplo, na cooperativa que eu estou a 11, 12 anos, não tem, nem entra esse assunto. Nas reuniões do Movimento nunca entrou. Uma pessoa que fez, e não queria pagar todos esses anos, ela foi no Banco do Estado pedir informação e eles deram um 0800 pra ela ligar. Ela ligou, renegociou, pagou tudo, caiu fora e nunca mais quis saber. É o que fiquei sabendo, que era minha amiga, sabe? (Nita)

Diante da identificação desta realidade, as lideranças propõem algumas ações, que vão, desde suas práticas cotidianas, mas também fazer reuniões específicas ou aproveitar as atividades que já se tem programadas para falar do tema. Outra estratégia sugerida é a produção de materiais como folders e cartilhas para distribuição e realizar trabalho permanente com pessoas idosas e suas famílias, especialmente sobre administração financeira.

Eu acredito assim, que tem que trabalhar a orientação e a informação. A gente trabalhou muito a denúncia, o dique 100 dos direitos humanos. Quando a gente faz este trabalho, quando a gente trabalha o estatuto, as pessoas criam coragem de denunciar e elas aprendem a se defender. Então, campanha, folder, tudo que for recurso de divulgação e informação ajuda, para que se antecipe o fato de chegar na vulnerabilidade. Acho que este é um foco que nós temos que investir e trabalhar na informação, desde a aprenderem a se defender, a se proteger em relação a isso, mostrar outras possibilidades. Porque você percebe que não tem o contrato, eles não têm documentação nenhuma, eles não sabem quanto é de juro, nada... ah, é descontado só um pouquinho lá no teu salário...mas este pouquinho para quem recebe pouco, faz muita diferença. (Margarete)

Eu acho que a gente tem que divulgar mais. Uma palestra, sabe, ou ir nas pré-assembleias da cooperativa, nossa, se a gente largasse 10' para gente conversar sobre isso, né, como ontem, o idoso nem sabia o termo que ele assinou. Se tu pega aquelas três ou quatro folhas e lê, o pessoal não assina mais. O Movimento tem que começar a esclarecer, sabe. Olha a senhora ontem, por ela não acessa mais. E eles começam a ficar espertos e não cedem nem pros filhos. Eu acho assim, a cada reunião, não importa o tema, a gente tem que divulgar... no encontro de mulheres, nas mobilizações que a gente encontra muitas pessoas.... e vai divulgando. Eu acho importante e deve, deve! Isso fica pro resto da vida. Como te disse, esse pessoal que conheço, vai fazendo, renegociando e nunca de livra... e isso é uma bola de neve. Tem uns que tu vai ouvir ainda, não... me ajudou nisso, me ajudou naquilo... mais não sabe que tem cinco anos pra ir descontando. Isso é apavorante. E as financeiras que deviam fazer isso, de explicar, não fazem. (Nita)

Eu acho que há uma necessidade, sim, de reunir as mulheres, principalmente, no meio rural e esclarecer melhor esta questão do endividamento. Eu acho importante,

sim, ter mais esclarecimento. Ter uma equipe que reúna as pessoas e que diga que aquilo não é bom, né ou que avise dos riscos deste acesso. (Maria)

Percebe-se, contudo, o papel educativo do próprio ato de realizar a pesquisa com esta temática no meio rural. Mesmo sendo apenas uma entrevista, o fato das pessoas pararem para conversar sobre isso já foi um ponto bem avaliado, tanto pelos idosos e idosas quanto pelas lideranças locais. Esse aprendizado foi externalizado através de palavras, mas também desejos de que conseguisse bons dados para a produção da tese, conforme segue:

É uma coisa bonita, sabe, porque hoje em dia o povo não tem tempo de conversar com o agricultor. Se tu for fazer um convite, como a gente fez o convite, tu fica a tarde inteira lá. Eles são tão carentes de conversa. Por isso que te falei, que depois da entrevista, eles ficam te agradecendo...obrigado por ter me escolhido...que eles falaram. Nossa, conforme esse tema, foi o primeiro que veio pra nós aqui e quando tu me falou eu disse, bah, isso é bom. Porque o pessoal não sabe o que tá fazendo, com a aposentadoria. Aqui no nosso município, a primeira a trazer esse assunto foi você, sabe. Por isso que eu lutei pra você vim aqui, porque o pessoal que a gente conseguiu visitar, com certeza ficou a marca. Eu te garanto que estes, por onde tu passou fazendo as entrevistas, estes não voltam mais a fazer. Tenho certeza! Tenho certeza! Esses já se curaram. Já foram curados (risos). E isso que foi só uma entrevista, não foi uma reunião, não foi um debate. Imagina um debate sobre isso! Já estava até pensando de reunir todos os aposentados, em cada comunidade, pra explicar isso aí. Tu viu ontem que teve um que disse: me diz depois como foi. (Nita)

Eu aprendi bastante observando isso (as entrevistas), do que vai acontecendo, a gente percebe que, quando a gente vai encaminhando uma aposentadoria, você pensa assim, bom a família vai ter uma segurança financeira agora, mas se percebe que nem sempre isso acontece. Trabalhar a administração financeira acho que também é uma função dos movimentos sociais para poder contribuir com as famílias. No meu trabalho percebo assim, que às vezes tem renda, mas ela acaba não sendo bem administrada. (Margarete)

A consideração das lideranças como coparticipantes no processo de produção das informações para este estudo dialoga com alguns dos pressupostos da pesquisa participante, principalmente no que diz respeito à alternativa solidária na produção do conhecimento, com exercício de relações horizontais e não autoritárias. Sugiro que mais experiências amorosas e comprometidas como esta sejam experimentadas por outros pesquisadores e pesquisadoras, de modo a ir construindo outras percepções e práticas ao se vivenciar uma pesquisa.

### 3 ENVELHECIMENTO

Por envelhecimento entende-se um campo de estudos amplo, complexo, heterogêneo e diversificado, que pode ser visto sob diferentes aspectos como o clínico, físico, biológico, de construção social, psicológico ou mesmo enquanto um processo e uma construção histórica. Assim, não pode ser delimitado apenas com o recorte etário, apesar de ele ser importante para delimitação prática e para a constituição das políticas públicas para o segmento.

Envelhecer no campo se difere do envelhecimento na cidade, embora, do ponto de vista prático, não exista um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Mesmo no meio rural há muitas e diversas formas de envelhecer, tendo em vista que ele é um processo também individual.

Diante do exposto, esse capítulo está dividido em três partes. A primeira procura, de forma abrangente e teórica, trazer a temática do envelhecimento. A segunda faz esse enlace teórico com o campo. Já a terceira traz elementos das falas das pessoas idosas que residem no meio rural, dando voz aos sujeitos que integraram esse estudo, fazendo enlaces possíveis do envelhecimento com o campesinato.

#### 3.1 ENVELHECIMENTO: CONCEITOS BÁSICOS

Para iniciar essa discussão, é importante levar em consideração que pessoas idosas sempre existiram na história da humanidade, desenvolvendo diferentes atribuições e tendo diferenciados papéis, construídos e significativos para determinado período histórico.

Para ilustrar essa afirmação, tem-se um pequeno trecho que descreve um dos papéis desempenhados pelos velhos e velhas, há cerca de 26 mil anos atrás:

A velha, pessoa mais longeva no povoamento, porém ainda vigorosa, supervisionará o fabrico de fios e selecionará os melhores como urdidura e trama para seu próprio tear. No ano anterior, ela ensinou às jovens cinco das oito formas de entrançar, algumas para elaborar cestos e esteiras de chão, outras especiais para o fabrico de tapeçarias de parede que ajudavam a proteger do vento congelante do inverno, e ainda outras para os refinados mistérios do entrelaçar os fios por dentro da urdidura de forma a produzir roupas bem tecidas e no formato certo para vestir bem e proteger das intempéries. A velha, um pouco assustadora para as meninas por ser tão poderosa, escolheu uma delas como pupila: ela aprenderá a costurar as camisas usadas nos cerimoniais. Ela indicará à outra a arte da tecelagem, e, um dia, talvez, essa garota se tornará a Velha, a tecelã que faz os melhores tecidos para trajar quem quer que assuma como líder (ADONÁSIO; SOFFER; PAGE, 2009, p. 180).

Autores e autoras escrevem que, ao longo da história, as pessoas idosas possuíam diferentes lugares sociais. Segundo Elias e Scotson, em pesquisa que originou o livro Os

estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, as pessoas mais velhas, tinham status na comunidade devido a sua idade e isso,

[...] lhes permitem pronunciar-se sobre os problemas da juventude ou a situação econômica, que eles digam respeito a seu ramo de negócios ou não, sobre os problemas populacionais, as questões da guerra e da paz e muitos outros assuntos, que ele discute com uma erudição segura. Os jornais transmitem suas palavras como num discurso abalizado (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.72).

É certo que, quanto mais longe se vai na história da humanidade, menos se sabe sobre a presença das mulheres e dos velhos e velhas e mais difícil fica de se conseguir tecer a trama das relações que eram estabelecidas, tendo em vista que foram encontrados nas escavações paleontológicas apenas restos de ossos. No entanto, o que se procura, aqui, é evidenciar a presença de idosos e idosas no desenvolvimento da humanidade, apesar de representarem fatos isolados, devido à presença em números relativamente baixos na história da sociedade.

Atualmente, pode-se considerar a presença e a discussão sobre o envelhecimento humano como um fato mais cotidiano, tema que vem sendo abordado por diversos setores da sociedade, devido ao processo de envelhecimento populacional que está em curso.

Segundo Netto (2002), o século XX foi, principalmente, um século de crescimento populacional; em 1960<sup>1</sup>, a taxa de fertilidade por mulher em idade reprodutiva era de 6,21 filhos e filhas. O autor afirma que as taxas de crescimento da população brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 giravam em torno de 3% ao ano. A partir daí, houve um declínio, com redução acentuada nos níveis de fecundidade, tanto que, em 2010, o número de filhos e filhas por mulher em idade reprodutiva era de 1,87<sup>2</sup>. Dessa forma, a alta fecundidade do passado, aliada à redução da mortalidade em todas as idades, resultará em um crescimento elevado da população idosa nos próximos 30 anos, constituindo o que está sendo chamado de “onda idosa” e demarcando o século XXI como de envelhecimento populacional.

Segundo o mesmo autor, há duas formas de explicar o processo de envelhecimento populacional. A primeira delas é o envelhecimento pela base, em que há uma queda da fecundidade que leva à redução na proporção da população jovem e a um conseqüente aumento da população idosa. A segunda forma é o envelhecimento pelo topo, que se caracteriza pela diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas, contribuindo para que esse segmento populacional sobreviva por períodos mais longos.

<sup>1</sup> Com relação a quantidade de filhos e filhas por mulher em idade reprodutiva, pode-se exemplificar com dados da pesquisa que realizei em março de 2018. Das pessoas entrevistadas, que variavam entre 58 e 85 anos, a quantidade de filhos/as variava entre 01 e 11.

<sup>2</sup> Fonte: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>



Sendo assim, o fenômeno do envelhecimento populacional pode ser traduzido especialmente pela relação existente entre: as altas taxas de fecundidade do passado, as melhorias nas condições sanitárias, a alfabetização das mulheres, os avanços na ciência, a pesquisa e a tecnologia, a diminuição progressiva das taxas de fecundidade, bem como, de mortalidade em todas as idades, acarretando um aumento da expectativa de vida. Outros autores, ainda, acrescentam a esse fenômeno a migração, que vai delimitar as regiões que haverá maior contingente idoso ou jovem.

No entanto, importante destacar que, apesar do envelhecimento populacional ter significado uma das principais conquistas do século XXI, ele também traz consigo grandes desafios para as políticas públicas e para as estruturas organizativas e sociais. Segundo Camarano e Pasinato, esses desafios estão situados nas dimensões econômicas, sociais, direitos e responsabilidades.

Um dos mais importantes é o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir tanto um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (CAMARANO e PASINATO, 2006, p.253).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostraram que 11,5% da população brasileira e 13,66% da população do RS se encontravam acima dos 60 anos de idade. Em Porto Alegre, capital desse estado, neste mesmo ano, a percentagem era de 15,4% da população formada por pessoas acima de 60 anos de idade.

Atualmente, segundo a agência de notícias do IBGE,

Entre 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambas com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais. O Amapá, por sua vez, é o estado com menor percentual de idosos, com apenas 7,2% da população. Disponível em: <<https://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br>> - Acesso em: 27/05/2018 às 16h05

Em comparação com a média brasileira, o estado do Rio Grande do Sul, tem apresentado um índice de envelhecimento superior. Enquanto que, a fecundidade no Brasil, no ano de 2018, é de 1,65, no RS esse índice é de 1,52. Para o mesmo ano, com relação ao envelhecimento da população brasileira, ela se apresenta em 40,28 enquanto que no RS esse dado é de 64,73.

O IBGE também traz uma pesquisa muito interessante sobre a projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Segundo as informações, em 2030, teremos 13,44% da população brasileira acima de 65 anos de idade.

Outros dados, sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2002, apontam que no continente americano vivem 12% da população mundial, da qual 28% possui mais de 60 anos de idade. A América Latina, em 20 anos (1980 a 2000), teve um acréscimo de 120% da população como um todo e de 236% da população idosa. De 1990 a 2025, a população idosa mundial crescerá 2,4% ao ano, contra 1,3% de crescimento anual terrestre. Do total da população idosa brasileira, 76,7% vivem nos centros urbanos. Nos últimos anos, houve um decréscimo de 36% da população jovem e um acréscimo de 140% da população idosa no Brasil.

As estimativas apontam que, no ano de 2000, havia uma pessoa idosa para cada 3,6 crianças e que, em 2020, esses números passarão para uma pessoa idosa para cada 1,57 crianças e, em 2050, de uma pessoa idosa para cada 0,72 crianças. Assim, é possível perceber que o Brasil, assim como a maioria dos países do mundo, será um País com muitos idosos e idosas.

Outro dado que chama a atenção (IBGE, 2010) é que, dos aproximados 20 milhões de idosos do País, 55,7% eram do sexo feminino. Estudos apontam que, quanto mais velho for o contingente estudado, maior é a proporção de mulheres, porque, em média, as mulheres vivem entre cinco e seis anos a mais do que os homens. A expectativa de vida ao nascer, que era de 73,92 anos para as mulheres e 66,01 anos para os homens em 2000, passou para 79,80 anos para elas e 72,74 anos para eles em 2018. A projeção que se faz é que, em 2030, as mulheres tenham uma expectativa de vida em torno de 82 anos e os homens de 75,28 anos. Com relação ao RS, a expectativa de vida segue sendo maior para as mulheres do que para os homens. No entanto, por aqui, a média de vida tem sido superior a média nacional. Em 2018, a expectativa de vida para as mulheres é de 81,58 anos e para os homens é de 74,91 anos.

O fenômeno de ter mais mulheres idosas do que homens idosos, segundo estudos de Netto (2002), pode ser explicado, principalmente, devido aos seguintes fatores: as mulheres possuem, naturalmente, um fator de proteção a eventos cardiovasculares, presente no hormônio feminino; há uma diferença na exposição a fatores de risco; há diferenças no consumo de álcool e fumo; e há diferenças de atitude com relação a doenças, pois as mulheres procuram mais os serviços de saúde e tem o atendimento médico-obstétrico, com assistência ao pré-natal e ao parto.

Pesquisa realizada em 2010 pelo IBGE aponta, na diferença entre os sexos, que o número de mulheres idosas é maior do que o de homens nas áreas urbanas. Na região Sul do Brasil, a diferença era de 67 homens para cada 100 mulheres residentes na cidade. Nas áreas

rurais, a pesquisa mostra que, no País, existem mais homens idosos do que mulheres, sendo um número de 107 homens para cada 100 mulheres que residem no campo.

Essa diferença é resultado da migração rural/urbana em que as mulheres idosas se dirigem com maior frequência às cidades para residir com filhos, filhas, netos, netas ou outros parentes após ficarem sozinhas ou viúvas. Também se aponta para o fato de que os homens têm maior presença em atividades tipicamente rurais (IBGE, 2010).

Os dados descritos demonstram um aumento no número de pessoas idosas no Brasil e na América Latina decorrente do processo de envelhecimento populacional. No entanto, cabe destacar que esse processo global também é individual, pois as pessoas envelhecem na medida em que a sua idade aumenta, sendo um processo irreversível e natural.

Importante considerar que há diferenças conceituais com relação aos termos: idoso, velho e terceira idade. Como é perceptível, no início deste texto, trabalho com as expressões idoso, idosa, velho e velha. As primeiras são porque o termo é utilizado nas legislações vigentes no Brasil. O segundo de modo a ir desconstruindo os estereótipos que foram sendo produzidos em torno da palavra e porque no meio rural, as pessoas se identificam como mais velhas.

De todo modo, aqui se pretende tratar desta temática, considerando que as pessoas idosas formam “um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão” (DEBERT, 1996, p.01) da vida, do cotidiano e das políticas públicas.

Na realidade brasileira, as pessoas idosas se constituem em uma categoria social em constante transformação, “dada as inúmeras mudanças sociais em curso e a visibilidade que esse grupo vem obtendo perante os diversos agentes sociais, o que reforça a legitimação de suas demandas” (RINCO e DOMINGUES, 2012, p.81).

O surgimento das categorias sociais, separando a vida em etapas, tem relação com o ordenamento social durante a constituição da modernidade. Essa divisão “favoreceu a formação de identidades etárias que passaram a definir, por meio de características de conduta, crenças, hábitos corporais e ideais de satisfação, a experiência de ‘habitar’ cada uma dessas etapas da vida” (SILVA, 2008, p.157).

Deste modo, a noção da velhice como etapa diferenciada da vida, segundo a autora Luna Rodrigues Freitas Silva, foi construída no período de transição entre os séculos XIX e XX. Para ela,

Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Dois fatores se destacam como fundamentais e determinantes: a formação

de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias (SILVA, 2008, p.158).

Para a autora, desde o surgimento da velhice como etapa da vida, o discurso médico passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente o envelhecimento físico, mas também as representações sociais sobre a experiência de envelhecer, onde os indivíduos passaram a recorrer ao discurso médico para definirem suas experiências como velhos e velhas.

De fato, a definição médica da velhice disseminou-se para outros campos de saber e determinou amplamente o seu espectro no imaginário cultural, alimentando os discursos do Estado, a formulação de políticas assistenciais e a formação de outras disciplinas como a gerontologia (SILVA, 2008, p.159).

Cabe destacar também, o segundo fator destacado pela autora, que é a institucionalização da aposentadoria, como elemento social, mas também que possibilitou a ampliação do olhar sobre a velhice. Conforme Silva,

A ampliação do olhar das disciplinas especializadas sobre a velhice também se relaciona com o processo de institucionalização da aposentadoria, o segundo fator que destaco como fundamental para o surgimento dessa categoria. Fruto do processo de industrialização, a criação de pensões foi uma resposta às modificações e aos problemas surgidos ao longo dos séculos XIX e XX (SILVA, 2008, p.159).

Debert (1999) destaca as décadas de 60 e 70 como o segundo período mais marcante para a história da velhice, quando esta passa a ser um problema coletivo e adquire visibilidade social.

Conforme se percebe, a categorização da vida, para as pessoas mais velhas, inicia com a construção do conceito velhice. No entanto, posterior a isso, há o surgimento da categoria terceira idade, que segundo literatura especializada, foi uma das maiores transformações porque passou a história do envelhecimento.

De fato, a modificação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, hobbies e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família (SILVA, 2008, p.161).

Deste modo, houve uma reconstrução da categoria social, não abandonando a expressão velhice, mas relacionando a terceira idade com lazer, criação de novos hábitos e cultivo de laços afetivos e amorosos. Soma-se a isso de que as classes médias começaram a se aposentar e não se reconheciam nas imagens até então construídas para a velhice. Assim, parece haver uma identidade maior e nada casual entre a classe média e as imagens construídas pela categoria terceira idade.

As classes médias acumulam fatores que aceleram o envelhecimento de seus membros: estão, mais do que qualquer outro grupo social, predispostas a recorrer ao conhecimento e à intervenção de especialistas; e cultivam o individualismo e a intimidade psicológica que favorecem o investimento dos sujeitos em identidades específicas. Essas características fazem dela o grupo da população mais ‘interessado’ na invenção da terceira idade (SILVA, 2008, p.163).

Para Silva (2008), a designação “velho” já não é mais adequada para esse grupo social e seu novo estilo de vida, porque estava fortemente associado “aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo sobretudo os velhos pobres (SILVA, 2008, p.163)”. Surge desse modo, a denominação “idoso”, que mais respeitosa, distinguia as camadas médias no seu processo de envelhecimento.

A mesma autora ainda chama atenção para o fato da supervalorização da terceira idade, ligada a ascensão de imagens positivas que compõem o processo de envelhecimento. Elas são importantes, mas, como diz Silva (2008),

[...] sua extrema valorização, a exclusão da possibilidade de vivenciar o envelhecimento por meio da quietude, do descanso e da inatividade – características mais próximas da descrição da velhice –, certamente perderemos diversidade no que se refere aos modos de vida e aos caminhos de satisfação dos sujeitos (SILVA, 2008, p.166).

Somado a isso, há diferentes fatores que contribuem para o bem-estar das pessoas, que podem ou não estarem ligados ao fato de se manterem ativos. Para Doll (2006) “existem diferentes fatores que contribuem para o bem-estar, mas, sobretudo, porque é um conceito de avaliação subjetiva e individual” (DOLL, 2006, p.19).

De toda a construção acima mencionada, cabe dizer que a formação dessas categorias sociais vem articulada ao momento histórico que se vivencia e as concepções que vinham sendo formuladas até então. Disso, resultam diversas transformações na vida coletiva, culminando na construção de experiências diversas, na formação de hábitos e imagens até então inexistentes.

O sistema de datação para essa categoria social está ausente da maioria das sociedades não ocidentais e, segundo Debert (1999),

[...] só ganha relevância quando é crucial para o estabelecimento de direitos e deveres políticos; isto é, quando o status de cidadão ganha precedência sobre as relações familiares e de parentesco (esferas em que a ordem geracional é uma dimensão central) e, também, sobre outras características, como a estrutura física e os níveis de maturidade dos indivíduos (DEBERT, 1999, p.76).

O estabelecimento de idades para se passar de uma etapa da vida a outra até os dias atuais ainda apresentam uma dimensão importante na organização social, apesar de que o discurso da pós-modernidade tente diluir essa importância. Concordando com Debert (1999) “a incorporação de mudanças dificilmente se faria sem uma nova cronologização da vida.

Seria um exagero supor que a idade deixou de ser um elemento fundamental na definição do status de uma pessoa” (DEBERT, 1999, p.75).

Para VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO (1999),

Esses modelos colocam que, apesar do envelhecimento continuar sendo representado na base de perdas, as pessoas idosas têm muitas capacidades de reserva que ficam sem ser exploradas, quer dizer, ganhos que passam despercebidos e, em consequência, não são valorizados (VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO, 1999, p. 480).

Estes ganhos não valorizados podem estar relacionados a questões individuais, subjetivas, ou dialogarem com o modo de vida vivenciado e os valores que são reproduzidos socialmente.

Para agregar nesta discussão, segundo Netto (2002, p. 26), biologicamente o envelhecimento começa tão precocemente quanto a puberdade. É um processo contínuo durante toda a vida. Culturalmente, são atribuídas características para os membros da sociedade, em que cada um tem funções e atribuições segundo sexo, cor e condição social. Em uma sociedade em que há desigualdades de condições, essas levam as desigualdades no processo de envelhecer. Intelectualmente, diz-se que alguém está ficando velho quando começa a ter lapsos de memória, dificuldade de aprendizado e falhas de atenção, orientação e concentração, quando essas dificuldades são comparadas com suas capacidades intelectuais anteriores. Economicamente, define-se que uma pessoa se torna idosa a partir do momento em que deixa o mercado de trabalho, ou seja, deixa de ser economicamente ativa. Funcionalmente, quando começa a depender de outros para o cumprimento de suas necessidades básicas ou de tarefas habituais. Cronologicamente, aos 65 anos para países desenvolvidos (corte etário adotado pela Organização das Nações Unidas em 1985) e 60 anos de idade para países em desenvolvimento.<sup>3</sup>

Dessa forma, o envelhecimento pode ser estudado ou visto pela perspectiva clínica, física, biológica, de construção social, psicológica e enquanto uma delimitação etária. A velhice também pode ser entendida como um processo e uma construção social e histórica, em que as sociedades atribuem diferentes significados e estabelecem funções e atribuições para cada grupo distinto, segundo idade, sexo e etnia que não se afirmam em uma materialidade, mas nas construções sociais que as fundamentam.

Debert (1999, p. 39) afirma que o “processo biológico é investido culturalmente, elaborado simbolicamente com rituais marcando fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam”. Desse modo, há uma validação cultural de cada estágio da vida das

---

<sup>3</sup> Na legislação brasileira, conforme o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, são consideradas idosas aquelas pessoas com 60 anos de idade ou mais.

peessoas, que não é apenas um reconhecimento de níveis de maturidade ou de contribuição para determinada sociedade, comunidade ou família, mas uma autorização para a realização de práticas como trabalhar, casar e se aposentar.

Como exemplo, no meio rural, segundo pesquisa realizada no RS por Jahn (2014), a aposentadoria é o ritual que demarca a passagem para a velhice, em que a pessoa passa a desempenhar novas/outras funções na família, comunidade e sociedade após se aposentar. Atualmente, como segurados/as especiais, as mulheres se aposentam com 55 e os homens com 60 anos de idade. Se considerarmos esse ritual de passagem, no campo, a velhice inicia para as mulheres, cronologicamente, antes mesmo do que a atual legislação brasileira apresenta.

No entanto, atualmente no meio rural, devido a reconfiguração das famílias, o ritual que marca a passagem para a velhice permanece, mas os papéis sociais anteriormente desenvolvidos na família e na comunidade se mantém, tendo em vista a ausência de mão-de-obra necessária e a quantidade de sujeitos que permanecem no campo para se ter uma substituição nas atribuições.

Cabe ressaltar que essa autorização social, tem se alterado, devido a cultura pós-moderna que estamos vivendo, onde há uma promessa de que é “possível escapar dos constrangimentos, dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades”. (DEBERT, 1999, p.71).

Desta maneira, trata-se de encorajar as pessoas a vivenciarem uma variedade de experiências “em um contexto em que a idade cronológica é pura maleabilidade, receptáculo de um número praticamente ilimitado de significações e, por isso, um mecanismo extremamente eficiente na constituição de novos mercados de consumo e de atores políticos” (DEBERT, 1996, p.07). Assim, ainda as crises da vida e seus desdobramentos, Debert (1999), disse que:

O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise (DEBERT, 1999, p.77).

Bosi (1994) acrescenta que a velhice, além de ser um destino – visto que todos nós envelhecemos um pouco a cada dia – também pode ser considerada como uma categoria social, uma vez que cada sociedade vive e trata de uma forma diferenciada o envelhecimento das pessoas.

Devido a contribuição da sociedade na construção dos elementos do processo de envelhecimento, dando a ele características específicas, a idade e seus elementos, segundo GORZ (2009) vem originalmente de outras pessoas.

a idade – tanto o número de anos como a ideia de maturação, de envelhecimento, de vida e de morte sem os quais o desconto do número de anos não teria sentido – nos vem originalmente dos outros, que não temos idade para nós mesmos, mas apenas enquanto Outros, por referência tanto à longevidade média dos indivíduos de nossa sociedade como às etapas e passagens iniciáticas para um estatuto novo que a sociedade institui sobre a base dessa longevidade média”. (GORZ, 2009, p.18).

Assim, não é só na cabeça individual de cada sujeito que são geradas as ideias sobre o envelhecimento, mas o mundo contribuiu na construção dessas percepções. Para Gorz (2009), “no mundo que se faz sob seus olhos ela nasceu e é de fora que ela toma posse dele como um pensamento sem sujeito que o pensa no nível do ser e que ele se limita a denotar bem ou mal esperando que outros a formulem contra si” (GORZ, 2009, p.24).

Envelhecer não é algo homogêneo; acontece de maneiras diferentes mesmo em indivíduos de uma mesma sociedade. Segundo Doll (2012), as pessoas idosas constituem um grupo altamente heterogêneo, marcado por processos diferentes de envelhecimento, em que os aspectos biológicos, psicológicos e sociais interagem de forma complexa e diferenciada. Na parte biológica, existe um processo de envelhecimento celular<sup>4</sup> que leva a uma série de modificações físicas. O envelhecimento psicológico se refere, principalmente, às capacidades cognitivas como memória, inteligência e formas de resolução de problemas.

Logo, Ferreira (2010) nos chama atenção para o fato de que o processo de envelhecimento precisa contemplar fatores pessoais e culturais, para além de ser visto apenas como um fenômeno natural e biológico. Para ele,

[...] o processo de envelhecimento precisa deixar de ser visto como uma decorrência de fenômenos puramente naturais e biológicos. Ele deve ser visualizado, também, como um fenômeno profundamente influenciado pela cultura, onde os indivíduos reagem a partir de suas referências pessoais e culturais (FERREIRA, 2010, p.362).

Mas o envelhecimento não é apenas isso. Para Gorz (2009) ele é, ainda, “uma metamorfose social, bastante frágil, já que o que o condiciona pode desaparecer: a continuidade da vida após alguns anos” (GORZ, 2009, p. 21).

O que teremos no presente e no futuro irá depender muito de como os indivíduos forem convencidos de qual prática e concepção irão assumir para suas vidas. Debert (1999), nos diz que “a plausibilidade dos cenários que montamos para o futuro da velhice dependerá

---

<sup>4</sup> Estudos apontam que, a partir dos 30 anos de idade, as pessoas começam a ter perdas celulares de 0,8 a 1% ao ano. Os sinais destas mudanças começam a ficar visíveis a partir dos 60 anos de idade.



muito do modo como os indivíduos, em função dessas previsões, forem convencidos de qual pode ser o seu destino e das práticas por eles postas em ação” (DEBERT, 1999, p.81).

Sendo assim, cada pessoa vive a velhice desde onde está pisando. Por isso, o processo de envelhecimento não pode ser definido de forma totalizante. É preciso considerar as condições mentais, sociais, individuais e de suas definições nos diferentes momentos e contextos históricos. Constitui-se, portanto, em um conjunto de elementos que envolvem todos os âmbitos da vida.

Desse modo, é possível afirmar que há existência de muitas velhices em nossa sociedade atual. Sendo que na sociedade capitalista, essa complexidade que engendra a velhice – ao mesmo tempo em que a caracteriza e diferencia como um grupo social – constrói novos mercados de consumidores, cria mecanismos de exploração maquiados sob o discurso de inclusão e, também, faz com que velhos e velhas vivenciem muitas formas de opressão.

Conforme Schneider e Irigaray (2008), as *“condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e do idoso”* (SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008, p. 585. Grifo do autor). Desse modo, as concepções de velhice nada mais são do que o resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios.

A velhice começou a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais a partir da segunda metade do século XIX. Elege-se a juventude como idade-padrão da sociedade contemporânea e o jovem, belo, moderno é igual a progresso; a juventude passa a ser vista como um valor social. Sendo assim, é com os olhos da juventude que muitas vezes se percebe a velhice e ela é vista como um declínio e, sobretudo, como a impossibilidade de ser positivamente valorizada na medida em que já se ultrapassou o ponto máximo do ciclo da vida, de produção e de reprodução.

Segundo Uchôa (2003) *apud* Ferreira (2010), essa visão do envelhecimento é característica do ocidente e possui uma ligação com o fato da centralidade na produção e no rendimento, tão logo, com características presentes na juventude.

Essa visão negativa e deficitária do envelhecimento, que é característica do ocidente, pode ser explicada como consequência de uma sociedade centrada na produção, no rendimento, na juventude e no dinamismo. Em sociedades não ocidentais, o envelhecimento é geralmente apresentado por imagens bem mais positivas, mostrando que uma representação centrada em aspectos negativos não é universal. (FERREIRA, 2010, p.362).

Esse declínio do corpo acontece de forma inevitável com todas as pessoas, conforme já percebemos nos parágrafos acima. No entanto, devido as construções sociais, do mercado de consumo, ele é negado por muitas pessoas e se tenta retardá-lo com uso de cosméticos.

Todavia, muitas vezes esse corpo já não responde mais as vontades individuais, mas como há uma cobrança social e uma pressão para que assim o seja, *“o declínio inevitável do corpo, o corpo ingovernável que não responde às demandas da vontade individual é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade”* (DEBERT, 1999, p.79. Grifo do autor) e os sujeitos, que neste caso passam a ser objetos, com seus corpos sendo mercadoria, acabam sendo punidos e punidas socialmente.

Sendo assim, pode-se dizer que o contexto determina a idade e o papel social da velhice, na medida em que indivíduo e a sociedade estão relacionados diretamente. Debert (1999, p. 40) acrescenta que a transformação das idades em um laço simbólico privilegiado é necessária para a constituição de atores políticos e redefinição de mercados de consumo, em que as idades cronológicas, nas sociedades ocidentais, se constroem como um mecanismo básico de atribuição de *status* (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho) e de formulação de demandas sociais (o direito a aposentadoria).

Aqui cabe considerar todo o esforço para a constituição de uma nova linguagem pública, empenhada em alocar o tempo de aposentados e aposentadas, na construção de comportamentos, estilos de vida, com medicamentos, cremes e toda um conjunto de receitas para promover um envelhecimento ativo. Isso não quer dizer que estar ativo seja um problema, ao contrário. Sabemos que se manter ativo contribui para processos de socialização e a manutenção de relações com amigos e amigas faz com que idosos e idosas estejam mais felizes (teoria da atividade). No entanto, isso deve ser uma opção dos idosos e das idosas e não uma ação do mercado para se obter alguma forma de lucro.

Debert (1996) acrescenta que:

A nova linguagem pública, empenhada em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na desconstrução das idades cronológicas como marcadores pertinentes de comportamentos e estilos de vida. Uma parafernália de receitas envolvendo técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, medicamentos, bailes e outras formas de lazer é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres em estágios mais avançados da vida (DEBERT, 1996, p.04).

A reconstrução desta imagem, de fato apresenta uma grande mudança nos discursos que vinham se desenvolvendo anteriormente, muito influenciados por concepções médicas. No entanto, Gorz (2009) nos chama atenção quando diz que “estar integrado nessa coletividade é estar integrado à civilização envolvente, é mesmo a única maneira de estar integrado nela” (GORZ, 2009, p.29-30). Assim, podemos dizer que, a sociedade envolvente faz com que idosos e idosas, para pertencerem a ela acabem sendo inseridos como consumidores e consumidoras, ou seja, “a renda fixa o fez vê-la do seu ângulo: um lugar de

consumidor e de produtor fora-lhe reservado desde então; ele seria aquilo que tivesse” (GORZ, 2009, p.30).

O avanço no campo do consumo para idosos e idosas, vem muito ligado ao fato da construção do conceito de terceira idade, mas também, com a aposentadoria de classes médias urbanas, que aspiravam outras possibilidades, tendo em vista sua realidade e o poder econômico que tinham e que lhes permitia isso.

O quadro começa a se alterar com o surgimento das primeiras gerações de aposentados da classe média, cujo potencial de consumo é rapidamente percebido pelos estrategistas de marketing. Aqueles que estão acima dos cinquenta anos passam a ser reconhecidos como o único grupo nas sociedades ocidentais com recursos financeiros disponíveis e ainda inexplorados, ou seja, não vinculados a hábitos específicos de consumo (SILVA, 2008, p.162).

As décadas de 1960 e 1970 demarcam esse momento de entrada da classe média no universo da aposentadoria. Estrategistas de marketing logo se reorganizam para dar conta da demanda desta nova clientela.

Esse grupo social possuía hábitos sociais e culturais diferenciados, aspirações e necessidades de consumo mais sofisticadas, que passaram a ser atendidas por novas agências especializadas. Com o objetivo de arregimentar clientela, as caixas de aposentadoria passaram a oferecer, além de vantagens financeiras, serviços diferenciados como clubes, férias programadas, alojamentos especiais, atividades de lazer e grupos de convivência (SILVA, 2008, p.162).

Interessante considerar essa dupla função da aposentadoria. O sujeito, ao mesmo tempo é um novo consumidor, mas também é um ator social. A aposentadoria como sinônimo de autonomia, mas também de aprofundamento da inserção no nicho de mercado estruturado para o segmento.

[...] controlando o dinheiro, você é formalmente senhor de si: você torna-se por si mesmo, interiorizando seus regulamentos, o Outro que, ao longo de toda aprendizagem, a tirania dos chefes te ensinou a imitar (...) e quando você abre a boca ou aciona a máquina de escrever a palavra do Outro nasce de ti sem esforço. Você não é mais oprimido; oprime-se a si mesmo (GORZ, 2009, p.30).

A universalização da aposentadoria permitiu aos mais velhos a garantia de um direito social. Para os idosos e as idosas em situação de vulnerabilidade social, ou mais carente, a marca de constituição deste direito inicia em 1970, quando o governo federal criou dois tipos de benefícios não contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia (RMV) para os necessitados urbanos e rurais. Para as mulheres, até então, esses direitos inexistiam. No caso do meio rural, até então, elas não tinham a profissão de trabalhadoras rurais reconhecidas. Os valores “foram estipulados em 50% do salário mínimo, à exceção da aposentadoria por invalidez do trabalhador rural que era de 75% do salário mínimo. A previdência rural era devida ao chefe do domicílio de mais de 65 anos que

comprovasse ter trabalhado em atividades rurais” (CAMARANO e PASINATO, 2006, p.264).

O grande avanço nas políticas de proteção social para idosos brasileiros e idosas brasileiras foi com a Constituição Cidadã de 1988. Fruto da luta e da pressão popular, tendo em vista a retomada das lutas sociais no período pós-ditadura militar, também levou em consideração as orientações da assembleia de Viena (realizada em 1982, foi a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento). Nela, se introduziu “*o conceito de seguridade social, fazendo com que a rede de proteção social deixasse de estar vinculada apenas ao contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista e passasse a adquirir uma conotação de direito de cidadania*” (CAMARANO e PASINATO, 2006, p.266. Grifo do autor).

Importante destacar que, embora houvesse avanços significativos, no que tange aos idosos e idosas eles ainda ficaram, em grande medida, sob responsabilidade das famílias, incorrendo sobre elas, a imputação de crimes caso não cuidem de forma adequada de crianças e de pessoas acima de 60 anos.

Camarano e Pasinato (2006) ressaltam ainda:

Nas últimas duas décadas muito se avançou na questão do envelhecimento populacional tanto no que se refere à agenda internacional quanto à nacional. A legislação incorporou grande parte das sugestões das assembleias internacionais. No entanto, fica pendente a necessidade de que essas leis se façam valer no cotidiano dos idosos brasileiros (CAMARANO e PASINATO, 2006, p.266).

Somado a isso, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o acelerado processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura difícil e recessiva que dificultam o acesso a direitos historicamente conquistados e impossibilitam a expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários e, em particular, para idosos e idosas.

No entanto, como a sociedade está em constante movimento e o fato do consumo está imerso na constituição dela, junto disso, assistimos a uma proliferação de etapas intermediárias de envelhecimento, sendo: “Meia-idade”, “terceira idade”, “aposentadoria ativa” (DEBERT, 1999, p.77). Essas, são categorias empenhadas na produção de novos estilos de vida e na criação de mercados de consumo específicos.

Afora a constituição de etapas intermediárias, seguem os esforços para a individualização deste processo, ou seja, a boa aparência física (por exemplo) é algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal.

A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal. Expressão de mudanças

culturais que redefinem a intimidade e a construção das identidades, o corpo tende a ser percebido como pura plasticidade (DEBERT, 1999, p.78).

Essa flexibilização e mudança nos parâmetros anteriores integra as conceituações da pós-modernidade.

A revolução dos parâmetros anteriores do que seriam os comportamentos adequados e direitos e deveres próprios a cada faixa etária são, contudo, acompanhadas da transformação das idades num laço simbólico privilegiado para a constituição de atores políticos e redefinição de mercados de consumo (DEBERT, 1999, p.75).

Acompanha o crescimento desse mercado a criação de uma nova linguagem em oposição às antigas formas de tratamento de idosos aposentados e idosas aposentadas. Para Debert (1999)

[...] a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. (DEBERT, 1999, p. 78).

Todas estas transformações e conteúdos investidos nas releituras de idosos e idosas, à partir da premissa pós-moderna e da sociedade do consumo, fazem com o que Debert (1996) vem chamando de processo de reprivatização da velhice, “que envolve transformação desta em uma responsabilidade individual. Esse processo é resultado de uma interlocução intensa entre o discurso gerontológico, o público mobilizado nos programas para a terceira idade e a mídia” (DEBERT, 1996, p. 02).

No entanto, mesmo com toda a reconceituação que vem sendo investido, o envelhecimento, no cotidiano das pessoas ainda permanece ligado à deterioração do corpo. No Brasil esse declínio combinado com um Estado incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população, tende a deixar os idosos e as idosas em situação de dificuldades, onde “*os mecanismos tradicionais de amparo à velhice desfazem-se, sem que novos mecanismos de proteção social tenham sido desenvolvidos*” (DEBERT, 1996, p. 08. Grifo próprio).

Aqui poderíamos utilizar o conceito de vulnerabilidade social para definir essa situação de desamparo às pessoas idosas carentes, tendo em vista que implica em estar em risco, podendo alterar as condições de saúde e de vida, resultante de ter poucos recursos (financeiros e de políticas públicas) para o suporte necessário.

Vulnerabilidade social pode ser entendida a partir do termo exclusão social, que teve origem na França nas últimas décadas do século XX, como uma construção teórica anterior à formulação do conceito de vulnerabilidade social, sendo utilizado como referência para caracterizar situações sociais limites de pobreza e marginalidade (RINCO e DOMINGUES, 2012, p. 84).

O envelhecimento quando mal gerenciado pode implicar em aumento no risco para o desenvolvimento de vulnerabilidades, em virtude do declínio biológico que ocorre com o passar dos anos.

Em maior ou menor grau, aspectos individuais, coletivos, contextuais e históricos das experiências de desenvolvimento e de envelhecimento geram possibilidades de adoecimento e dificuldades de acesso aos recursos de proteção disponíveis na sociedade (RINCO e DOMINGUES, 2012, p. 89).

Poderemos somar às vulnerabilidades as diversas formas de violência que ocorrem contra pessoas idosas,

[...] evidenciando-se em abusos físicos, psicológicos, sexuais e financeiros e em negligências que não chegam aos serviços de saúde: ficam ‘naturalizadas’, sobretudo, no cotidiano das relações familiares e nas formas de negligência social e das políticas públicas (MINAYO, 2003, p.784).

No caso brasileiro, segundo autores essas violências se expressam em tradicionais formas de discriminação devido a considerar as pessoas idosas como descartáveis socialmente, como um peso. Elas vêm atreladas a posturas sociais, mas também por parte do Estado, quando “o idoso é responsabilizado pelo custo insustentável da Previdência Social e, ao mesmo tempo, sofre uma enorme omissão quanto a políticas e programas de proteção específicos” (MINAYO, 2003, p.784-785).

Assim, ser velho e velha na sociedade capitalista, segundo Bosi (1994), tem sido resistir para continuar sendo gente, uma vez que nela todo o sentimento de continuidade é desfeito. Ao mesmo tempo se busca o rompimento com a ideia de idades de referência, sejam para ampliar o mercado consumidor ou para reestruturar políticas públicas, culpabilizando as pessoas por seus fracassos ou exaltando seus êxitos conquistados individualmente.

Todos os conceitos referidos acima mostram a complexidade do processo de envelhecimento humano e dão uma noção de qual velhice se busca discutir neste texto: aquela que difere conforme sociedades, classe social e lugares.

De outro lado, não há como discutir a velhice sem realizar uma abordagem crítica da sociedade capitalista, visto que nela se adota um discurso de inclusão, mas utiliza meios que primam pela exploração dessa categoria social e, ao mesmo tempo a empurra para uma marginalidade não assumida socialmente.

Abordar a velhice na experiência contemporânea é descrever um contexto em que as imagens e os espaços abertos para uma velhice bem-sucedida não levam necessariamente a uma atitude mais tolerante com os velhos, mas sim, e antes de tudo, a um compromisso com um tipo determinado de envelhecimento positivo (DEBERT, 1999, p.72).

No entanto, essa mesma sociedade que exclui, cria resistências dos próprios idosos e idosas na busca de sua dignidade, de respeito e de direitos. Nesse sentido, basta considerar as

lutas pela aposentadoria do campo e da cidade, que tiveram o apoio de outras categorias sociais, mas impulsionaram as pessoas idosas como atores políticos no cenário nacional.

Devido à consideração da importância das diferenças locais, na continuidade desta discussão se busca trazer alguns elementos sobre o envelhecimento no campo, embora que, do ponto de vista prático, não se tenha, hoje, um critério que possa ser universalmente válido para a delimitação entre o rural e urbano. O que se tem é uma definição de urbano. Para identificar o meio rural, muitas vezes são utilizados critérios de exclusão (o que não é urbano é rural, por exemplo) ou administrativos, por municípios, centros de pesquisa e mesmo pesquisadores e pesquisadoras.

### 3.2 O ENVELHECIMENTO NO CAMPO

Do ponto de vista prático, conforme exposto anteriormente, não existe um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. No Brasil, esse critério tem natureza mais administrativa<sup>5</sup> do que geográfica e econômica. Para o IBGE, em 1997, por exemplo, a situação rural é definida como toda aquela que está situada fora dos limites urbanos:

Na situação urbana consideram-se as pessoas ou domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceitos.shtm>> - acesso realizado em 26/05/2018 às 10h13.

Aqui não se aprofundará, exaustivamente, as delimitações que demarcam as fronteiras entre o rural e o urbano, pois esse não é o objetivo. No entanto, cabe afirmar que as concepções de rural e urbano devem, pois, ser lidas em sua historicidade e sua inter-relação. Como apontam Wanderley e Favareto (2013), há um vazio institucional na forma de regular o rural brasileiro, reflexo do caráter periférico e residual conferido a esses espaços nas estratégias e na própria ideologia do desenvolvimento brasileiro.

Assim, é possível dizer que os marcos legais construídos – e que regulam nossas vidas – não são neutros ou isentos de relações de poder, de concepções de mundo e de formas de compreensão sobre desenvolvimento e sociedade. Eles cristalizam situações e têm a capacidade de produzir realidades, naturalizar determinadas concepções e forjar uma percepção de que as coisas são naturais quando, na verdade, são produtos de relações sociais e históricas. Para Cefai (2011), ao codificar as relações sociais, as leis têm um papel importante

<sup>5</sup> São considerados urbanos ou não pelos poderes públicos municipais.

em sua consolidação e sua afirmação, na medida em que definem critérios e regras de inclusão e exclusão, bem como os marcos por meio dos quais as relações sociais devem operar. Segundo Veiga:

A vigente definição de “cidade” é obra do Estado Novo. Foi o Decreto Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais. Não somente as dos períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, mas também as que estão sendo introduzidas pelo novíssimo Estatuto da Cidade. Por exemplo, ao dispensar da exigência de Plano Diretor quase todas as “cidades” com menos de 20 mil habitantes. Será razoável que no início do século 21 se considere “cidade” um aglomerado de menos de 20 mil pessoas? (VEIGA, 2001, p. 09).

Outra informação que parece relevante é o fato de que, no ano de 2000, 70% dos municípios brasileiros que foram considerados urbanos possuíam densidades demográficas inferiores a 40hab/km<sup>2</sup>. No entanto, o parâmetro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>6</sup> (OCDE) é a definição que uma localidade seja considerada urbana quando tiver 150hab/km<sup>2</sup>. Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes seriam considerados urbanos.

Essa dificuldade em definir o que é zona rural e zona urbana acompanhou dados censitários e, também, ficou presente nas legislações brasileiras, das quais, apenas a Constituição Federal de 1988 faz menção ao debate do rural e da pequena agricultura. Em todas as demais leis, o rural foi definido como espaço de produção, sem considerar as pessoas que nele viviam, a não ser como elemento produtivo.

Por isso, a concepção sobre esse espaço reclama uma nova leitura, que valorize suas diversidades, relacionadas à preservação das comunidades, do patrimônio natural e cultural e da biodiversidade, buscando a superação do antagonismo entre cidade e campo e considerando os tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir.

Percebe-se a complexidade que engendra esse debate que - embora ao longo dos últimos anos tenha iniciado de forma lenta - é um processo de ressignificar o rural. No entanto, o que se pode afirmar é que viver e envelhecer no campo difere de envelhecer na cidade, devido às construções sociais atribuídas e aos papéis que pessoas idosas desempenham em ambos os territórios.

---

<sup>6</sup> A OCDE, com sede em Paris, França, é um organismo composto por 34 membros. A organização foi fundada em 14 de dezembro de 1961. Atua nos âmbitos internacional e intergovernamental e reúne os países mais industrializados do mundo e alguns países emergentes, como México, Chile, Coreia do Sul e Turquia. No âmbito da Organização, os representantes efetuam o intercâmbio de informações e alinham políticas, com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros. Fonte: <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>



A agricultura é um espaço produtivo que ainda permanece sujeita aos riscos e ritmos sazonais da natureza. Nisso se difere do urbano, especialmente da indústria que, segundo Faria e Nobre “caracteriza-se por processos produtivos previsíveis, contínuos e controláveis” (2003, p.60).

O campo brasileiro, a pequena agricultura de base familiar tem sofrido profundas modificações, especialmente nos últimos cem anos. De acordo com Doll (2012), essas mudanças se referem não somente às condições econômicas ou às condições de vida, mas também tiveram impacto nas estruturas familiares e no papel que os idosos e as idosas exercem, hoje, nos contextos familiar e comunitário.

Esse fenômeno – que foi intensificado a partir da década de 1960-1970<sup>7</sup> – demarcou um período de mudanças e de transformações na agricultura camponesa, que passou a conviver com um conflito na forma de produção, de perda da cultura e de intensificação da migração de jovens do campo para a cidade.

De acordo com Camarano e Abramovay (2009), entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas. Já nas décadas de 1990 e 2000, é do Nordeste que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Considera-se que, nos fluxos de origem rural, predominam as mulheres, com exceção dos anos 1960. Isso leva a um crescente na masculinização e consequente esvaziamento populacional do meio rural brasileiro.

Segundo Doll (2012), o êxodo rural teve um impacto especialmente problemático para a população idosa. Muitos daqueles que ficaram no campo não só perderam seu trabalho e sua forma de existência, mas também perderam amigos e familiares que se mudaram para a cidade. Todas essas mudanças, segundo Santos e Lopes (2010), tornam os idosos do meio rural mais vulneráveis ao sofrimento em razão de diversos tipos de privações devido, especialmente, à ausência de infraestrutura de locomoção, longas distâncias e acesso precário a bens, serviços e direitos.

A população que vive nas zonas rurais está envelhecendo à semelhança dos que vivem nas zonas urbanas, porém, é possível observar nos resultados dos estudos com esta população que as diferenças existentes vão além dos aspectos quantitativos e dimensionais, apontando para uma realidade onde predomina a pobreza, isolamento, baixos níveis educacionais, residências mais precárias, limitações de transporte, problemas crônicos de saúde e distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras (MORAIS;RODRIGUES e GERHARDT. 2008, p. 382).

Somado a isso, como mostra análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1998, “os idosos com renda mais baixa apresentam piores condições de

---

<sup>7</sup> Período denominado de “Revolução” Verde.

saúde, pior função física e menor uso dos serviços de saúde, e mostram que mesmo pequenas diferenças na renda mensal per capita são suficientes para estes resultados” (MORAIS; RODRIGUES e GERHARDT 2008, p. 375). No caso dos idosos e das idosas pesquisadas, todos recebiam um salário mínimo mensal. Algumas pessoas recebiam junto deste, pensão por viuvez. Deste modo, com a renda fixa mensal baixa, o fato dos idosos e idosas residirem em áreas rurais, faz com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas, isso porque:

A média de rendimento dos velhos da área rural é consistentemente menor que os urbanos; os da área rural tem maiores problemas de saúde e tendem a ser mais severos que os urbanos; os serviços de atenção a saúde são escassos, inacessíveis e mais custosos que em área urbana; o transporte público é mais necessário, mas muito menos disponíveis do que na área urbana, tanto intra como inter-regional”. (MORAIS; RODRIGUES e GERHARDT. 2008, p. 376).

Levando em consideração que o espaço é a gênese de toda a cultura e o processo que se vivencia, discutir o envelhecimento do campo deve ir além de considerar que 23,3% das pessoas idosas vivem no meio rural brasileiro, pois são agregados à vida das pessoas elementos históricos, ambientais, sociais, políticos, econômicos e identitários. Por isso, falar sobre o envelhecimento do campo é um desafio, devido à complexidade que o tema envolve.

No início deste texto, percebe-se a tentativa de delimitação entre o que é rural e o que é urbano. O urbano e o rural, por serem ambientes diferenciados, também forjam comportamentos diferenciados nas pessoas, segundo os lugares onde essas residem. Mas ao mesmo tempo eles se entrelaçam especialmente nos pequenos municípios, há uma continuidade nos processos e, como afirma Wanderley (2009), “*a sociedade das pequenas cidades está na mesma trama dos povoados e do meio rural*” (WANDERLEY, 2009, p.317. Grifo próprio).

Os idosos e as idosas do campo também vivenciam situações diferenciadas dos que residem nas cidades. Aqui o destaque vai para o trabalho, onde as pessoas camponesas, ainda permanecem ligadas a ele mesmo após se aposentarem, embora com intensidades diferenciadas, conforme já percebemos no capítulo anterior.

De outro lado, pessoas idosas aposentadas, nas pequenas comunidades rurais, constituem elementos importantes para a economia local, pois a movimentam com suas aposentadorias – renda fixa mensal – em uma relação com um campo ainda empobrecido e com limitações de alternativas que agreguem renda a família camponesa. Estudos apontam que 70% da economia de pequenos municípios são oriundas de benefícios sociais, como a aposentadoria.

O impacto da aposentadoria rural junto às famílias pobres foi fundamental para a transformação das relações no meio rural, uma vez que o dinheiro oriundo das aposentadorias é usado para comprar alimentos para o lar, para enviar crianças à

escola, investir em tecnologias agrícolas e garantir a sobrevivência de muitas famílias”. (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008, p. 380).

Importante considerar, também, que o acesso a aposentadoria é um dos elementos determinantes da qualidade de vida das pessoas idosas, pois o acesso a recursos monetários permite mais tranquilidade e estabilidade, em especial no meio rural.

Afora os elementos citados, ainda se pode dizer que as pessoas idosas do campo possuem uma relação comunitária bastante forte, que é parte integrante da cultura camponesa e que mantêm relações comunitárias para além do ambiente familiar a partir da participação em festas, cultos, missas, grupos de terceira idade e jogos (cartas, bolão etc.). Essas atividades desenvolvidas podem ser fatores que os levam a ter uma satisfação maior e se apresentam como importantes mecanismos de integração da população idosa.

Segundo Debert,

[...] esses programas o envelhecimento deixa de ser um processo contínuo de perdas; as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos (DEBERT, 1996, p.2).

Segundo a teoria da atividade, cujas pesquisas foram realizadas a partir de 1940, as atividades informais (amigos) possuem uma ligação direta com a satisfação de vida, ligando elementos subjetivos da subcultura (autoconceito) ao processo de satisfação. Autores importantes que trabalharam na perspectiva dessa teoria são Robert Havighurst (1953), Bruce Lemon, Vern Bengtson e James Peterson (1972).

Além disso, os relacionamentos entre amigos e idosos são benéficos porque a relação é espontânea, dando mais ênfase no atendimento a necessidades afetivas, pois os idosos estão compartilhando experiências de vidas, valores e significados que eles apresentam em comum (RINCO e DOMINGUES, 2012, p.90).

Afora isso, esses espaços possibilitam uma experiência inovadora e que pode ser vivida coletivamente, pois “neles é encorajada a busca de auto expressão e a exploração de identidades de um modo que antes era exclusivo da juventude” (Debert, 1999, p.72).

A família, embora com grandes diferenças de anos anteriores, e com ressalvas com relação a construção social que ela implica e reproduz, no meio rural ainda se constitui como a principal fonte de recurso e de apoio, uma vez que

[...] “os serviços sociais e de saúde praticamente inexistem, o que se traduz em um aumento considerável do risco para os idosos que não contam com este recurso. A família é um fator protetor do envelhecimento rural e, como tal, deve ser foco de políticas públicas sociais e de saúde adequadas às particularidades desta população.” (MORAIS; RODRIGUES e GERHARDT 2008, p. 382).

Por último, se faz de igual importância trazer elementos sobre o papel atribuído aos idosos e às idosas na cultura camponesa, que vem ao encontro da reprodução dos

conhecimentos e das experiências através das gerações. Embora a modernização tenha efeito sobre a vida no campo, alterando costumes, crenças e valores, ainda é possível se perceber resistências, atrelada aos idosos camponeses e às idosas camponesas, justamente por exercerem a função de multiplicar o conhecimento, seja na forma de produzir ou de se relacionar com a comunidade.

Portanto, apesar do capitalismo no campo – expresso de maneira mais agressiva pelo agronegócio, mas que de maneira sutil vão impregnando a partir da aculturação de valores, perda ou transformação da identidade e êxodo rural – muitas pessoas idosas conseguem permanecer na roça, sendo exemplos de coragem e teimosia em seguir reproduzindo uma cultura aprendida através das gerações, mesmo com as especificidades apresentadas na pós-modernidade.

### 3.3 O ENVELHECIMENTO NO CAMPO A PARTIR DE IDOSOS CAMPONESES E IDOSAS CAMPONESAS

Devido aos processos de envelhecimento populacional, cada vez mais temos estudos que tratam desta temática, tanto no Brasil, quanto no mundo. A depender da área que se busca a informação, milhares de elementos aparecem, mas ainda temos poucos deles dialogam com o meio rural.

Por muito tempo, busquei ler informações e teorias que faziam o diálogo entre o envelhecimento e o campo. Fiz pesquisa sobre o trabalho, sobre sementes crioulas e sobre as leituras que estes sujeitos idosos camponeses e idosas camponesas faziam de materiais dos movimentos sociais. Mas faltava algo. Faltava ouvir destes sujeitos, o que eles e elas entendiam por serem mais velhos e velhas e seguir morando no meio rural e reproduzindo a agricultura camponesa.

Sabemos das muitas contribuições das pessoas idosas, que através da oralidade reproduzem seus conhecimentos para as novas gerações. Mas é verdade também, que muitas vezes tratamos os idosos e as idosas como coitados ou como resquícios de um sistema social que os empurra para a marginalidade. Muitas vezes não os vemos como sujeitos, portadores de história, de teoria, de trabalho real e concreto. Que sofrem, sim, com as mazelas, com as tristezas da vida, com a dificuldade em não ter seus filhos e filhas próximos de si, mas que vivem e seguem resistindo. Permanecer no campo tem sido um ato de resistência para muitas das pessoas que entrevistei.

Deste modo, aqui se pretende dar voz aos idosos camponeses e às idosas camponesas e às suas compreensões de serem pessoas mais velhas e seguirem morando no campo. Pretende-se dar autoria para aqueles e aquelas que já não se tem mais tempo para ouvir, devido a vida agitada do cotidiano, como me falou uma liderança de um movimento social.

Espera-se contribuir, através desta análise, para a visibilidade de significações que idosos camponeses dão para seus processos de envelhecimento, bem como, visibilizar algumas inter-relações que estabelecem com outros campos da vida, como o trabalho, as limitações físicas, a sucessão rural, o bem-estar e a vulnerabilidade.

À experiência de envelhecimento, para os idosos e as idosas que residem no campo, soma-se na ideia das redefinições das representações sobre a velhice (representações de que eles fazem de sua experiência), tendo em vista a pluralidade de experiências existentes.

Deste modo, discutir o envelhecimento a partir da leitura desses idosos e dessas idosas possibilita a identificação de modos compartilhados de pensar e de atuar em relação a esse processo, especialmente por caracterizar os conhecimentos e crenças dos grupos sociais a respeito do mesmo. A representação social reproduzida é complexa, e representa um conjunto de elementos não somente individuais, mas produzidos socialmente na inter-relação entre o pessoal, o local e o geral.

Iniciamos, portanto, pela discussão com relação ao trabalho. Quando da pergunta de como é ser idoso e idosa e seguir morando no campo, as respostas, na sua maioria remetem a relação com o trabalho. Parece que residir no campo é seu sinônimo.

Deste modo, a permanência no trabalho, mesmo após a aposentadoria, é uma característica do meio rural, com um menor grau de exigência, sinalizado pela mudança “radical” no ritmo.

Sendo assim, a idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa ou estando na velhice é representada como essa etapa da vida onde se perde o ritmo de trabalho, com declínio da capacidade para trabalhar, em comparação com pessoas mais jovens. Mas essa perda refere-se mais precisamente às capacidades físicas e ao ritmo de atividade exigido para o meio rural.

Os idosos camponeses e as idosas camponesas seguem trabalhando e o que há é uma diminuição na intensidade do trabalho e não mais uma mudança nos papéis sociais por eles desempenhados. Há, portanto, uma redistribuição das tarefas e do trabalho em diálogo com as condições físicas que agora se tem.

Eu pra mim, estou achando um pouco mais diferente, porque antes eu fazia muito mais do que eu fazia hoje. O meu dia mudou um pouco, porque antigamente tu fazia o dobro do que faz hoje, mais a gente vai levando. O idoso tem que ficar mais

reservado, não adianta. Tu tem que saber se controlar. Tu não é mais como a 20 anos atrás. Tem muita gente que quer dar o passo maior do que a perna e não é assim. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

É lógico que agora trabalho menos, faço menos coisas hoje. Quando eu era nova, eu ia na roça cedo e vinha meio dia. Hoje tem que ir e quando o sol esquenta, nós viemos. Trabalhamos como nós podemos. Diminui a intensidade do trabalho, mas a gente não deixa de trabalhar. É pouquinho, mas a gente faz. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

A gente tem muita coisa pra fazer, mais a gente não aguenta. Ai faz um pouco um dia, outro dia faz outra coisa. O dia que a gente tira pra limpar a casa e lavar a roupa, é aquilo, outro dia a gente tira pra matar o frango, fazer o pão, fazer uma massa... daí é aquilo ali. Cada dia é uma coisa, porque a gente não aguenta de tá fazendo todas as coisas num dia como a gente fazia antes. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

Continuar trabalhando como necessidade. Não desenvolver o trabalho implica em não ter o suficiente para se alimentar e alimentar a família. No entanto, o trabalho também aparece como certa forma de resistência à velhice.

Mais eu não vou parar de trabalhar, enquanto eu consigo erguer as pernas eu tô lidando. O que eu quero fazendo outra coisa. Eu me criei, desde 10 anos na lavoura. Meu pai tinha 50 hectare de terra e nós fazia tudo a mão. Eu lido mais com o bicharedo. Tenho porco, tenho vaca. Todo dia tô carpindo de enxada na lavoura. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Levanto 5 horas, tomo um mate, tomo um café e daí vou tratar o bicharedo e de lá já vou pra lavoura. Sesteio uma hora depois do meio dia. Depois vou de novo. IDOSO 10: LFT, 58 anos – IBIRUBÁ

Os camponeses e as camponesas entrevistadas parecem ficar sem vida se pararem de trabalhar. Não apresentam indícios de estarem preparados para esse afastamento, visto que o trabalho os identifica e os constitui, assim como constitui o modo de vida da qual integram.

A dor de não ter terra, embora os muitos anos trabalhando nela, faz essa idosa se emocionar quando se refere ao tema. Segundo ela, seu sonho era de ter um pedaço de terra, parar criar animais e plantar alimentos.

Era meu sonho de ter um pedacinho de terra pra mim ter minhas coisinhas... ter uma galinha, ter uma vaquinha, uns porquinhos no chiqueiro, ovo, leite, queijo...batata, mandioca tudo neste pedacinho de terra! IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

O trabalho aparece, desta forma como elemento fundante e a diminuição do ritmo integra a fala tanto dos homens quanto das mulheres entrevistadas. As falas também apresentam relação com questões sociais do trabalho, expressas pelas palavras trabalhar, trabalho, atividade e ritmo, mas também possuem relação com a experiência vivida, indicada pelas palavras de afirmação do que se tem no campo e da rotina da vida dos camponeses e das camponesas.

Aqui vamos dar uma parada para fazer um destaque para a questão das mulheres camponesas idosas. Suas falas remetem ao que já se percebeu no capítulo anterior, com relação à dupla e tripla jornada de trabalho. Continuam a desenvolver (logicamente que respeitando suas novas condições físicas) o trabalho na lavoura, o trabalho doméstico e, em alguns casos, o trabalho de cuidado com filhos, filhas, netos e netas.

As falas abaixo trazem elementos que auxiliam nesta afirmação:

Faço os servicinhos, lavar roupa, tratar porco, arrancar batata, arrancar mandioca, catar lenha... só isso, que é meu serviço. Limpar a casa, só. IDOSA 18: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Eu costuro muito, faço crochê, tricô, me viro. Limpo a casa. Muita gente se admira de eu fazer todo o meu serviço, na casa e na costura. Costuro muito e nem óculos eu uso ainda. Cuido das minhas ervas, e quando o povo pede um xarope ou uma pomada eu faço. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAJEADO DO BUGRE

Eu, de primeiro, de manhã cedo, eu ajudo ele lá nas vaca. Depois eu volto e ajudo a minha filha a atender os netos pra ela levar eles lá na creche. Quando um fica meio pra traz, daí eu cuido. Daí depois ela traz o outro. Faço a comida, lavo roupa, limpo a casa ao redor e, se as vezes se tiver vontade ou sobrar um bom tempinho ainda, dou umas carpidinhas em roda de casa. E assim eu vou passando o dia. Nos bailezinho dos idosos, toda primeira quarta do mês, nós vamos e não é muito caro, aí dá pra gente ir. IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Conforme fica perceptível nas falas, o trabalho desempenhado pelas mulheres camponesas idosas é considerado por elas como serviço (como forma de servir a família camponesa) como ajuda e não como um trabalho. Neste sentido, sem querer aprofundar muito tendo em vista o foco desta tese, gostaria de dizer que, mesmo na velhice as mulheres seguem vivenciando a divisão sexual do trabalho, típico da sociedade patriarcal que considera o trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura pouco reconhecido e visibilizado, sendo comum perceber nas políticas públicas o não reconhecimento delas mulheres como produtoras, mas apenas como instrumento de trabalho, cuidado, suporte e manutenção da família.

Para o MMC/RS, o não reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na agricultura faz parte do machismo presente na sociedade patriarcal, materializada no campo:

As mulheres têm papel fundamental nesse processo, pois, desde o início, garantiram a diversidade de alimentos, construindo as condições necessárias para a manutenção da vida, desenvolvendo um grande conhecimento sobre a produção, maturação, seleção, armazenamento, transformação e manipulação de plantas e animais. No entanto, por estarmos inseridas em um sistema patriarcal e machista, presenciamos a influência desta cultura na agricultura camponesa. Isso fica evidente nos espaços de poder das esferas públicas e privadas, também na desvalorização do trabalho de produção e reprodução realizado pelas mulheres (MMCRS, 2005).

No entanto, como em todo processo histórico, temos diferenças nas falas, nas leituras e nas práticas, inclusive porque as pessoas experimentam situações que são diferentes e isso

permite que se constituam em um grupo altamente heterogêneo. Deste modo, temos a fala de uma camponesa que afirma seu cotidiano de trabalho na lavoura. Isso não significa que considere o mesmo com relação ao trabalho doméstico e que não tenha uma dupla jornada de trabalho, o que seguramente segue vivenciando. Mas, já temos um avanço importante.

Chego lá e vou capinar! Daí eu faço a comida, ou se não, quando estou muito apurada eu levo minha comida pronta. Daí eu trabalho. Na hora de comer eu venho sentar na sombra, tomo meu chimarrão e descanso um pouco. Depois vou trabalhar de novo. Daí se eu tenho que colher alguma coisa que tenho que trazer, se eu tenho que puxar um adubo, terra do mato pra botar nas plantas, nos arvoredos... até chegar a hora de vim pra casa. Mas aí chego em casa e lavo roupa. Lavo roupa de noite na maioria, não lavo roupa de dia. Depois eu vou pra igreja. Nós somos evangélicos e temos bastante trabalho na igreja. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Para os sujeitos entrevistados, a dificuldade em ser idoso e idosa e seguir no campo, reside no fato de não conseguir se locomover com autonomia como antes e, portanto, não conseguir realizar as mesmas coisas, na intensidade que se necessita ou se quer.

Importante considerar, que devido (possivelmente) ao tipo de trabalho que desenvolvem e aos desgastes que vem com o decorrer dos anos, muitos relatam dores na coluna, dores nos pés, perda da força física, memória fraca e esquecimento. Relatam perdas de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais. A dificuldade para caminhar (a marcha como elemento importante) aparece muito fortemente nas falas, como limitador da liberdade para fazer as coisas.

Quando a gente vai ficando mais velha, a dificuldade vai aumentando. Se a gente tem essas dores no pé a gente nem vai mais lá pra cima (lavoura)! Eu fui junto um dia só pra plantar batatinha, fui caminhando e me segurando no cabo da enxada pra não cair. É ruim assim. É horrível! Sabe, parece que o joelho puxa e parece que a gente já vai cair. Assim, muito mais eu não posso fazer, né. Carpir e cuidar do pátio, esse é meu serviço. Eles (filho e marido) vão pra lavoura. IDOSA 3: RBH, 64 anos – IBIRUBÁ

Eu gosto de trabalhar, mais não consigo. O dia que eu vou trabalhar na lavoura, depois tenho que tomar remédio e ficar deitada, porque não aguento a dor na minha coluna. IDOSA 5: MOC, 66 anos – IBIRUBÁ

Um pouco né, porque daí as pessoas já não podem mais andar. Daí, as pessoas, depois de um tempo em diante, não podem mais sair, não podem mais fazer as coisas, não ter, assim, uma liberdade, aí fica difícil. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Resultante do seu próprio ciclo vital, os idosos camponeses e as idosas camponesas podem representar um grupo mais vulnerável. Por vulnerabilidade se entende o estado do indivíduo ou grupo de ter sua capacidade de autodeterminação reduzida, podendo ter reduzida suas capacidades de proteger seus próprios interesses ou os interesses da sua família, com deterioração dos níveis de bem-estar e exposição a determinados tipos de riscos. A palavra vulnerabilidade vem do latim *vulnerare* que significa ferir e *vulnerabilis* que causa lesão.



Com a diminuição das pessoas que residem no campo e a saída de filhos e filhas das propriedades rurais, conseqüentemente existe uma perda de suporte para quando se necessita de algum auxílio. As famílias camponesas estão menores e há um declínio nas redes intergeracionais e de suporte. A perda de contatos próximos fragiliza círculos de relações e mesmo o estabelecimento de redes informais de apoio.

Ah, isso tá difícil também, porque se a gente precisa de uma ajuda, que a gente fica doente, daí já tem que vim os filhos da cidade, porque vizinhos tem poucos e cada um tem o seu, ninguém pode largar de um pra ajudar os outros. IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ

Todo mundo diz: mais já chega... mais quem é que eu vou mandar se não tem outro? Ela aqui tá com a piaçada e coisrada e eu vou ter que fazer sozinho, não adianta. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Somado a isso, temos o valor baixo das aposentadorias que impedem (ou limitam) a contratação de mão-de-obra alugada ou de terceiros para os momentos que se necessita.

E com esse salário que a gente ganha, pagar um empregado também não dá, né. IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ

Durante as conversas para a produção desta tese, as falas de algumas pessoas idosas remetiam ao meio rural no passado, relacionando isso a sua pouca condição de executar determinados trabalhos. Tão logo, a impressão que fica é que consideram que o rural é medido pela quantidade de trabalho que conseguem executar. Caso isso não ocorra, parece que, mesmo morando no campo, o rural é algo que já passou e que não faz mais parte de sua vida. As coisas que se faz próximo da casa, e para a manutenção da família (lavar roupa, fazer a comida) parecem não ser consideradas como atribuição do mundo rural.

Não tem dificuldade em viver na roça. Tudo é muito bom. Eu adorava ir na lavoura, mas agora não posso mais... nem carpir as minhas mandioquinhas eu posso mais. Se eu for, depois vou pra cama. Fico na lida perto de casa... mas não posso muito... Até o terreiro é o véio (marido) que varre pra mim, porque eu não posso. IDOSA 18: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

A pessoa mais velha é a outra e não eu! Aqui fica explícita a fala das mulheres idosas abaixo, que não se consideram assim, não por conta da estética, mas por conta de que ainda conseguem se locomover sozinhas, conseguem seguir trabalhando e tem saúde boa, tão logo, “não cheguei lá ainda”. A dependência é um elemento que é ligado a essa afirmação.

Encontramos aqui a marca da impessoalidade ao se falar da velhice. A velha é a outra pessoa e as informações estão imersas em juízos de valor que se aproximam dos estereótipos negativos relativos ao corpo e a capacidade física.

Mas, olha, não cheguei lá ainda, mais deve ser mais difícil, né (risos). Não é fácil. Agora, enquanto a gente se vira, daí tudo bem. Agora vem a ser mais difícil, quando a pessoa fica mais velha. Cheia de dor, velha, daí não pode caminhar, daí vai complicando as coisas. É um pouco mais complicado. IDOSA 9: IT, 60 anos - IBIRUBÁ

Mais velha, assim oh, a nossa vida é assim... velhice é o mesmo de que criança, porque de repente, assim, muita coisa a gente fica esquecido, não é tanto esquecimento, mais a gente fica mais esquecido. Agora de saúde eu tenho bastante. Daí eles dizem que vou durar 100 anos, aí eu digo que não quero durar isso, porque o sofrimento na velhice é ruim... é ruim sim, porque conforme a pessoa depende de tudo dos filhos. Eu, graças a Deus ainda não estou dependendo de ninguém. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAJEADO DO BUGRE

Tem dificuldade sim, em ser idoso e viver no campo, porque eu ainda saio, vou no posto de saúde, daí vou na parada do ônibus dos alunos, mas tem muitas pessoas que já nem pode mais fazer, né. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

No entanto, a afirmação em ser bom viver no campo aparece com certa firmeza e o verbo está colocado no presente. Quando se é mais jovem é bom para o trabalho. Agora é bom porque a aposentadoria dá certa tranquilidade devido à renda fixa. Junto disso vem a questão de ter a sua casa própria.

A aposentadoria garante aos idosos e idosas a manutenção de recursos econômicos. Além disso, ela se constitui como um direito social importante, que, para trabalhadores e trabalhadoras rurais, muito recentemente foi um dos únicos direitos sociais assegurados. É com a aposentadoria que muitos dos camponeses e das camponesas descobrem sua cidadania e saem das relações de dependência a que foram sendo historicamente subordinados. A aposentadoria, assim, se apresenta como uma mudança importante no modo de viver rural.

Antigamente era melhor, quando a gente era mais nova. Só que sobre recurso, eu estou melhor agora. Me sinto melhor agora, que tenho meu salário, casa própria e tudo. Então me sinto melhor agora. Estou mais segura que antes. IDOSA 13: JJLS, 59 anos – LAJEADO DO BUGRE

Neste mesmo caminho as pessoas camponesas entrevistadas remetem à necessidade de se ter alternativa de renda no meio rural, para além da aposentadoria. Para eles e elas isso faria com que muitas pessoas permanecessem no campo ou voltassem a pensar nele como uma possibilidade de viver e construir a vida.

Quem é novo, dá pra viver no meio rural. Nós, naquela época, vivemos bem. Mas tem que pensar, porque viver no meio rural sem ter uma alternativa, não tem como ficar. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

Os dados que tenho desta pesquisa são preliminares, mas identificam a construção de uma identidade coletiva destes sujeitos que são heterogêneos, mas que se interligam através de laços simbólicos e práticas de vida oriundas da agricultura camponesa. Isso permite a afirmação de que esta categoria social está em construção, em transformação.

Destes dados, percebe-se que os idosos camponeses e as idosas camponesas seguem trabalhando e construindo com certa autonomia seu cotidiano. São ativos e pelo tipo de trabalho que realizam movimentam-se. O trabalho que dignifica esses sujeitos, por um lado

permite certa autodeterminação, pouco conhecida em outras profissões, somada a um ambiente mais saudável e a um jeito de viver que faz bem para as pessoas. De outro lado, esse mesmo trabalho produz certo sofrimento pelo impacto da velhice e do tipo de trabalho desgastante que é realizado, somado as dificuldades de acesso a serviços públicos e a perdas identificadas com relação às gerações futuras.

Viver no campo foi a opção destes sujeitos, como possibilidade de manutenção de uma vida digna, segura e livre de exploração. Tudo isso nos remete para o desafio de refletir e de reorganizar a forma como percebemos a velhice no meio rural, bem como, os elementos que perpassam a construção da dignidade humana quando relacionadas a essas vivências e práticas.

## 4 CAMPESINATO

O campesinato, no Brasil, constitui-se em uma forma particular da agricultura familiar. É um modo de produção que, ao longo da história, vem se desenvolvendo e reproduzindo sua cultura, através das gerações, com base no trabalho da família na unidade camponesa de produção e com valores próprios que dialogam com pressupostos da reciprocidade.

Para tornar mais didática a leitura, o capítulo está dividido em duas partes. A primeira, procura contextualizar a agricultura familiar e a agricultura camponesa, procurando perceber suas continuidades e rupturas. A segunda parte traz, a partir do olhar de idosos camponeses e de idosas camponesas, suas percepções sobre este modo de vida.

### 4.1 CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR E A AGRICULTURA CAMPONESA

A forma de produzir e organizar a vida no campo tem diferenças marcadas não somente pela regionalidade, mas também pelas características e opções que foram sendo tomadas ao longo da história por pessoas, famílias, gerações e sociedade. Desse modo, para falar em agricultura é preciso levar em consideração que não há uma única forma de viver esse modo de produção. Conforme Wanderley, (2009) **“a viabilidade de reprodução do campesinato difere em função das formas que assume no capitalismo”** [Grifo do autor].

No Brasil, há uma expressiva heterogeneidade sociocultural e estrutural que marca a agricultura brasileira. Portanto, para analisar e estudar as dinâmicas socioprodutivas e culturais, as relações de sociabilidade e reciprocidade e os modos de vida dos grupos que habitam o meio rural brasileiro, é preciso considerar a pluralidade de práticas e vivências, que muitos autores e autoras chamam de “ruralidades”.

Estas diferenças também têm como características, a forma como foram sendo concebidas no interior de cada sociedade. Portanto, falar em camponeses e camponesas no Brasil, se difere da forma como este modo de produção tem se desenvolvido na Europa. Do mesmo modo, que, mesmo no Brasil, há diferenças que demarcam a regionalidade onde este modo de produção se desenvolve.

Ainda, temos diferenças com relação aos formatos destas ruralidades. A agricultura familiar, por exemplo, difere da agricultura camponesa. A segunda é uma das formas sociais da primeira. Dentre as principais diferenças entre elas estão os objetivos da produção, as experiências sociais e políticas que são desenvolvidas e a forma de inserção na economia

local. No entanto, há continuidades nessas duas formas de produção, de modo que o campesinato tradicional possui características da agricultura familiar e vice-versa.

O meio rural, a pequena agricultura, especialmente nos últimos 40 anos, vem sofrendo mudanças significativas em sua concepção devido à saída de grande parte de sua população (especialmente mulheres e jovens) em direção às cidades de grande e de médio porte. Devido a tal fato, o meio rural está se tornando masculino, esvaziado e envelhecido. Segundo Abramovay (1999), esse processo de masculinização do meio rural vem atingindo, também, municípios de pequeno porte.

A partir do final dos anos 1950, assistiu-se no Brasil à expulsão em massa dos colonos e moradores, o êxodo em grandes proporções da população rural, tanto para as cidades como para outras áreas rurais, particularmente as áreas de fronteira e o frequente recurso à migração sazonal, de caráter inter-regional. Esta vivência da errância fez do campesinato pobre brasileiro a primeira vítima direta do processo de modernização (WANDERLEY, 2009, p.60).

Um pouco mais adiante, na década de 1970 o crescimento econômico das cidades permitiu que “o êxodo rural fosse, de fato, um meio de reduzir a pobreza. As famílias cuja renda per capita era inferior a ¼ de salário mínimo, atingiam nada menos que 43,9% do total de pessoas que residiam no campo em 1970.” (ABRAMOVAY, 1999, p. 07).

Seguramente, uma das mudanças mais significativas que ocorreram no último século foi a migração rural-urbana, que redesenha o perfil populacional brasileiro e transforma o Brasil em um país essencialmente urbano, com 16% das pessoas morando no campo, segundo o Censo 2010. Em 1940, o Censo apontava que 68,8% das pessoas moravam no meio rural.

No entanto, os dados do Censo são questionados por pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2013, que identifica a população rural no Brasil em 36%. Os elementos apontados para essa releitura são que 70% dos municípios brasileiros possuem até 20 mil habitantes, e nesses municípios o critério da industrialização não elimina as atividades rurais. Outro fator considerado é que, na literatura, há apenas o conceito do que é urbano, e o rural acaba sendo definido localmente e por exclusão. Somada a isso se tem uma visão urbanista, e é com esses olhos que se percebe um meio rural quase extinto. Segundo Wanderley (2009):

O reconhecimento e a delimitação do espaço rural variam de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles. Este pequeno aglomerado, unidade social de base do meio rural, ganha nitidez social e importância política quando é reconhecido politicamente, isto é, quando se constitui como um município. (WANDERLEY, 2009, P. 206).

Em meio a essa complexidade e diversidade, apresentam-se a agricultura familiar e a agricultura camponesa.

A agricultura familiar, considerada como uma categoria social passa a ser assim identificada em meados de 1990, como resultado de várias movimentações que a constroem como conceito aglutinador das práticas no meio rural, em meio a lutas por reconhecimento e direitos, empreendidas por diversos atores e, especialmente, pelos movimentos sindicais do campo. Atualmente, é uma categoria reconhecida e legitimada pelo Estado e pela sociedade, com “quadro normativo específico para delimitá-la - Lei nº 11.326/2006” (NIEDERLE, FIALHO e CONTERATO, 2014, p. 09).

A agricultura camponesa é considerada como um modo de vida específico e tradicional, sendo a prática mais antiga de produção de alimentos, quando comparada a agricultura familiar no Brasil. Conceito utilizado mundialmente para se referir a pequena agricultura fundada na cultura de produção diversificada de alimentos, consorciada com a criação de animais de pequeno porte e o trabalho familiar, de inserção diferenciada com o mercado, com a construção de relações entre as pessoas e com o meio ambiente. Atualmente, não há legislação específica para essa categoria social, que se apresenta vinculada e pautada pelas discussões da Via Campesina.

Assim, com muitos desafios colocados, inicia-se o trabalho e as reflexões. Ambas as formas de pequena agricultura serão apresentadas no texto a seguir, devido a sua proximidade e continuidade e, ao mesmo tempo, ruptura.

### 4.1.1 Agricultura Familiar

A expressão agricultura familiar emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990, onde foi considerada como uma categoria social específica e que, portanto, necessitava de políticas públicas diferenciadas.

Segundo Schneider:

No campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (SCHNEIDER, 2003, p. 99).

Como resultado de várias movimentações de uma confluência de fatores, a agricultura familiar se constrói como conceito aglutinador das várias práticas no meio rural, em meio a lutas por reconhecimento e direitos, empreendidas por diversos atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo, que passaram a “reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural” (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 09).

Desse modo, a agricultura familiar, no contexto histórico brasileiro, é uma conceituação recente, embora suas práticas sejam muito antigas. Identifica um grupo social heterogêneo – compreendido de forma ampla no meio acadêmico – e operacional nas políticas públicas federais tais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou a Lei nº 11.326/2006.

No entanto, anterior às legislações acima indicadas, Melo e Sabato (2009) apontam que dentre as políticas construídas para esse setor, originalmente havia o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), que foi aprovado por meio da Resolução nº 2.101 de 24 de agosto de 1994. Esse programa já apresentava como critérios oficiais aqueles e aquelas que se enquadravam nessa categoria social.

Por representar um segmento bastante heterogêneo, muitos autores utilizam esse conceito “como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização, o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas” (ALTAFIN, 2007, p.13). Designa um conjunto de atores sociais, sujeitos da produção de alimentos que vêm desenvolvendo essas técnicas e conhecimentos ao longo da história. Conforme Altafin:

Em suma: a história dos produtores de alimentos no Brasil está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebia estímulos e garantias dos governantes, esse mosaico de formas

camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno era colocado à margem das políticas públicas. (ALTAFIN, 2007, p. 09).

Em um estudo realizado em 1996, entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), há elementos que contribuíram de forma significativa para a formação do conceito de agricultura familiar. Nesse estudo, a agricultura familiar pode ser identificada:

A partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p. 04).

Somado aos estudos em âmbito acadêmico, há também, conforme já mencionado anteriormente, a delimitação feita pela Lei nº 11.326/2006, que no Artigo 3º, caracteriza o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural em uma mesma concepção. Em ambos os casos, não há presença do conceito no feminino. São descritos e identificados da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 01).

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores e as agricultoras familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilização do trabalho familiar.

Outro fator que parece ser relevante nesta discussão é que a agricultura familiar ganha maior evidência ao se afirmar na política pública com a constituição do MDA por meio do Decreto nº 3.338/2000.<sup>8</sup> Esse órgão tinha como objetivo específico tratar desse segmento no Brasil.

<sup>8</sup> Em 13 de maio de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a medida que extingue nove Ministérios. Entre eles, está o MDA, que foi incorporado à pasta do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/05/fim-do-mda-e-golpe-para-agricultura-familiar-diz-presidente-da-contag.html>>. Acesso em 26 jun. 2016.



Estudos de Maria Isaura de Queiroz (2009) enfatizam que, historicamente, a agricultura produtora de alimentos fora desconsiderada como atividade importante no Brasil. Por políticas de Estado, era tratada como economia fechada, que deveria ser superada. Na mesma direção, Linhares e Silva (2009, p. 117) descrevem que: “cabe à agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial e no nível das análises até então feitas, um papel secundário e subordinado”, ficando sempre escondida atrás das casas grandes. Segundo os autores:

Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o papel de ocupar a terra, desbravando-o e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa e, continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da plantation) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiados, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias. (LINHARES; SILVA, 2009, p. 119. Grifo dos autores).

No entanto, embora considerada subalterna por muito tempo, a agricultura familiar, com natureza própria, produtora de alimentos e como categoria sociopolítica, não pode ser desconectada da trajetória das políticas públicas e da intervenção do Estado.

Assim, a institucionalização da agricultura familiar no âmbito do Estado foi retroalimentada, em uma via de mão dupla, por processos de reconhecimento e positividade teórica. Enquanto camponês, colono, meeiro, parceiro, lavrador, pequeno produtor e tantas outras designações regionais foram equivocadamente tomadas como expressão de uma agricultura atrasada em vias de extinção, a agricultura familiar emergiu como identidade aglutinadora de uma forma social de produção funcional ao moderno capitalismo agrário (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 13).

Dessa maneira, a agricultura familiar experimentou avanços significativos nos últimos anos, impulsionados pelas políticas públicas específicas que permitiram ou amenizaram o “processo de expulsão acelerada das famílias do campo, mas sem conseguir dar conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural” (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 11).

Embora com avanços importantes, com relação a políticas públicas para o segmento, essa ação não é estática e nem está consolidada. Por isso, a importância de ir além da discussão institucionalizada da categoria agricultura familiar, garantindo um olhar atento para outros grupos específicos, pois:

A noção de agricultura familiar tem se mostrado insuficiente para identificar as dinâmicas produtivas e socioculturais presentes [...] existe uma diversidade significativa no interior desses grupos, o que torna imprudente algumas generalizações recorrentes tanto nas políticas públicas quanto na pesquisa social” (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 18).

Por outro lado, percebemos que nas sociedades modernas tem-se multiplicado outras formas de agricultura familiar não camponesa. São caracterizadas, segundo Wanderley (2009, p.164), como “aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral, tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente, em um agente da agricultura moderna”.

Neste sentido, o agricultor e a agricultora se profissionalizam, o mundo rural perde seus contornos e características tradicionais e se integra ao mercado de forma bastante intensa. No entanto, a autora segue afirmando que, mesmo nestas novas condições, é importante perceber o processo como continuidade e não como ruptura total ao modo de vida anteriormente vivenciado.

Conforme se percebe, a diversidade de percepções e de práticas existentes no mundo rural, em se tratando unicamente de uma categoria social, que é a agricultura familiar. No entanto, identificar este conjunto de elementos se faz importante, para evidenciar que esta diversidade existe e resiste mesmo em condições econômicas e sociais adversas.

Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de 2011, colhidos a partir do último Censo Agropecuário – que teve como objetivo a investigação dos estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas – apontam a agricultura familiar brasileira como responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos diversificados consumidos pela população do Brasil. A mesma responde por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 60% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Mas, não se pode esquecer que a agricultura familiar, mesmo sendo a principal produtora de alimentos diversificados que abastece o mercado interno, segundo o DIEESE, utiliza-se apenas de 24% das terras, sendo a outra parte altamente utilizada por grandes proprietários rurais.

Conforme é percebido, a agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva. A família que é proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho no estabelecimento produtivo, onde boa parte da produção também é destinada ao consumo, que associa cultura, tradição e identidade em sua forma de produzir alimentos.

Desse modo, conforme Schneider:

Embora notórios, os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimentos e fibras, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção, em termos de funcionamento, entre agricultura e indústria. (SCHNEIDER, 2003, p. 113).

No entanto, mesmo que a base natural em que se assenta a produção de alimentos não tenha sido radicalmente alterada, é importante considerar que a agricultura familiar tem sido inserida, cada vez mais e de maneira subordinada, nas “[...] cadeias globais de valor [...] em novos mercados de nicho e especialidades” (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 15).

Em se tratando de relações de trabalho e de vivências, nessa forma de agricultura é a própria natureza familiar das unidades agrícolas que, assentada em relações de parentesco e herança, garante sua reprodução social, econômica, cultural e simbólica; ou seja, é uma “agricultura familiar ou uma forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola” (SCHNEIDER, 2003, p. 114), utilizando a força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores e trabalhadoras, o que é uma característica do cenário brasileiro. Sua continuidade “dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas” (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

O agricultor e a agricultora familiar, sem dúvida, podem ser considerados atores sociais do mundo moderno, e sua construção vão além da ação e da definição do Estado. Estão inseridos em situações culturais, em circuitos curtos de comercialização e em programas e ações governamentais, o que demonstra que não são sujeitos isolados.

Desse modo, a agricultura familiar se constitui como uma categoria social. É a forma mais conhecida, que traz distinção entre a produção monocultura de grande escala. Conforme percebido, esse conceito se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do PRONAF, em 1996. No entanto, as posições e conceituações a seu respeito variam bastante, podendo ser compreendida desde a forma operacional até a capacidade de adaptação às modernas exigências do mercado. Segundo Wanderley:

Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

Portanto, é importante romper com a perspectiva reducionista com que se olha a agricultura familiar e simplesmente a distingue das demais categorias sociais pelo tamanho das propriedades, pois “nem a categoria trabalho familiar estritamente, nem a contratação ou não de assalariados, nem tampouco as relações com o mercado servem, isoladamente, como

critérios para definir a natureza de uma determinada forma social.” (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Na relação entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa, em boa medida, elas possuem características que se assemelham. Assim, Wanderley retoma a ideia de continuidades entre essas agriculturas, entendendo que:

Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão [...]. A esse respeito, proponho a hipótese de que os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa. [...] Não correspondem, portanto, a nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado. Porém, esses mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por tal processo de integração econômico-social (WANDERLEY, 2003, p. 48- 55).

Dessa forma, entendendo que há semelhanças e continuidades entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa, aqui não se fortalece a ideia de ruptura entre essas duas formas de produção. Concorda-se com Wanderley (2003), quando diz: “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. (WANDERLEY, 2003, p. 47)

#### **4.1.2 - Agricultura Camponesa**

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (2008), embora com peso relativo e inter-relações que variam conforme os países, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo resultam de três arranjos político-econômicos distintos que se combinam, sendo eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central; a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

Para o autor, a diferença entre as duas últimas formas está no fato de que a agricultura camponesa é fortemente fundamentada no que se denomina de capital ecológico, enquanto a agricultura empresarial afasta-se, progressivamente, da natureza e os insumos artificiais substituem os naturais, tornando a agricultura industrializada.

No contexto brasileiro, poderiam ser acrescentados outros arranjos político-econômico-produtivos no meio rural, sendo um deles a agricultura familiar, conforme percebemos no subitem anterior. O campesinato é uma das formas sociais da agricultura familiar. O que

coloca essas duas formas de viver a pequena agricultura em uma mesma condição são a propriedade, o trabalho e a família. No entanto, há aspectos que tornam essas duas categorias distintas uma da outra. Segundo Carvalho, “ela tem particularidades que a especificam no interior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção global” (CARVALHO, 2005, p. 27).

A agricultura camponesa tem tomado mais espaço nas discussões, basicamente a partir dos anos 2000, fortalecida de maneira especial por setores vinculados à Via Campesina. Desse modo, foram recolocados o debate e os termos “camponês” e “camponesa” junto a setores governamentais, em todas as esferas, com a pressão das lutas populares. Um maior número de pesquisadores e pesquisadoras se pôs a estudar e escrever sobre o tema e, assim, houve e está havendo maior visibilidade e entendimento desses termos e do que implica diferenciar agricultura camponesa de agricultura familiar e pontuar suas diferenças com relação ao agronegócio.

Considerado como um modo de vida específico, em meio à diversidade de conceitos existentes para denominar o meio rural brasileiro, o campesinato não deve ser entendido como um mundo a parte ou isolado do conjunto da sociedade. Ele é um ator social real, sujeito envolvido em processos sociais reais e com relações locais e mercantis. Maria de Nazareth Baudel Wanderley auxilia nessa reflexão quando fundamenta:

Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem, com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como esse se integra àquela. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

O campesinato se constitui como uma forma social particular de organização da produção. Nesse caso, fala-se em agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família, que possui a centralidade nas decisões que orientam a unidade camponesa. Nessa concepção, a autora acresce:

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar – das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45-46).

Desse modo, é possível identificar que, além de relações sociais diferenciadas, a agricultura camponesa é uma construção prática e política. Apresenta-se culturalmente diferenciada de outras formas de produção, seja em relação à forma de produzir ou de reproduzir suas construções de vida, passadas através das gerações.

Wanderley (2003) enriquece a discussão no entendimento do campesinato apontando três dimensões distintas dele, mas que se complementam. Para a autora, essas dimensões se distinguem entre o entendimento do campesinato como cultura e civilização camponesa; de uma maneira mais restrita, como forma social particular de organização da produção, e assim, compreendida sob o conceito de agricultura camponesa e, por fim, como identidade social. Sendo assim, é possível afirmar que a agricultura camponesa ultrapassa os limites da produção, da propriedade e da família, sendo compreendida e percebida culturalmente e identitariamente como uma forma de viver e de se relacionar no meio rural.

Na sua leitura, a autora traz as seguintes contribuições:

Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Henri Mendras se refere a uma civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social (MENDRAS *apud* WANDERLEY, 2003, p. 45).

Para Mendras, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo, apenas, a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado. Marcel Jollivet avança o debate, ao articular essas “*coletividades rurais*” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto (JOLLIVET *apud* WANDERLEY, 2003, p. 45).

Assim, se a agricultura camponesa é uma forma particular de organização da produção – uma identidade social que se associa às sociedades camponesas – cada local vai delineando suas formas e características. Desse modo, o campesinato, que constitui parte relevante da agricultura mundial, no Brasil, reflete uma particularidade devido aos processos sociais aqui vivenciados. A construção de um espaço camponês se efetuou, na grande maioria dos casos, de forma estruturalmente precária, que o torna “incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida, diferenciando-o, portanto, da estrutura europeia.” (CARVALHO, 2005, p. 36).

Considerada por muitos autores como um modo de vida, a agricultura camponesa é bastante diversa. Sofre mudanças e se adapta aos diferentes contextos sociais, políticos, culturais e regionais. Mas também deixa sua marca em cada sociedade. Portanto:

Não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta em uma série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma

delas e, deixa ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas sua marca. (CARVALHO, 2005, p. 15).

Concordando com Wanderley (2003), assume-se a hipótese de que a modernização sob o comando da terra no Brasil contribuiu para determinar o lugar social do campesinato, ou seja, um lugar negado, não reconhecido, atrasado, o que submete o campesinato a um enorme esforço para se reproduzir.

Ela é, também, responsável, em grande parte, por determinar o ‘lugar’ social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido [...]. Trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução. (WANDERLEY 2003, p. 56).

Desse modo, o campesinato ocupa, na sociedade brasileira, uma condição camponesa, que consiste “na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, apud SILVA, 2010, p. 12).

Além disso, a priorização de outras formas de produção na agricultura brasileira, fez com que, além de se desperdiçar as terras, também acabou fazendo o mesmo com os camponeses e as camponesas, que acabam não assegurando o pleno exercício da atividade profissional e nem todas as suas potencialidades econômicas e de reprodução.

As marcas do comando da terra estão igualmente, na origem da exclusão de grande parte dos agricultores, do acesso às condições que assegurem o pleno exercício de sua atividade profissional. Em consequência, a agricultura familiar se constitui como um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 2009, p.60).

Ainda, estes elementos como o acesso a terra e a constituição de um sistema de produção, não permitiram a garantia de estabilidade da forma camponesa, conforme Wanderley,

O acesso à terra e a constituição de um sistema de produção, capaz de “fechar o círculo” da subsistência familiar sempre foram elementos sabidamente frágeis na história do campesinato brasileiro e raramente ofereceram a garantia necessária para a fundação de uma economia camponesa estável e próspera (WANDERLEY, 2009, p.60).

Deste modo, segundo CARDOSO (1987), a expressão “camponês” refere-se a realidades muitíssimo variadas no tempo e no espaço. Insiste que não deve ser reduzido somente às relações de produção.

Durante processo de escravidão, no Brasil, as pessoas que foram escravizadas realizavam atividades agrícolas “nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos (CARDOSO, 1987, p.55). Essa ação “cumpria uma função bem definida no quadro do escravagismo

colonial: a de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho” (CARDOSO, 1987, p.58), mas também, para a pessoa escravizada, “a margem de autonomia representada pela possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente” (CARDOSO, 1987, p.59).

No decorrer do tempo, foram se consolidando as trocas de trabalho, nas roças de outros escravos, num regime de reciprocidade. Segundo Cardoso, “em certos casos, a venda dos excedentes era feita ao próprio engenho. Comprava-os aos negros a uma tarifa cerca de um terço abaixo dos preços do mercado” (CARDOSO, 1987, p.96). Estas vendas de excedentes também permitiram, em alguns poucos casos, que se acumulasse dinheiro suficiente para a compra da alforria, sua e de seus familiares.

Desta maneira, através deste pequeno, mas significativo exemplo, o campesinato representa historicamente um segmento em luta por autonomia e continuidade de existência. Pode ser expresso pela capacidade de prover o atendimento das necessidades imediatas, mas também de garantir a reprodução da família e da cultura pelas gerações, materializando-se:

Na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogestionada, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente. (PLOEG *apud* SILVA, 2010, p. 12).

Deste modo, uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território, um lugar de vida, de trabalho e de condições de manutenção, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores, com qualidade de vida e com suas especificidades.

Concordando com PLOEG, se faz de comum importância considerar que, pelo fato da agricultura camponesa não possuir trabalho assalariado, ela não está diretamente subordinada ao capital. Ela é em parte subordinada, mas não é uma unidade de produção capitalista em si. Funciona “de uma forma que muitas vezes é antagonicamente diferente da forma em que os empreendimentos agrícolas capitalistas são administrados” (PLOEG, 2016, p.21). Poderíamos afirmar, portanto, que camponeses e camponesas “dominam a arte de não serem governados” (PLOEG, 2016, p.19).

Assim, em termos gerais, o campesinato pode ser entendido como uma forma social de organização da produção, um modo de vida, constituído por poliprodutores, cuja base produtiva é a mão-de-obra familiar e a produção diversificada de alimentos, associada à criação de animais de pequeno porte, em uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos



da terra, da floresta e das águas, na criação e no desenvolvimento de uma base autogestionada de recursos sociais, culturais, naturais, políticos e econômicos, cuja legitimidade é afirmada, negada ou reproduzida durante os tempos.

Na unidade camponesa, o “capital” são as ferramentas disponíveis, as instalações, os animais e os estoques. Entretanto, esse “capital” não é de modo algum um valor que gera valor excedente. (...) são os instrumentos (ou meios) de facilitar e aprimorar o processo de trabalho. É a ausência da relação capital-trabalho que transforma determinadas unidades de produção agrícolas em propriedades camponesas (PLOEG, 2016, p.21).

Deste modo, o capital contido na propriedade camponesa consiste na casa, nas instalações, na terra, nos equipamentos que se tem, nos animais e no material genético que há disponível. Ainda,

[...] a memória também é uma parte intrínseca desse capital, assim como as redes – de venda de produtos, de obtenção de ajuda mutua ou troca de sementes – e economias fazem parte dele. Contudo, esse “capital” não é usado para gerar valor excedente a ser investido novamente a fim de produzir mais valor excedente. Tampouco é acumulado por meio da exploração do trabalho assalariado de outrem (PLOEG, 2016, p.31).

Deste modo, como a finalidade do capital na unidade camponesa não é produzir excedente na forma de mais valia, ele constitui a base de recursos que é controlada pela família camponesa. Apresenta um patrimônio que a família tenta estender ao longo de seu ciclo de vida. No caso brasileiro, devido a precariedade no acesso a terra, na dificuldade em se manter no campo e pelas as migrações, muitas vezes este patrimônio não é no mesmo local onde os filhos e filhas nasceram. O trabalho externo, a migração para outra região e a conquista da terra através da reforma agrária ou banco da terra, fazem com que a família acabe reproduzindo a cultura camponesa em outros locais e territórios.

Seu sistema de produção integra o capitalismo, mas de forma conflituosa. Gera interstícios e conflitos. Possui como base, a policultura-pecuária, que pode ser considerada “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” (CARVALHO, 2005, p. 28), um equilíbrio entre atividades agrícolas diversas, combinando produção animal e vegetal o ano todo. Essa diversidade também cria identidades locais e ambientais, interligando territórios, práticas sociais, ambientes e culturas, construindo-se em espaços de resistência, luta e aprendizado, ou seja:

Cimenta identidades culturais que se transformam em trincheiras de resistência, de planos e utopias. Produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida (VIA CAMPESINA, 2013, p. 02).

Jan Douwe Van Der Ploeg, acrescenta a esta combinação de produção de alimentos diversificada, consorciada com a criação de animais de pequeno porte, que a obra-prima da

produção camponesa, é composta por aprendizados constantes e avaliações de equilíbrios, uma vez que,

Se os belos campos, de adubo “bem produzido”, colheitas de bons grãos e vacas que geram boas crias são todas expressões da arte da agricultura, então dominá-la, ajustá-la e combinar de forma criativa os diferentes equilíbrios constituem-se o âmago dessa arte. São os instrumentos usados pelo artista para criar essa obra-prima (PLOEG, 2016, p.14).

No entanto, somente a cultura e os saberes tradicionais, passados de geração para geração, já não são mais suficientes para dar conta das demandas atuais, embora sejam importantes e necessários. Segundo Wanderley “*O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade*”. (WANDERLEY, 2003, p. 46. Grifo do autor), Nesse aspecto, Conte (2014), ao pesquisar mulheres da Via Campesina por ocasião da sua Tese de Doutorado, evidencia, segundo os sujeitos da pesquisa, que a questão da falta de tecnologias adequadas foi um dos principais problemas ditos pelas militantes e dirigentes, e isso impede ou dificulta a produção de alimentos saudáveis que, por sua vez, implica geração de renda, qualidade alimentar e a permanência dos jovens no campo.

A mesma pesquisa ainda indica que as relações na agricultura camponesa têm uma centralidade na vivência comunitária e familiar. Nesse sentido, o camponês e a camponesa tem um vínculo muito forte com a cultura, com um modo de vida carregado de história, resistência e experiências diversas que mantêm a construção de sujeitos coletivos, mesmo em uma sociedade onde a centralidade é o indivíduo. Um grande pensador latino-americano, José Carlos Mariátegui, dizia a esse respeito que as comunidades camponesas incorporavam uma efetiva capacidade de desenvolvimento e transformação, portanto, sempre estão em constante movimento. Assim:

A produção *estricto senso* se encontra articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 13).

O respeito à biodiversidade e a diversidade dos bens da natureza e dos ecossistemas, do conjunto de relações que são estabelecidas entre a natureza e os povos, aparece como sendo outro elemento de compreensão dessa forma de estar e fazer agricultura. Segundo pontua Carvalho (2005), a agricultura camponesa inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos, enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as

relações humanas e econômicas, os hábitos e culturas, sendo ela a própria forma de vida como campesinato.

Para a Via Campesina do RS, a agricultura camponesa é uma economia que ultrapassa a visão economicista, pois, inclui produção, tecnologia, cultura e relações que constroem uma percepção concreta desse modo de vida. Assim diz o Texto Base do programa para a agricultura camponesa, elaborado pela Via Campesina, por ocasião de proposição de políticas públicas diferenciadas no estado do RS:

Economia camponesa não é apenas uma célula econômica. É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura, relações sociais e interação com a natureza. A virtude de sua economia é constituir-se em unidade de produção e consumo, em ser espaço de convivência que através das comunidades e suas empresas cooperativas constroem uma relação ampliada, maior que ela mesma, somando unidades de produção, comunidades e territórios (VIA CAMPESINA, 2013, p. 3).

São organizadoras dessa forma de economia camponesa a família e as relações que dela resultam. Para Chayanov, “a família camponesa é a quantidade inicial primordial na construção da unidade camponesa” (CHAYANOV, *apud*, PLOEG, 2016, p.41). Segundo alguns autores, esses elementos são fortes neste modo de produção, por ser a família, a única fonte de trabalho, sendo pressuposto necessário para garantir sua reprodução:

A família é o fundamento da *empresa camponesa*. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados (CHAYANOV *apud* CARVALHO, 2005, p. 18).

A família, para Chayanov é “*uma constelação específica caracterizada por aspectos específicos, como a razão consumidor/trabalhador*” (CHAYANOV, *apud* PLOEG, 2016, p.13. Grifo do autor) onde o próprio camponês ajusta e reajusta o equilíbrio, e os sujeitos envolvidos operam regras que fazem parte do repertório cultural da comunidade ou grupo.

As famílias camponesas empregam os diferentes equilíbrios para transformar seus interesses, perspectivas e aspirações em um roteiro que também especifica o modo como a propriedade se desenvolverá no futuro, o modo de funcionar dos mercados, nas reuniões da comunidade, etc. (PLOEG, 2016, p.15).

Nessa economia sem assalariados, os laços de família e o trabalho familiar são fundamentais para sua existência e reprodução, pois o estabelecimento agrícola é o resultado do trabalho da família proprietária.

No entanto, ao mesmo tempo em que a família tem essa importância na vivência camponesa, aqui não se pode abster o fato de que ela também é fator de opressão e de reprodução de valores da sociedade em que se insere, tendo em vista que é a unidade primária

de socialização. Assim, ao mesmo tempo em que reproduz a forma de vida camponesa, também reproduz o machismo, pois ela é “produto do sistema social e refletirá sua cultura” (ENGELS, p.69).

[...] sem dúvida, ela é a unidade primária, do ponto de vista da criança. Mas, quando se observa que as configurações de pessoas a que nos referimos como “famílias” variam enormemente, tanto em sua estrutura quanto em seu tipo, e quando se indaga sobre a razão dessa variação, logo se descobre que as forças responsáveis por essas diferenças não se encontram no interior das próprias famílias. Só podem ser encontradas nas unidades maiores de que elas fazem parte (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 90).

Na atualidade, pode-se dizer que uma das mudanças centrais que se está vivenciando é com relação aos modelos de família e, no caso do campo, uma redução no número de pessoas que a compõem. Isso traz forte impacto para o meio rural, seja com relação ao trabalho, com relação aos cuidados e mesmo com relação a sucessão rural.

Deste modo, a existência de trabalho alugado de terceiros é própria da necessidade do contexto brasileiro, devido a existência de pouca mão-de-obra no campo, tendo em vista sua nova reconfiguração. Segundo Carvalho:

Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é o resultado do trabalho dos membros da família proprietária. Porém, em razão do próprio contexto em que se reproduz (no Brasil), ele revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar (CARVALHO, 2005, p. 43).

Desse modo – imersa em relações para além da economia que tem como uma de suas referências o horizonte geracional – pode-se dizer, ainda, que a produção camponesa é fundamentada em uma relação de troca não mercantilizada com a natureza, inserindo-se no mercado para vender seus produtos. No livro “Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas”, afirma-se que a relação diferenciada com o mercado é uma característica desses produtores e produtoras:

Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores, as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. [...] Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 10).

Afora isso, a agricultura camponesa é *“profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês e a camponesa convivem com outras categorias sociais e onde desenvolvem uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco”* (CARVALHO, 2005, p. 30. Grifo do autor), podendo ser denominada sociedade de interconhecimento. Assim:

A agricultura camponesa está tipicamente enraizada em (e ao mesmo tempo envolve) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias (PLOEG, 2008, p. 22).

Então, o campesinato não pode ser identificado apenas como uma agricultura de subsistência, familiar e pequena, pois não é a dimensão da terra ou a quantidade de hectares que cada família possui que determina sua natureza, mas suas relações internas e externas, bem como seus mecanismos culturais de reprodução. Dela emergem muitos outros elementos que ultrapassam os limites da produção e de reprodução da vida; por isso, pode ser entendida como uma categoria social e histórica.

Para a Via Campesina/RS, o campesinato é percebido como forma de produzir e viver, com particularidades culturais e regionais, em que a base comum que o unifica são os interesses sociais, econômicos e políticos. Por isso, constitui-se como um ator político no cenário brasileiro.

[...] marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam, colocando-o como um sujeito político na história nacional em confronto com os interesses das classes dominantes e o pacto de poder manifesto nas políticas de Estado (VIA CAMPESINA, 2013).

Dessa forma, para que a agricultura camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna da produção, mas também os elementos políticos, de referência identitária e de organização social, ou seja:

Não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses de outros trabalhadores (urbanos e rurais) que não operam produtivamente sob tais princípios [...]. O camponês se constitui como uma categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns, ou, mediante luta, tornados comuns e projetivos. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 10-11).

Por todos os elementos acima descritos, é possível perceber que discutir agricultura camponesa remete também a perceber as contradições que existem no próprio modo de vida que o modelo de sociedade vivenciado pelos países impõe e, ainda, considerar elementos territoriais e regionais para conferir tal conceituação. Por isso, discutir campesinato remete ao estabelecimento de um conjunto de relações.

Do mesmo modo, o campesinato não pode ser definido como uma teoria geral, da qual se definem as suas características e as mesmas são válidas para o conjunto da sociedade. Cada

local molda a forma como o campesinato se apresenta, por isso é considerado como um modo de produção e de vida bastante diverso e heterogêneo. O todo e suas partes se relacionam, e podemos dizer, que o campesinato no Brasil, apresenta algumas características comuns, no entanto, as mesmas, se diferenciam conforme regiões ou estados, ou mesmo regiões num mesmo estado. Mas é importante afirmar que, há uma “transferência de inter-modos” que representam uma “especificidade de características sociais e econômicas, que refletirão em qualquer sistema societário em que operem” (SHANIN, 1980, p. 69).

Para Sergio Schneider, quando escreve o prefácio à edição brasileira do livro “Camponeses e a arte da agricultura”, os camponeses são um grupo social altamente heterogêneo e sua forma de reprodução depende do contexto social em que estão inseridos e das decisões que vierem a tomar as famílias. Segue dizendo:

Mas também dependerá, e muito, dos condicionantes políticos mais gerais, como o papel do Estado e as políticas públicas, assim como a dinâmica dos mercados. Os camponeses não são grupos isolados e não podem viver e se reproduzir sem estar em contato e interação com o ambiente que os cerca (SCHNEIDER, *apud*, PLOEG, 2016, p.18).

Afirmando e aprofundando ainda mais esta complexidade presente no campesinato, temos as afirmações de Chayanov, que são descritas por PLOEG, que considera o campesinato como um conjunto sensível de equilíbrios que são geridos pela família camponesa. Estes equilíbrios são assim identificados:

- a) Equilíbrio entre trabalho e consumo, que é considerado o coração pulsante do modo de produção camponês. Para PLOEG, “Em seu sentido mais limitado, trabalho se refere à produção de alimento, e consumo se refere a ingestão do alimento produzido” (2016, p.41);
- b) Equilíbrio entre utilidade e penosidade: são fenômenos que precisam ser levados em consideração para que a unidade camponesa funcione. Ainda segundo PLOEG, “Penosidade se refere aos esforços extras necessários para aumentar a produção total” e “Utilidade é o oposto de penosidade” (2016, p.47).
- c) Equilíbrio entre pessoas e natureza: neste sentido a agricultura camponesa deveria ser compreendida como uma “coprodução, ou seja, o encontro entre o social e o natural...” como a “interação contínua e a transformação mútua de pessoas e natureza” (PLOEG, 2016, p. 60), baseada em princípios da reciprocidade e não mercadológicos, ou seja, há uma relação recíproca entre o/a camponês/a e seus instrumentos de trabalho.
- d) Equilíbrio entre produção e reprodução: a agricultura camponesa não é um processo extrativo, envolve produção e reprodução com necessidade de renovação do capital.

e) Equilíbrio entre recursos internos e externos: esse equilíbrio remete as decisões da família entre fazer ou comprar, ou seja, alguns produtos são produzidos na propriedade e outros são adquiridos nos mercados. A agricultura é um processo de conversão, ou seja, os recursos precisam ser convertidos em produtos úteis. Também conforme Ploeg,

Apoiar-se em recursos externos pode ajudar a reduzir consideravelmente a penosidade enfrentada pela família agricultora. No entanto, uma unidade extremamente dependente de mercados a montante pode potencialmente ser devorada por esses mercados (2016, 2016, p. 72).

f) Equilíbrio entre autonomia e dependência.

g) Equilíbrio entre escala e intensidade, onde “escala diz respeito ao número de objetos de trabalho por unidade de força de trabalho. Intensidade se refere à produção por objeto de trabalho” (PLOEG, 2016, p.77). Aqui, segundo o autor, se situa o surgimento dos diferentes estilos de agricultura, onde, através da heterogeneidade se aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas familiares no capitalismo organizado, especialmente no pós-guerra.

A unidade de produção camponesa, conforme percebe-se acima, é afetada pelo contexto em que funciona, mas também é governada por um conjunto de fatores, que associam a unidade camponesa, seu funcionamento e seu desenvolvimento. Esses elementos são os princípios da organização. Para Ploeg,

Eles modelam e remodelam o modo como os campos são lavrados, como o gado é criado, como o trabalho de irrigação é construído e com as identidades e relações mútuas se desenrolam e se concretizam. O âmbito e a complexidade dos equilíbrios envolvidos, são constantemente reavaliados e dão origem a notável heterogeneidade da agricultura camponesa e criam uma ambiguidade permanente. Por um lado, o camponês é oprimido e não compreendido, por outro lado, é indispensável e altivo. O camponês sofre e resiste às vezes em momentos distintos, às vezes simultaneamente (PLOEG, 2016, p. 9).

Estes fluxos de valor coordenados pelas famílias camponesas fazem com que este modo de vida tenha certa autonomia, garantindo que a estrutura da propriedade e o processo de produção não sejam organizados diretamente pelas relações de mercado.

A unidade camponesa é, na terminologia atual, uma “rede de sujeitos” que funciona harmonicamente e combina astutamente terra, plantio gado, adubagem, sementes, instalações, mão-de-obra, ofícios, conhecimento, máquinas, redes. [...] como um sistema intrinsecamente instável, estruturada em uma combinação contraditória entre capital e trabalho (PLOEG, 2016, p.45).

Dessa forma, nos dias atuais, não é mais possível deixar de mencionar a presença de agricultores e agricultoras familiares e de camponeses e camponesas, seja como formas de agricultura ou como atores políticos do contexto rural brasileiro. Há mudanças profundas que estão em curso, o que pode afetar a forma de produzir e de se relacionar destes modos de produção.

Conforme se percebe não é possível discutir campesinato sem considerar sua complexidade, do mesmo modo que suas relações com a agricultura familiar. Wanderley (1999) traduz esse pensamento indicando as principais diferenças e complementaridades existentes entre agricultura familiar e agricultura camponesa:

a) agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; b) ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade; c) a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais; d) estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade. e) o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História Social do País e que servem hoje de fundamento a esse ‘patrimônio sociocultural’, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna (WANDERLEY, 1999, p. 02).

Assim, “esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e é a instância imediata de decisão” (WANDERLEY, 2003, p. 48) de ambos os modos de vida.

#### **4.1.3 Ser mais velho e morar no campo: desafios e perspectivas de um rural que está envelhecendo**

Conforme percebemos acima, o meio rural brasileiro é complexo e altamente heterogêneo. Muitas compreensões circundam e tentam evidenciar teoricamente práticas que vem sendo vivenciadas historicamente.

Deste modo, como um dos objetivos desta tese, procurei com curiosidade, perguntar para camponeses e camponesas o que seria esse modo de vida, segundo suas vivências e compreensões. Aqui não se pretende traçar comparações, mas evidenciar através a fala dos sujeitos que vivem o campesinato, quais são suas percepções sobre ele, haja vista que essa forma de viver se diferencia conforme o local e as decisões de cada família.

Quase como uma devolução prática-conceitual, procurar-se-á, trazer elementos, fruto das vivências práticas, desde pequeno recorte de tempo e da vida destes sujeitos. Pois, afinal, o que é o campesinato vivido e dito pelos seus sujeitos? De que rural estamos falando? Estas foram as inquietações que me moveram a pesquisar e a escrever este item.



Procurarei trazer algumas percepções sobre a agricultura camponesa a partir das falas dos idosos e idosas. Há que se adiantar, que as afirmações e constatações, podem, aos olhos mais rápidos e desatentos, não apresentar muitas novidades no campo teórico. Muitas das falas dialogam de forma próxima com a teoria explícita nos itens anteriores. Outras, entretanto, evidenciam uma realidade com elementos mais duros deste modo de produção. Aqui se procurou dar voz aos sujeitos que ainda estão residindo no campo. Não estão separadas por blocos temáticos ou categorias, mas pelos temas que foram surgindo no decorrer das entrevistas.

Desta maneira, para começar essa descrição, um dos primeiros elementos que fica evidente na fala das pessoas idosas é a relação do trabalho no campo e a produção de alimentos diversificados, bem como, a criação de animais de pequeno porte. Assim, estar no campo é bom, porque se come de tudo, não se passa fome e o que se produz é saudável, conforme segue:

Eu gosto porque a gente come de tudo. RBH, 64 anos – IBIRUBÁ

Mais pra mim, a vida aqui é muito boa! Me sinto bem com aquele ar. Temos 5hectare e meia. Então, daí a gente gosta! Nos sentimos muito bem! Plantamos milho pra tratar as galinhas e pra nós comer milho verde. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Mais é muito bom morar no meio rural. É melhor porque aqui tu tem as coisas saudáveis. Planta ali um aipim, uma batata doce. Sempre a gente tem... cria uma galinha, um porquinho, tem a verdura. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Ah, eu passo trabalhando. Vou na horta, olho as abóboras, arrumo os feijões, arrumo as batatas, olho pros meus cachos de banana, que era meu sonho ter aqueles pés de banana. Tem pé de goiaba, tem pé de amora que agora vai produzir também. E milho...colho de minha horta. Então é uma beleza! E passo fazendo uma coisa e fazendo outra. IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

As falas acima, embora repetidas, representam um universo maior das respostas dadas. Optei, deste modo, por trazer um exemplo de cada município, na afirmação de que esses elementos aparecem em todas as falas, quando perguntei sobre como é viver no campo.

As falas acima demarcam o campesinato como esse modo de vida, composto por poli produtores, que relacionam a produção de alimentos diversificados com a criação de animais de pequeno porte para o consumo das famílias produtoras. Mas apresentam, também a possibilidade das pessoas serem ativas e sujeitos de sua própria vida, pois decidem ou não o que plantar, sendo protagonistas de seu processo.

Aqui tu tem mais coisas pra tu fazer, mas tu tem mais coisas pra tu conseguir viver. Não precisa pensar que uma fruta, um pé de mandioca, uma batata... tu não pode plantar. Pode sim! E dali você vai ter a certeza de que tu não vai passar fome! IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Logo em seguida, aparece com muita força questões relacionadas a autonomia, tendo em vista que no caso dos idosos camponeses e idosas camponesas pesquisadas, se é dono e dona do próprio tempo, do próprio trabalho e dos meios de produção. Neste sentido, trabalho e agricultura camponesa se misturam e se entrelaçam, e ainda consideram a perspectiva geracional. Lugar livre, sem horários, onde há uma ressignificação do tempo e do trabalho, e a importância firmada é o da vida das pessoas e da continuidade da propriedade camponesa.

Olha, eu sempre estava de plano, quando era novo, de vender as coisas e ir pra cidade. Agradeço a Deus que eu não fiz essa loucura. Porque o que eu quero na cidade. Aqui eu vou na lavoura a hora que eu quero e volto a hora que eu quero. Ninguém me incomoda aqui. Aqui se eu quero eu trabalho, se eu não quero vou dormir e ninguém me incomoda, né. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Gosto de morar aqui porque aqui é um lugar livre. Eu sempre queria morar assim, porque a gente morava numa toca lá embaixo (se referindo ao antigo local de moradia). IDOSA 18: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Limpo a casa, lavo roupa, trato os porcos, trato as galinhas, pego a enxada e vou carpir na horta e é assim, passo o dia. Durmo depois do almoço. Gosto de ficar lidando, não gosto de ficar parada. Se fica parada a gente fica nervosa e fica ruim, né. IDOSA 13: JLS, 59 anos – LAJEADO DO BUGRE

Importante considerar a presença forte da questão do trabalho atrelado a administração do tempo com autonomia. No caso das mulheres idosas, aparece com força a manutenção da tripla jornada de trabalho, embora com intensidade e formatos diferenciados, tendo em vista a atual condição física que possuem. Neste sentido, importa afirmar que, mesmo na velhice, no caso das pessoas entrevistadas para este estudo, não há uma substituição dos papéis que ocupam na propriedade. O que há é uma mudança na intensidade e no jeito de se realizar o trabalho, mas não ocorre um rompimento com ele.

Ainda, aparece a questão do trabalho como orgulho, mas também como cansaço. Para essa idosa, “aqui é uma vida que a gente trabalha mais. Tem gente que pensa assim, que lá na colônia se trabalha pouco, mas não é pouco”. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

Outra marca muito presente na fala de idosos e idosas é o estabelecimento de relações diferenciadas com a natureza, com a terra e com o que produzem. A propriedade rural camponesa aparece como extensão da vida das próprias pessoas.

Foi difícil no início de eu me acostumar na cidade, meu Deus! Parecia que tinha que voltar pra colônia. Aqui eu estranhei (cidade) porque achava falta de lidar com os animais que a gente era acostumado. Deus o livre que eu achei falta. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

A gente trabalha, a gente tem os bichos pra cuidar, porque os bichos são como a gente tem que dar água, tem que tratar na hora certa, sentem fome, sentem sede. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

E nós também trabalhamos com abelha lá, que é uma atividade que muitos não gostam porque é difícil, mais por outro lado, quando você está trabalhando noutra lugar, elas também estão fazendo o trabalho delas. Daí a gente gosta, planta árvores, planta flores pra elas e pra aumentar o arvoredo. Assim, ajudamos elas e elas ajudam o arvoredo. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

É um prazer tratar os bichos e ver eles comendo. IDOSO 19: JVS, 67 anos – SAGRADA FAMÍLIA

As afirmações acima apontam para o que PLOEG chama de equilíbrio entre as pessoas e a natureza, onde, existem relações de reciprocidade, de cuidado, com a presença da paixão, numa relação recíproca entre a família camponesa e seus instrumentos de trabalho. É como se fosse dar para a terra o que ela precisa, o que, necessariamente não perpassa por relações mercadológicas como primeira opção. Segundo o autor, “pessoas e natureza são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos” (PLOEG, 2016, p.60).

Somado a isso, aparecem elementos de que, viver no meio rural é bom, porque se tem um ambiente mais saudável, mais tranquilo, com menos barulho e mais seguro.

É bom porque a gente se sente melhor, do que naquele tumulto lá da cidade. Aqui você chega, senta e toma um chimarrão e depois você vai fazer os serviços. IDOSA 5: MOC, 66 anos – IBIRUBÁ

É bom demais viver aqui! O lugar é muito mais calmo, mais sossegado. No interior é tranquilo. Se tu foi dormir e esqueceu a janela aberta, pode dormir tranquilo que não tem problema. Eu cansei dela (companheira) ir pra cidade e as janelas ficavam abertas e amanhecia assim. Chave dentro do auto... porta aberta... na cidade se tá um vidro um pouco baixo, eles dão um jeito de arrombar. IDOSO 6: VBS, 69 anos – IBIRUBÁ

Gostamos de estar quietinho em casa. Gostamos de conversar e de tomar chimarrão no escuro da sacada de casa, olhar a cidade... tudo bem quieto, coisa mais boa. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Gostar do silêncio, da tranquilidade, da calma e estar em sintonia com o tempo da vida, é uma marca muito forte na fala destes idosos camponeses e idosas camponesas. Somado a isso, vem a questão das práticas cotidianas, vivenciadas e reproduzidas desde muito cedo. Tomar um chimarrão, conversar, estar na sombra, deixar a casa aberta e dormir tranquilamente.

De manhã o cara levanta cedo, toma um mate, vai tratar os bicharedo, depois vai pra lavoura carpir um pouco. De tarde, sesteia um pouco ao meio dia, depois vai de novo. IDOSO 6: VBS, 69 anos – IBIRUBÁ

A primeira coisa quando eu levanto eu tomo um chimarrão. Tomamos um chimarrão. Depois tiro leite, faço café, tratamos os bichos, se tiver que trabalhar vamos trabalhar, se tiver que sair nós saímos. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

“Eu me criei aqui”! O que parece por vezes certo conformismo vem ao mesmo tempo como afirmação, pois está se fazendo o que se gosta e se optou por fazer. Assim, imerso em todos os elementos, está a questão da identidade camponesa.

A gente se criou na colônia, sempre no pesado. Eu não estranho. Bom, eu gosto! Quando o cara gosta, tem que fazer o que gosta. IDOSO 6: VBS, 69 anos – IBIRUBÁ

Eu gosto de viver aqui. Gosto, porque é bom de viver aqui, a gente acostuma. Nasci e me criei aqui. Prefiro aqui do que na cidade, porque não me acostumo com a cidade grande. Já fui pra fora, pra Parobé, Novo Hamburgo. Pra aqueles lugares lá e não gostei. IDOSA 13: JJLS, 59 anos – LAJEADO DO BUGRE

Me criei naquele sistema e entendo que isso é um dom que a gente tem de trabalhar, de gostar de trabalhar na roça... de ver a planta, de produzir...plantamos seis, sete mil pés de mandioca e limpamos tudo de enxada. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Plantar, ver crescer, cuidar, se identificar com o que se faz. Elementos objetivos e subjetivos importantes na trajetória camponesa destes sujeitos que produzem alimentos sem agrotóxicos, ou, os utilizam apenas quando não há outra possibilidade, quando não se “vence o serviço”.

Nós não somos de passar veneno. É na Tramontina mesmo. Só quando a gente não vence mais. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Na nossa terra é enxada! A gente não trabalha com veneno. Quando chego lá na terra eu devasso com minha enxada! IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

A gente planta e colhe só coisinhas crioulas. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

Não utilizar agrotóxicos para produzir remete a duas reflexões. A primeira é que, conforme percebemos na primeira fala, utilizam quando não conseguem dar conta de todo o trabalho, porque estão em apenas em duas pessoas com mais de 60 anos, residindo na propriedade. A segunda remete a reflexão anterior, pois, se há uma relação de continuidade com a terra, com os animais e com a natureza, envenenar a terra é como se estivessem envenenando a si mesmos. Assim, plantar sementes crioulas, não utilizar agrotóxicos na produção, além de ser uma opção que remete a resistência, também integra o modo de vida dos sujeitos camponeses, sendo um fator importante para sua concepção de produção.

A autonomia em se viver no meio rural, também aparece relacionada à vida dos sujeitos com relação aos círculos de ajuda, quando de necessidades como ir ao banco, no médico ou no mercado. Pede-se auxílio só para as pessoas mais próximas e em extrema necessidade, até porque, com menos pessoas da família residindo no campo e mesmo com a redução na quantidade de vizinhos e vizinhas, ter alguém para acompanhar, pode implicar em

deixar de desenvolver o trabalho na propriedade camponesa. Deste modo, ao mesmo tempo em que há uma afirmação de autonomia ela também aparece ligada a questão da necessidade.

Eu, por enquanto, é só a minha. Teve só um dia que foi ele que teve que me levar no médico (filho que reside com a idosa). Até que no banco sou eu que vou e nem preciso de ninguém, porque é aqui pertinho. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAJEADO DO BUGRE

Por enquanto eu mesmo. Enquanto a gente pode andar, pra ir no mercado... tudo é eu. Meus negócios, minhas coisas sou tudo eu que faço e eu que determino. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Quando preciso de ajuda minha sobrinha vai comigo. Ela mora aqui na frente. Quando eu preciso. Até agora vou sozinha, no banco, na Sagrada...só quando preciso, daí peço pra ela. IDOSA 17: ZR, 78 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Até agora nunca pedi pra ninguém. Sempre eu mesma fui. Nunca precisei, graças a deus. IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

Quando eu preciso de sair, as vezes, eu pego o transporte escolar. Ainda tenho andado só eu mesmo. Graças a Deus nunca precisei de alguém pra ir no médico comigo. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

A relação com a vizinhança e a comunidade local é fortemente indicada na fala das pessoas, especialmente com relação aos finais de semana. Tomar chimarrão, conversar, ir no vizinho e na vizinha, jogar bolãozinho, cartas e bingo, se divertir, ir na missa e em bailes fazem parte das atividades desenvolvidas no meio rural pesquisado. Importante destacar, que algumas pessoas idosas disseram que optam por ficar em suas casas para descansar nos finais de semana, mas que sempre recebem visitas de parentes, filhos, filhas, vizinho e vizinhas, tão logo, quase nunca estão sozinhos.

De domingo eu fico em casa, mais de sábado eu jogo bolãozinho pra lá e pra cá, e não paro! No bingo começo de sexta a jogar. Final de semana é, feliz! Agitado! Com 81 anos, mais ainda não tá me fazendo peso na vida. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

No final de semana, as vezes vou na vizinha tomar um chimarrão, na vizinha mais perto. Quando venho pra cá é só alegria! Lá fico mais por casa. Minha neta as vezes vai ficar lá comigo. Vou muito pouco na missa e em festas. Gosto de ir nos bingo. IDOSA 1: ZNF, 64 anos - SELBACH

Os vizinhos vêm passear, nós vamos passear, os filhos vêm pra passar o final de semana. Jogamos carta, pra passar o tempo. Tem filó que sai de noite. Jogamos cacheta, contamos causo, damos risadas. Vamos na missa, no jogo de bolãozinho. IDOSA 5: MOC, 66 anos – IBIRUBÁ

Quase não saio nos finais de semana, vem os filhos passear, enche a casa de visita. Quando dá no jeito a gente vai em alguma festa, baile da terceira idade. Vou na assembleia de Deus que é aqui pertinho e gosto sempre de ir. IDOSA 13: JJLS, 59 anos – LAJEADO DO BUGRE

No final de semana eu trato meus bichos e venho pra casa. A gente sempre tem visita. Fazer um churrasquinho, tomar um refri...filho, sobrinhos... quase nunca estamos sozinhos. IDOSO 19: JVS, 67 anos – SAGRADA FAMÍLIA

No entanto, também se percebe a restrição com relação ao lazer e mesmo de ter contato com a internet, conforme a fala desta camponesa, “Daí de noite, o único divertimento que a gente tem é a televisão, daí a gente olha as novelas. Internet não tem, né. O telefone já não é muito que pega fácil e tem muito pouca comunicação.” IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ.

A marca da presença da família pluriativa no meio rural, ou seja, aquela que obtém renda por meio de uma multiplicidade de atividades, onde a agricultura é uma delas, também aparece nas entrevistas. Deste modo, o trabalho realizado no meio rural, em outras propriedades e o trabalho na cidade, especialmente quando mais jovens, aparece nas falas, com o objetivo de subsistência e manutenção da família.

Mais pra nós é muito bom! Nós estamos vivendo aqui agora (no núcleo urbano) porque naquele tempo nós não tínhamos água na nossa terra. Trabalhava, no início na terra do meu pai e a gente trabalhava em sociedade (parceria)... terra do pai, terra do irmão...e na nossa! Meu marido era empregado na cidade, daí nós fomos conseguindo este terreno aqui, construindo esta casa, mais sempre trabalhando no meio rural! Eu trabalhava na roça e, quando chegava sábado e domingo que ele não estava no emprego, ele estava na roça com nós, lavrando, capinando, plantando, colhendo. Eu cortei muito do soja sozinha, de foicinha. Cortava seis ou sete verga e colocava embaixo de uma lona. Limpar soja de carpideira de boi. Amarrar boi no tronco pra amansar criação recoluto (boi que não é manso, que não é de confiança), pra botar canga pra lavar, ou pra botar na carroça ou na gaiota. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Eu pra mim foi muito bom, porque eu gostava e gosto até agora da lavoura. Mas eu pra mim sempre foi muito bom! Trabalhava na lavoura, trabalhava fora também, de faxina. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Viver no campo é bom, mas as condições de permanência nem sempre possibilitam a manutenção da tranquilidade e de reprodução do campesinato. Elementos como a desvalorização e o preço baixo dos produtos produzidos, o valor alto para aquisição de insumos que não são produzidos na pequena propriedade, o desequilíbrio ambiental e as mudanças climáticas são fatores relatados e que dificultam a vida no campo.

Viver aqui é bom. Só é meio complicadinho é as coisas que temos que comprar. Insumo caro, muitas vezes a gente precisa do adubo, da ureia, que a gente precisa pra botar no milho. A batata, o feijão, a mandioca, ainda dá. Fazemos também adubo dos esterco dos animais pra botar. Assim, viver no meio rural é bom, mas tem as dificuldades também. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAJEADO DO BUGRE

No meio rural era sofrido, porque a gente tinha que viver puxando os animais pra água. Tirava leite e largava num poço, porque luz a gente não tinha. Colocava o tarro no poço e vendia o leite. Dali nós tirávamos o dinheiro pra pagar os estudos do filho mais novo, que é agrônomo hoje. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Aqui não é tão fácil, porque as coisas que a gente produz quase não valem nada. A gente lucra muito pouco, porque pra plantar tudo sai muito caro. Porque aqui as coisas que a gente planta quase não dá mais também. Longe pra ir pra cidade. As estradas ruins. Assim, se tem um emprego bom na cidade, que tem um ganho bom, acho que é melhor do que estar na colônia, porque na colônia é meio difícil. Porque

uma dúzia de ovo, pra R\$ 2,50 tu tem que caminhar pra achar onde vender. O leite, pra vender a 0,80 centavos o litro... lá se eles fazem 1 hora extra eles ganham bem mais. IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ

A ausência do estado, através de políticas públicas de crédito adequadas ao segmento se apresenta como outro fator limitador.

Agora tá bem ruim, mas agora teve tanto tempo bom, né, que a gente fazia esses PRONAF pra agricultura familiar. Eu fiz muito tempo e daí a gente prantava bem a lavoura, tudo. Agora está tudo muito difícil, o preço que tá os insumos, que pra gente plantar não tá fácil! Aliás, eu financiei na Crehonor. Eu fazia PRONAF na época. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

Pois agora os idosos só fazem os empréstimos da aposentadoria, porque de lavoura nem fazem mais o financiamento. Porque agora quem tá tomando conta, mais, é os granjeiros, que arrendam uma quantia de terra. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

Então, naquele tempo era tão bom, nós tirávamos dinheiro do banco, nós financiávamos toda a lavoura e nós fazia tudo aquela planta. Se desse algum problema com o tempo, a gente renegociava aquela dívida e sobrava toda aquela planta que dava pra gente pagar a prestação das terras. Daí foi a forma que nós conseguimos estas terras que nós temos aqui. IDOSA 12: NSA – LAJEADO DO BUGRE

Conforme percebemos nas falas acima, aqui estamos dialogando com políticas específicas de financiamento da produção da agricultura familiar, mas que não são estendidas as pessoas idosas, visto que todas remetem a fala no tempo passado.

Desta forma, vamos fazer uma pequena pausa para falar sobre esse formato de financiamento, que foi instituído através do decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que é o PRONAF.

Constitui-se em uma política de crédito para o financiamento da produção da agricultura familiar e de assentados/as da reforma agrária. Consolida-se como uma conquista, fruto da organização dos Movimentos Sociais, quando, além de pautarem a importância de se ter políticas públicas específicas para a agricultura familiar, que essas políticas também remetesse a ter créditos diferenciados para essa forma de produção. Os juros são de 2,5% ao ano e, segundo o site do MDA, possui 12 linhas, divididas entre: PRONAF custeio, PRONAF mais alimentos-investimento, PRONAF agroindústria, PRONAF agroecologia, PRONAF eco, PRONAF floresta, PRONAF semiárido, PRONAF mulher, PRONAF jovem, PRONAF custeio e comercialização de agroindústrias familiares, PRONAF cota-parte e microcrédito rural.

Esse programa financia projetos individuais ou coletivos de agricultores e agricultoras familiares e assentados/as da reforma agrária. Após a decisão de financiar, a família deve obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida por entidades de ATER, que

observam a renda anual e as atividades exploradas, o que direciona a família para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

Ainda, como a agricultura familiar está sujeita a intempéries climáticas, quando há chuvas muito intensas, pragas ou secas que atingem municípios ou regiões, as famílias agricultoras podem solicitar um laudo técnico da EMATER, que, após verificada a perda, encaminha o ressarcimento para agricultores e agricultoras familiares, através do Programa PROAGRO Mais<sup>9</sup>, que destina recursos para quem sofre prejuízos na produção. Segundo informações do site da EMATER RS, essa ajuda vai desde a quitação do financiamento até ter uma renda para subsistência das famílias.

No entanto, embora tenhamos avanços importantes, e aqui percebemos que o crédito para a produção é um deles, os programas de financiamento para o meio rural também apresentam limites, que se situam no fato de ter que, obrigatoriamente, apresentar notas fiscais de compra de insumos e sementes de agropecuárias, que normalmente vendem prioritariamente sementes híbridas e transgênicas, ou ainda, trabalham apenas com insumos químicos e agrotóxicos. Outro limite encontrado é o fato de não estar inadimplente para o acesso.

Desta maneira, quando as pessoas idosas falam das políticas de financiamento da produção, remetem a esse formato de acesso.

Voltando aos outros elementos que foram apresentadas pelas pessoas idosas entrevistadas, os relatos remetem a certa precariedade no acesso as políticas públicas com recorte etário. O atendimento prioritário e diferenciado, conquistado pela população idosa, nem sempre existe ou é respeitado no meio rural, conforme algumas falas.

A única dificuldade aqui é a saúde que tá pouca. Saí de madrugada pra agendar pra tirar um dente. Quantas viagens eu fiz lá encima para tirar um dente. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAJEADO DO BUGRE

---

<sup>9</sup> O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais), operado no âmbito do Proagro, assegura ao agricultor familiar, quando da ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que prejudiquem o empreendimento enquadrado, observadas as normas deste regulamento:

- a) a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio e de parcelas de crédito de investimento rural;
- b) a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor;
- c) a garantia de renda mínima da produção vinculada ao custeio rural.

O Proagro Mais é regido pelas normas gerais aplicadas ao Proagro, inclusive quanto ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no que não conflitem com as condições específicas contidas nesta Seção.

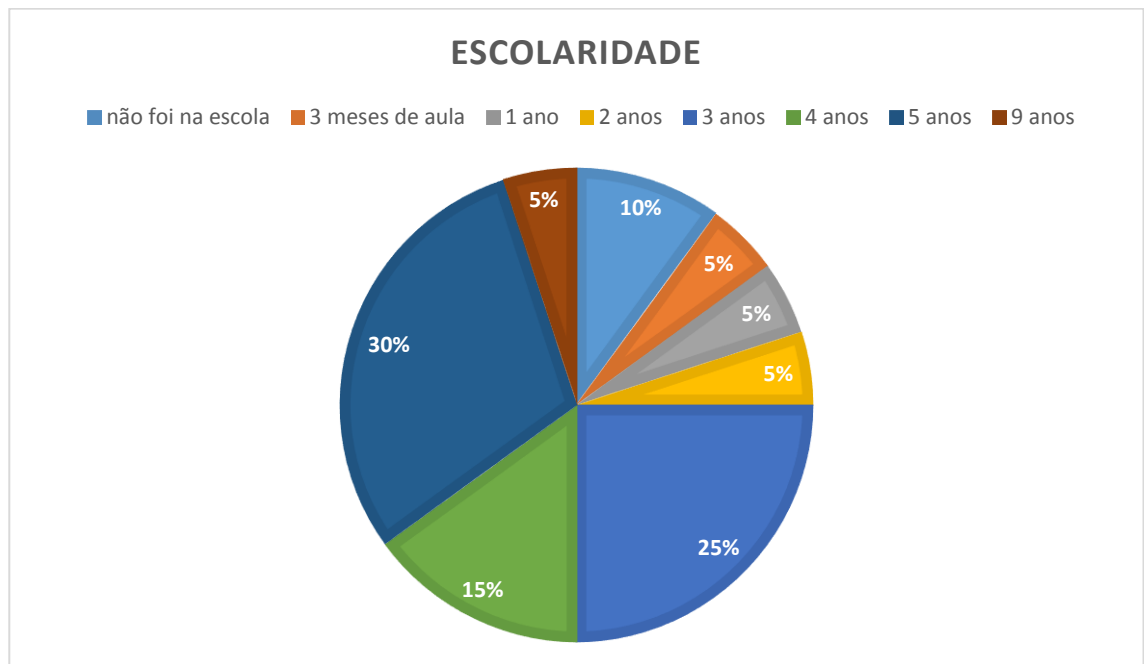
A concessão de crédito de custeio agrícola ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em unidade da Federação zoneada para a cultura a ser financiada, somente será efetivada mediante a adesão do beneficiário ao Proagro Mais ou a alguma modalidade de seguro agrícola para o empreendimento. Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual> - pesquisa realizada em 17 de junho de 2018, as 13h29



Nós vamos no SUS em primeiro lugar. Caso contrário se não tiver nenhuma ajuda nós procuramos outros recursos como a prefeitura. Tem a agente de saúde que passa aqui também. Ela encaminha, marca consulta. Quando precisamos pedimos pra filha. Ela ajuda bastante. Ela também dá dica. IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Daí a gente vai lá no postão de saúde, sabe. E eles que encaminharam para eu ir pra Porto Alegre. Levam lá ou pagam o ônibus pra gente ir e de noite a gente já vem de volta junto. Eles ficam lá esperando. Vai uma van cheia daqui. Mais daí tu chega lá as 7 horas da manhã e uns quando é 8 horas já tão pronto, daí tem que esperar lá até as 8hrs da noite. É uma ajuda boa que a gente ganha, porque a gente não paga essa corrida. E quem me acompanha são os filhos, as noras ajudam bastante também. IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ

A pouca escolarização dos sujeitos pesquisados também é algo que chama atenção. Das 19 pessoas entrevistadas, apenas duas delas frequentaram a escola por mais de 5 anos, porque voltaram a estudar recentemente, conforme podemos ver no gráfico abaixo.



A maioria dos sujeitos (30%) frequentou apenas três anos de escola formal. Logo na sequência, 25% deles nem chegou a estar nos bancos escolares. Para essa geração ter frequentado a escola era menos importante do que ficar em casa para trabalhar na lavoura. Das muitas falas que ouvi sobre esse tema nas entrevistas, todas elas remetiam ao trabalho, a questão da escola ser longe e de que não havia incentivo para continuar estudando, seja por parte dos pais ou através da inexistência de políticas públicas.

Fui até o 2º ano na escola só. Naquele tempo não era de estudar, era só trabalhar. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Fui 3 meses de aula. A escola era muito longe. IDOSO 6: VBS, 66 anos – IBIRUBÁ

Fui até na 5ª série. Naquela época só tinha até a 5ª série, não tinha mais estudo. Meu pai dizia: agora que tu veio da aula, nós vamos pro serviço. As férias nunca vieram, né. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Estudei até a 4ª série. No meu tempo ninguém estudava mais do que isso, quando estudava...a maioria não estudava porque era muito dificultoso, era muito longe pra ir a pé, não tinha transporte, não tinha nada... IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Não fui pra escola. Consigo escrever meu nome mal e mal. É bem ruim a gente não saber ler! IDOSA 17: ZR, 78 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Nunca fui pra escola, nunca, nunca. Não sei nem escrever meu nome. IDOSA 18: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Sim, estou indo ainda na escola. Voltei a estudar. Estou fazendo EJA. Antes eu estudei até a terceira série, mas agora eu já passei da sétima. Agora vou fazer o nono. Até daria pra mim ter me formado, porque eu fiz a minha série junto com as do nono, e eu tirei tudo as minhas notas boa, mas aí optei por ficar mais um tempo. IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAJEADO DO BUGRE

A Educação de Jovens e Adultos citada em uma das falas das camponesas acima, como se sabe, é uma modalidade de ensino prevista em Lei e que tem por finalidade garantir o direito a educação aqueles e aquelas que não tiveram esse acesso em idade própria. Segundo o IBGE, nas zonas rurais a taxa de analfabetismo em 2011 era de 21,2%. Assim, a realidade do analfabetismo na sociedade brasileira é bastante alta quando deslocamos nosso olhar para o meio rural, tão logo, políticas educacionais como a EJA são importantes, porque permitem que esses sujeitos possam retornar aos estudos, mesmo sendo idosos e idosas.

No entanto, ter políticas como a EJA não significa que as pessoas não sigam com dificuldades para o acesso a ela e ao conjunto de outras políticas públicas para o meio rural. Segundo Wanderley, os fatores acima mencionados, com relação as dificuldades com acesso às políticas públicas no campo, podem gerar certa precariedade no meio rural, o que fragiliza sua população.

No caso do meio rural, que precisamente se define como uma pequena aglomeração, poucos são os serviços, bem como as ofertas de trabalho, disponíveis no próprio lugar de residência. A consequência é a impossibilidade de acesso, o que gera a precariedade registrada em grande parte das áreas rurais brasileiras, ou a necessidade do deslocamento da população local, numa área de circulação que frequentemente ultrapassa os limites do próprio mundo rural e às quais a população do campo, não raro, chega fragilizada (WANDERLEY, 2009, p.18).

Ainda, segundo a autora, isso demarca uma das diferenças entre as áreas urbanas e as áreas rurais, tendo em vista que as instituições de planejamento frequentemente optam por reagrupar os serviços básicos em aglomerações maiores e isso dificulta o acesso especialmente para idosos e idosas, como percebemos na fala acima da idosa que relata ter ido diversas vezes ao posto de saúde para tratar de um dente, bem como, para jovens especialmente no acesso a educação, mas também afeta o valor patrimonial dos imóveis,

desestimulando a atração por novos moradores e moradoras, dificultando inclusive a permanência de muitas pessoas no campo.

As diferenças entre as áreas rurais e urbanas se expressam também no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços básicos, especialmente os oferecidos pelas instituições públicas [...] tendo em vista a pequena dimensão das aglomerações rurais, as instituições de planejamento e gestão tendem a reagrupa-los em aglomerações maiores e mais densas, um polo urbano regional, por exemplo.

De fato, este tipo de política afeta duplamente a população rural: por um lado, a carência de serviços pode se tornar um grave problema, tendo em vista a proporção de jovens e idosos no meio rural, categorias que precisamente são as que mais demandam certos tipos de serviços, tais como de educação e de saúde; por outro lado, a dificuldade de acesso a estes serviços pode afetar o valor patrimonial dos imóveis rurais e desestimular a atração de novos moradores (WANDERLEY, 2009, p.230-231)

A violência, a exploração de idosos e idosas e o adoecimento também aparecem como fatores preocupantes nesta realidade. A tranquilidade que também enlouquece, através da sobrecarga de trabalho e na precariedade no acesso a bens e serviços. Ficar parado como motivo de adoecimento, tendo em vista uma vida toda imersa num cotidiano de trabalho e de desenvolvimento de atividades para a reprodução da cultura camponesa.

Agora faz um mês que eu parei de trabalhar. Trabalhava fora direto! Saia 8 da manhã e chegava 5 da tarde. Limpava a casa, lavava e roupa e fazia comida. Limpava as duas casas, porque eram dois apartamentos, um encima e outro embaixo, por 50,00 por semana. E eles são ricos! IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Faço bolo, faço pão, limpo a casa, vô no terço, e tenho que ir passear, não todo dia, mais os dias que estou meio “pampam” tenho que sair e prosiar com as velhas, com a sogra dela e pronto espaireço. Daí volto. IDOSA 18: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

As falas acima indicam a exploração, pois trabalhar por R\$50,00 a semana, não me parece algo muito justo. No entanto, aqui também fica explícita a importância das redes de relações ativas, que contribuem para que esse adoecimento psicológico e físico não se acentue. Assim, o estabelecimento de redes informais de apoio e de relações entre as pessoas, pode fortalecer os sujeitos individualmente e mesmo para resistirem no campo.

A sucessão rural vem com força nas falas das pessoas entrevistadas. Ela surge com dois enfoques. O primeiro como um limitante para a reprodução do modo de vida camponês. O segundo, a ausência de jovens como limitadores para a garantia e manutenção da qualidade de vida das pessoas que permanecem. Quase como sinal de desespero, as famílias camponesas têm adotado diferentes estratégias para manter seus filhos e filhas no campo, seja através de sair da sua propriedade e “cuidar” da propriedade vizinha para que a filha volte da cidade para voltar morar no campo; seja através do cuidado de netos e netas para a filha trabalhar na cidade e morar no meio rural; ou fazendo empréstimos consignados para pagar tratamento de

saúde para o filho que cuida dos pais. Ainda, em uma das famílias, se tentou diferentes táticas para manter os filhos no campo. Um dos filhos foi acampar para ver se conquistava um pedaço de terra e o outro filho, abriu um mercadinho na cidade, onde vendia os produtos que a família produzia no campo. Ambas as táticas não foram longe. O mercadinho fechou e o filho desistiu do acampamento. De outro lado, em uma das propriedades havia um jovem que optou por viver no campo e tem sido o suporte para a família permanecer e seguir vivendo na agricultura camponesa.

Um dia eu disse, vamos vender tudo, porque eu tenho a terra aqui e ele tem a terra lá, e vamos tudo pra cidade. Aí o Pedro Henrique (jovem que reside com os pais) disse: eu não vou pra cidade! Ele disse que não iria para a cidade, que queria ficar aqui. Eles não gostam de trabalhar na cidade. Então eu disse: daí ficamos, ainda mais que agora temos de casa nova. IDOSA 3: RBH, 64 anos – IBIRUBÁ

Como minha filha, ela morava na cidade e ela tinha muita dificuldade pra viver. Meu Deus! Ela trabalhava, assim, nas casas. E agora ela veio morar aqui na minha casa. Ela tem de tudo na horta dela, tem de tudo na lavoura e não precisa comprar. Verdura a vontade, bicharedo... galinha, porco... criam de tudo lá. Tá coisa mais linda! IDOSA 5: MOC, 66 anos – IBIRUBÁ

Todo mundo diz: mais já chega... mais quem é que eu vou mandar se não tem outro? Ela aqui tá com a piaçada e coisarada e eu vou ter que fazer sozinho, não adianta. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Então assim, de trabalhar, nós não sentimos que seja difícil pra nós. Só nós temos sempre a esperança de que temos que trabalhar para vencer os compromissos, entendeu. Que, sempre como eu digo, temos que passar pros filhos. A moça da Emater disse pra mim, um dia, que eu nunca devo pensar em vender a terra. Disse pra ela que nunca irei vender, porque terra não se vende. Daí ela falou, mas e teus filhos não vão vender? Pra meus filhos vender é só depois que eu deixar aqui, que Deus me chamar, que daí não posso fazer mais nada. Tenho um que mora já lá na terra, só que tem dificuldade, né, tem duas crianças, ainda não tem banheiro na casa, tem que ajeitar a casa, trabalha aqui e ali pra ter as coisas de dentro de casa. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

Ser idosa é ruim, porque a gente fica sozinha, os filhos saem pra longe pra trabalhar e não podem mais voltar. Agora que eu vivo sempre doente. IDOSA 17: ZR, 78 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Somado a essa problemática, vem a auto-exploração de idosos e idosas, que aqui está sendo entendida como a auto-exploração do trabalhador e da trabalhadora do campo, de modo a garantir a sua sobrevivência, mesmo que a intensidade do trabalho tenha diminuído e suas condições de realiza-lo estejam limitadas. Se auto-explora porque não há mão de obra suficiente. Se auto-explora para poder ter alimentos suficientes para a família que permanece e, algumas vezes, para filhos e filhas levarem para consumir na cidade.

A migração de mulheres camponesas para o conglomerado urbano da cidade também ficou presente na pesquisa. Quatro das mulheres que foram entrevistadas estavam residindo na cidade. Apenas uma delas ainda estava com o companheiro. As demais eram viúvas ou

separadas. Deste modo, fica explícita a afirmação feita em outras pesquisas, de que as mulheres tendem a migrar com mais intensidade e frequência para as cidades quando ficam sozinhas. Neste caso, as camponesas afirmam ter mais autonomia e segurança morando na cidade.

Tem dificuldade sendo idosa e morando no meio rural! Fosse pra mim, eu já não dava mais por causa dos problemas que tenho. Se eu fosse um pouquinho mais nova, meu sonho era de ir na roça. IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

Ah, eu acho bom! Gostei de viver aqui, porque é mais fácil pra vida da gente. Se tu precisa de um remédio, tu mesmo pode ir buscar. E no rural, a gente tinha que pagar auto (carro) pra vim buscar um remédio, daí por isso que eu vim pra cidade. Então é melhor, porque a gente pode depender só da gente mesmo pra buscar coisas. E lá a gente nunca tinha e sempre sozinha desde que ele faleceu. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

No entanto, mesmo diante desta realidade desafiadora, as pessoas idosas afirmam a importância de desmistificar o olhar sobre o meio rural, quando ele é entendido como atraso. Embora se tenha dificuldades, suas falas afirmam que há estruturas como posto de saúde; tem alimentos diversificados e; é preciso ter as pessoas que permaneçam no campo, assim como, é necessário se ter pessoas nas cidades.

Gostaria que mais pessoas viessem pro meio rural, porque aqui é bom de morar, tem atendimento, tem posto... IDOSA 13: JJLS, 59 anos – LAJEADO DO BUGRE

Eu, casualmente, gosto de viver no campo! Eu vivo no campo até hoje porque eu gosto! Tem que ter os do campo e tem que ter os da cidade. Os do campo produzir para os da cidade. No campo a gente convive com mais oxigênio, o que a gente produz é sem veneno. E isso tudo faz parte da saúde. Então, desde a criação, um porco, um gado, um frango. IDOSO 19: JVS, 67 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Ainda, afirmam que mesmo na adversidade, vão seguir semeando mudas, sementes e a cultura camponesa. Isso dialoga diretamente com os pressupostos desta forma de agricultura onde, muitas vezes, pela teimosia de seus sujeitos, segue sendo reproduzida.

A gente gosta. Tem que gostar das coisas. Tem certos problemas que surgem, mais a gente tem que aceitar. Não dá pra sair fora, daí vem e passa. Assim, você está estudando porque gosta de estudar e porque quer se formar pra trabalhar naquilo que tu gosta. Será a mesma coisa o nosso trabalho. Nós gostamos daquela área de terra, entendeu! E, aonde nós for, estaremos semeado, principalmente frutas. Já comi gabirolva de planta que nós plantamos (mudamos) e que não tinha na nossa terra. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAJEADO DO BUGRE

A fala de idosos camponeses e idosas camponesas nos permite evidenciar, através de suas práticas, muitos dos elementos apresentados na teoria. A produção de alimentos, criação de animais de pequeno porte, a importância do consumo das famílias e a relação diferenciada com a terra e com a propriedade, aparecem de forma muito intensa e latente. Somado a isso temos a tranquilidade presente no campo, a produção sem agrotóxicos, a pluriatividade e as relações com a vizinhança e a comunidade. No entanto, entre os motivos de preocupação das

famílias estão as insuficientes políticas públicas, a violência no campo, a sobrecarga de trabalho, a sucessão rural, a migração das pessoas para as cidades e a tranquilidade que também adoece.

Todos os elementos acima se apresentam como possibilidades, mas também como desafios num meio rural que envelhece um pouco a cada dia, com diminuição da quantidade de pessoas que dão vida e reproduzem a agricultura camponesa nos municípios de Sagrada Família, Lajeado do Bugre, Ibirubá e Selbach.

As entrevistas foram realizadas com apenas 19 pessoas, de municípios que possuem entre si uma certa distância geográfica e diferenças na organização da agricultura camponesa. Os municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre situam-se na região noroeste do Rio Grande do Sul. Selbach e Ibirubá na região do Alto Jacuí. No entanto, embora existam diferenças, também apresentam similaridades na forma de relação com a terra e a produção. Isso permite a afirmação de que a agricultura camponesa é reproduzida por valores simbólicos e práticos que permitem sua identificação, mesmo estando em lugares diferentes.

Ao longo deste capítulo vimos que os elementos concretos aproximam a agricultura camponesa da agricultura familiar. O que as difere está situado no campo da reciprocidade, dos valores e das formas de se relacionar. Já não é mais o mercado o definidor das diferenças, mas as formas de relações com ele e a manutenção de equilíbrios próprios do modo de vida camponês.

Para finalizar, importante não esquecer, no entanto, que as falas tentam visibilizar as práticas e concepções dessas pessoas, nesse tempo histórico. Não é possível generalizá-las. No entanto, trazem reflexões que nos permitem afirmar a diversidade das ruralidades presentes, considerando elementos que o positivam, mas também que indicam seus limites e dificuldades.

Portanto, dar voz aos sujeitos que residem no campo, ou mesmo na sede urbana destes pequenos municípios, nos permitiu trazer novos e importantes olhares que permitem, sob meu ponto de vista, materializar e avançar nas construções até então elaboradas sobre o campesinato no Rio Grande do Sul, mesmo através desta pequena amostra.

## **5 O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E APOSENTADAS DO INSS E O CAMPESINATO**

### **5.1 ALGUMAS INFORMAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O CRÉDITO CONSIGNADO**

Conforme mencionado anteriormente, há poucos mecanismos legais para diferenciar o campo da cidade. As relações e os processos administrativos locais é que vão, muitas vezes, delimitar as diferenças desses espaços físicos e geográficos.

No entanto, aqui se pretende lançar o olhar sobre idosos camponeses e idosas camponesas, e a relação com o crédito consignado, embora, de antemão, se afirme que há poucos estudos e dados quase inexistentes relacionados a esses temas.

No Brasil, há diferentes modalidades de crédito, sejam eles para pessoas físicas ou jurídicas. Porém, o crescimento no acesso a eles tem representado aumento relevante dos créditos pessoais, que têm voltado sua atenção cada vez maior para os idosos e as idosas, de modo que esse segmento recebe muito mais estímulos do que os consumidores das demais faixas etárias.

Para Doll e Cavallazzi:

Com a presença abundante de dinheiro no mercado financeiro se tornou interessante aos bancos emprestar dinheiro e a política extremamente restritiva de conceder créditos deu lugar para uma estratégia de pulverização do crédito, em via de regra, sem as devidas informações e cuidados, que caracterizam o crédito responsável, comprometendo o fornecedor no processo de prevenção do superendividamento e a escolha consciente dos consumidores. (DOLL; CAVALLAZZI, 2016, pg.312).

Com o aumento no número de pessoas idosas no conjunto da sociedade, somado à percepção de que dispõe de recursos financeiros, esse grupo social passa a ser considerado uma parte importante que integra o mercado consumidor e como uma nova oportunidade para instituições de crédito, até então pouco explorada. Bauman (2008), afirma que “é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade e desta forma” (BAUMAN, 2008, p. 76) são construídas necessidades e desconfortos, de modo a condicionar as pessoas a consumir sempre mais, sustentando uma posição que nem sempre é compatível com sua realidade.

Em análise realizada pelo Programa de Estudos do Futuro na Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP), destaca-se, segundo Palácios (2008) que “a terceira idade ganhará espaço no mercado de consumo e atesta a diminuição da participação da população jovem na estrutura social brasileira, em contraposição ao aumento do papel da terceira idade no mercado consumidor” (PALÁCIOS, 2008, p. 790).

Assim, se somarmos o aumento da expectativa de vida, com o aumento no poder de compra de consumidores idosos, a uma sociedade que prima pelo consumo, poderia se dizer,

de antemão, que o acesso a créditos com juros mais baixos que os praticados no mercado, para satisfazer desejos e necessidades pessoais pode se tornar atrativo e uma possibilidade concreta de acesso. Em pesquisa realizada em Barra do Piraí/RJ, 61% das pessoas que acessaram crédito consignado, o fizeram para aquisição de bens materiais, reforma de imóvel e para o lazer.

Já em pesquisa realizada em São Paulo e Porto Alegre, que contou com a participação de 215 pessoas idosas, 37,7% das pessoas declararam ter pelo menos um crédito consignado e o fizeram para ajudar algum familiar (razão mais frequente) e para fazer reforma em casa (segunda razão mais indicada).

No entanto, Doll e Cavallazzi (2016) chamam a atenção para o negócio altamente lucrativo para o comércio e para os bancos que oferecem esta modalidade de empréstimo, tão logo, esse crédito não é somente uma inclusão de pessoas no sistema financeiro e de consumo.

Esse crédito não é somente uma inclusão de pessoas idosas no mundo de consumo, mas é um excelente negócio para os bancos, para o comércio e para a política. Apesar dos juros um pouco mais baixos do que no mercado normal, a segurança total dos bancos em receber as prestações, repassadas diretamente pelo INSS aos bancos, torna o crédito consignado um negócio altamente lucrativo. Para o comércio, esse crédito é interessante, pois os idosos com dinheiro na mão são excelentes consumidores. (DOLL e CAVALLAZZI, 2016, pg.324).

O crédito consignado se constitui em uma operação financeira, onde se contrata o crédito e os descontos das parcelas são feitas diretamente na folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS. Foi autorizado pela Lei Federal nº 10.820/2003, cujo limite para acesso é de 35% (trinta e cinco por cento) da renda mensal disponível, sendo 5% (cinco por cento) para despesas ou saque com cartão de crédito. Critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação estão previstos na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008. Nela, o número de prestações não poderá exceder a 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas (6 anos) e os juros não poderão ultrapassar 2,08% (dois vírgula oito por cento) ao mês para o empréstimo e 3% (três por cento) para o cartão de crédito. Os juros são menores dos que os praticados em outras modalidades de empréstimo, porque se tem a garantia antecipada de pagamento. A idade máxima para o acesso é de 79 anos, 11 meses e 29 dias. Aposentados e aposentadas do INSS podem ter até nove (9) contratos ativos ao mesmo tempo.

A aposentadoria, tem se transformado numa renda importante e muitas vezes a única renda fixa em muitas das famílias brasileiras. No meio rural ela é fonte de segurança e permite mais tranquilidade na velhice, pois se constitui em uma renda fixa e mensal. Para Palacios:

A importância dos idosos para o país não se resume a sua crescente participação no total da população. Boa parte deles, hoje, é chefe de família e nessas famílias a renda



média é superior àquelas chefiadas por adultos não-idosos. Segundo Censo (de 2000), 62,4% dos idosos e 37,6% das idosas são chefes de família, somando 8,9 milhões de pessoas. Além disso, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os seus filhos e ainda os sustentam. (PALACIOS, 2008, p. 790).

A aposentadoria garante aos idosos e às idosas, a manutenção de recursos econômicos fixos e mensais e é um direito social importante, que para trabalhadores e trabalhadoras rurais, muito recentemente, foi um dos únicos direitos sociais assegurados. É com a aposentadoria que muitos dos camponeses e das camponesas descobrem sua cidadania e saem de relações de dependência a que foram sendo subordinados ao longo de suas vidas. A aposentadoria, portanto, se apresenta, como uma mudança importante no modo de viver.

No entanto, realocar o tempo dos aposentados e das aposentadas, também integra as estratégias da sociedade de consumo. A pessoa idosa é fonte de recurso e a aposentadoria é um fator de equilíbrio e não necessariamente de perda de papéis, característica típica da modernidade.

Em 2010, o IBGE aponta que, 61,3% das pessoas que são responsáveis pelas unidades domésticas são homens e 38,7% são mulheres. Com relação à idade, os dados apontam para o dado de 21,9% das pessoas com 60 ou mais são responsáveis pelas unidades domésticas.

Os dados acima apontam para o conjunto da população. No entanto, há de se frisar que no meio rural o fato de ter uma pessoa aposentada em casa, representa estabilidade e renda fixa todos os meses, fazendo com que a maioria dos recursos que movimentam pequenos municípios seja provinda desta fonte de renda.

Os dados da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (ANFIP) de 2011 apontam que mais de 70%, ou seja, 3.875 dos municípios brasileiros tem sua maior fonte pública de renda oriunda dos benefícios da previdência, superando, inclusive, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo a ANFIP, se não fossem os benefícios previdenciários, a maioria dos pequenos municípios com até 20 mil habitantes estaria vivendo muitas dificuldades econômicas.

Devido ao machismo ainda forte no meio rural, grande parte das mulheres camponesas idosas recebe seu primeiro dinheiro fixo quando se aposentam. A aposentadoria no meio rural foi uma conquista, fruto de luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na década de 1980. Conforme vimos nos capítulos anteriores, até a constituição de 1988, as mulheres rurais, não possuíam reconhecimento de sua profissão, tão logo, não sendo agricultoras, não tinham direitos a aposentadoria ou salário maternidade.

No entanto, essa renda que foi conquistada e que garante estabilidade, pode também ser motivo de preocupação, na medida em que permite o acesso a créditos com juros mais baixos do que os praticados no mercado formal e permite o pagamento parcelado em até setenta e duas vezes. O perigo não está no acesso se a diminuição do valor do salário para o pagamento das parcelas do crédito estiver prevista e integrada no orçamento familiar, mas se ele for feito sem planejamento ou mesmo reflexão sobre as consequências dos descontos mensais que ocorrem na folha de pagamento.

E esse perigo fica muito visível nas entrevistas que foram realizadas, por ocasião da produção desta tese, pois as pessoas fizeram acessos em momentos em que contratá-lo era uma das únicas possibilidades que tinham disponíveis para necessidades que surgiram e que ultrapassaram a sua administração financeira cotidiana. Somado a isso temos o fato de que, no meio rural, o valor da aposentadoria corresponde a um salário mínimo mensal, sendo, muitas vezes, a única fonte de renda fixa.

O acesso a crédito consignado, de maio de 2014 a maio de 2015, subiu 16,4%. Com relação ao acesso pelas pessoas com mais de 61 anos, passou de maio de 2014 para maio de 2015, de 11,8% para 12,2%. Isso pode indicar, conforme Palácios, que:

[...] a terceira idade caiu nas garras do sistema financeiro, desde que o governo permitiu a concessão de empréstimos atrelados a pagamentos dos benefícios do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), gerando uma modalidade de crédito para aposentados que não parou de crescer no Brasil. (PALACIOIS, 2008, p. 791).

Pesquisa realizada em 2014 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) revelou que estar com dívidas em atraso é uma realidade para muitos brasileiros e brasileiras, pois três em cada 10 pessoas já tiveram seu nome incluído em serviços de proteção ao crédito. Com relação aos idosos e idosas, o número de inadimplentes chega a 4 milhões de pessoas, o que representa cerca de 25% da população acima de 65 anos.

O mesmo estudo aponta que a causa mais comum para idosos e idosas ficarem inadimplentes é ter ajudado pessoas próximas:

Dois em cada dez [21%] idosos que tiveram o nome sujo não puderam pagar suas contas, porque emprestaram o nome para financiar compras e pegar empréstimos para amigos e parentes. Essa prática é muito arriscada. Ficar com o nome sujo pode significar ficar sem crédito para realizar um sonho ou lidar em uma situação de emergência. (SPC, 2014).

Os dados acima chamam atenção para os perigos do acesso ao crédito consignado, quando existe a precariedade do acesso a informação, a educação financeira inexistente e a relação com o uso do dinheiro, bem como, as pressões familiares se transformam em amarras que podem ser arriscadas para idosos e idosas. Desta forma, o que poderia ser um ganho na

qualidade de vida – fruto de conquista como a aposentadoria e o acesso a créditos com juros mais baixos – pode acabar se tornando em um verdadeiro transtorno para muitas pessoas idosas.

No meio rural esta situação é agravada, pelo fato de que o nível educacional é baixo, tão logo, há dificuldades em entender ou saber o que significam termos de um contrato de empréstimo. Ainda os idosos e as idosas rurais tem acesso a pouca informação sobre o tema, e as financeiras agem de forma abusiva, onde, em muitos casos as pessoas não ficam nem com cópia dos contratos que assinaram. A família que reside ou está próxima da pessoa idosa também aparece como um sinal de alerta, pois, ao mesmo tempo em que é a fonte de apoio mais próximo, também pressiona para acessos, quando algo inesperado acontece.

Para Doll e Cavallazzi:

Em geral, os idosos moram junto com outros familiares e somando que a razão mais frequente para contratar um crédito consignado foi a de ajudar algum familiar, e que também é grande a incidência da aquisição do crédito consignado para pagar outras dívidas, é razoável também deduzir sobre ao agravamento da vulnerabilidade do idoso. (DOLL; CAVALLAZZI, 2016, pg.323).

O que chama a atenção, nos dados apresentados, e em pesquisas feitas até recentemente, é que não há nenhum recorte quanto ao acesso, à inadimplência e aos fatores que levam os aposentados e as aposentadas do INSS do meio rural a acessarem o crédito consignado. Assim, poderia ser perguntado: a distância dos centros urbanos, ou mesmo entre as casas, poderia ser um facilitador para a ocorrência da violência financeira e, inclusive, para ludibriar idosos camponeses e idosas camponesas?

Com essa preocupação, no próximo item teremos algumas informações preliminares sobre o tema. Tem diferenças e algumas proximidades com pesquisas realizadas no meio urbano. No entanto, há características que se relacionam intimamente com o modo de vida vivenciado no meio rural.

## 5.2 – IDOSOS CAMPONESES APOSENTADOS E IDOSAS CAMPONESAS APOSENTADAS DO INSS E O ACESSO AO CRÉDITO CONSIGNADO

### 5.2.1 Elementos gerais e que antecedem o acesso

O acesso ao crédito consignado por idosos aposentados e idosas aposentadas que residem no meio rural, é um fato relativamente novo no cenário camponês. Conforme percebemos acima, a legislação que permite essa modalidade de contratação de empréstimo é de 2003. Por essa razão, talvez, ainda não tenha sido motivo de preocupação tão preeminente nestes locais.

O fato de este estudo ser o primeiro que abordou a temática nos municípios pesquisados, remete ao desafio de procurar ser o mais coerente possível com as informações que foram fornecidas. No entanto, também remete a pensar que são dados preliminares e que necessitam de continuidade de estudos para dar conta de ampliar as informações que estou evidenciando nesta parte da tese.

Importante destacar que aqui estamos falando de empréstimos consignados feitos por idosos aposentados e idosas aposentadas do INSS, que são camponeses e camponesas, e que participam de atividades do MMC e o MPA. É possível que esse quadro possa ser ainda mais preocupante ou possa se diferenciar, evidenciando outros elementos quando se tratar de idosos e idosas que residem no meio rural e que não fazem parte de nenhuma organização social, tão logo, ficam ainda mais vulneráveis, visto a pouca (ou nenhuma) informação que se tem.

No decorrer da pesquisa com esses sujeitos, identifiquei alguns elementos que antecedem o acesso ao crédito consignado e que dialogam com questões do território, da construção da vida no meio rural e que são resultados de um conjunto de situações e de políticas públicas para o segmento. Assim, os fatores que antecedem não estão relacionados às pessoas nas suas individualidades, mas ao contexto rural pesquisado.

A vida camponesa possui especificidades identificadas no capítulo 3 desta tese. Estas diferenças dialogam com a forma como o espaço rural foi sendo constituído. Fatores de afirmação e de negação são explicitados. Um destes fatores é o fato de não ter toda a documentação que comprove a profissão de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que dificulta inclusive o acesso a direitos como a aposentadoria. Esse fator se agrava quando relacionado às mulheres, que tiveram o reconhecimento de sua profissão somente com a constituição de 1988 e a regulamentação efetiva em 1991 (Regime Geral da Previdência Social – RGPS, a teor do Art. 1º, da Lei nº 8.213/91). Somado a isso, ainda temos muito

presente o machismo nas relações produtivas, o que faz com que o “chefe” da propriedade tenha a terra em seu nome, bem como, o talão de nota fiscal do produtor rural (modelo 4)<sup>10</sup>.

Essa realidade aparece de forma latente na fala de uma camponesa que, embora tenha trabalhado boa parte de sua vida no campo, teve dificuldades para se aposentar devido à falta de documentação que comprovava o trabalho na roça.

Eu não era pra estar aposentada até hoje... Tive que ir pro Paraná buscar os documentos... eu me desesperava, porque não aguentava mais de tanta dor nos braços, nas costas, na cabeça... A Nita me ajudou e consegui em 20 dias, depois que juntei todos os meus papeis, me aposentar. Minha patroa dizia, tu merece se aposentar, porque tu não consegue mais trabalhar... e graças a Deus consegui.  
IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

A aposentadoria para o meio rural foi uma grande conquista. Garante estabilidade e tranquilidade para idosos camponeses e idosas camponesas, movimenta o comércio local e fortalece a permanência e a continuidade de pessoas no campo. A forma de contribuição destes sujeitos é diferenciada, tendo em vista a forma de trabalho familiar e a imprevisibilidade da produção/renda que depende das questões climáticas (chuvas, frio, calor, pragas, temporais...) que não são possíveis de controlar.

São enquadrados e enquadradas como segurados e seguradas especiais. Tem direito à aposentadoria rural por idade o trabalhador rural que completar 60 anos, para homens, ou 55 anos, para mulheres. O valor é de um salário mínimo. Além do requisito idade, para a concessão desse benefício, é indispensável que o segurado especial (no caso do trabalhador e da trabalhadora rural) comprove o exercício da atividade, ainda que descontínuo, pelo período mínimo de 180 meses (15 anos), em regime de economia familiar.

De acordo com a Lei 8.212/91, de Custeio da Previdência, a forma de contribuição se dá através do desconto de 2,3% sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural. Assim, cada vez que o trabalhador ou a trabalhadora rural emitir uma nota fiscal de produtor essa percentagem é descontada. Este percentual, segundo informações do guia trabalhista é composto da seguinte maneira: “2,0% para a seguridade social; 0,1% para financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa, decorrente dos riscos ambientais do trabalho (SAT); e 0,2% para o serviço nacional de aprendizagem rural”. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>>. Sendo assim, é um equívoco reproduzir o discurso de que trabalhadores e trabalhadoras rurais não contribuem para a previdência.

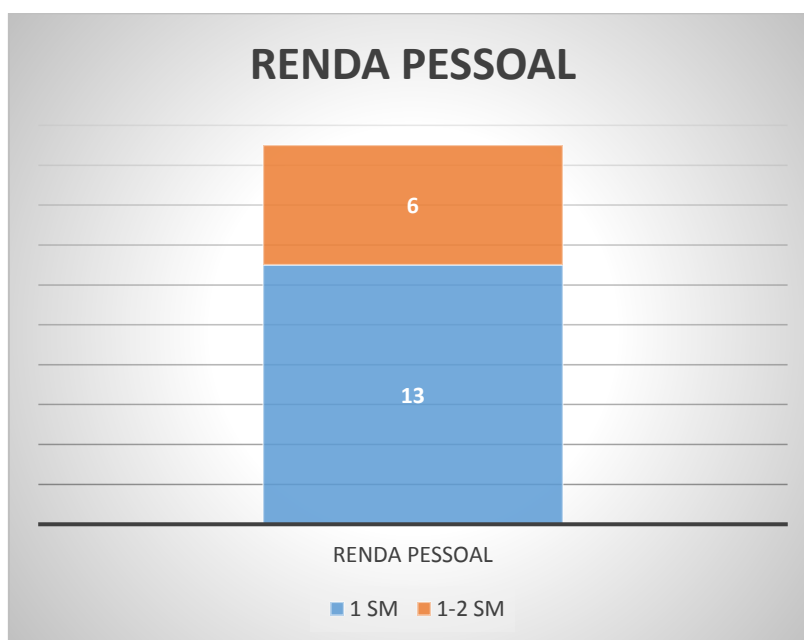
---

<sup>10</sup> Documento fiscal, de emissão do trabalhador/a rural, sendo obrigatório para acompanhar a produção agropecuária nas operações efetuadas, seja venda ou transporte. Também serve para comprovar a atividade rural junto ao INSS.

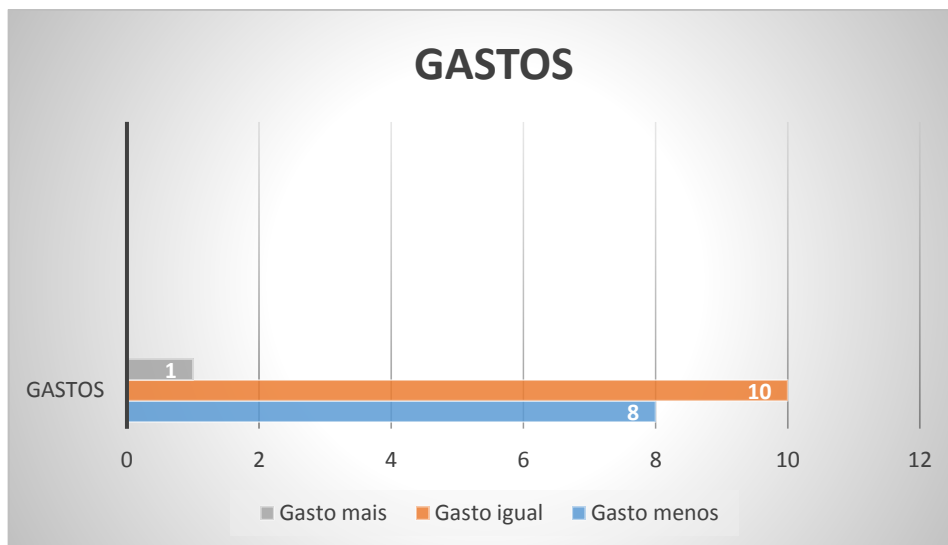
A aposentadoria representa um grande avanço para o meio rural, no entanto, mesmo com a continuidade da produção de alimentos, após se aposentar, o valor do benefício tem se apresentado insuficiente, conforme relato desta camponesa.

Que nem um colono tem que viver com esse salário e um deputado passa com 30, 40 mil por mês. Queria que um deles passasse um mês aqui na colônia com um salário pra ver se eles viviam. E ainda querem cortar. Pra eles não, mais dos pequenos ainda querem tirar. IDOSA 2: LKR – 58 anos, IBIRUBÁ

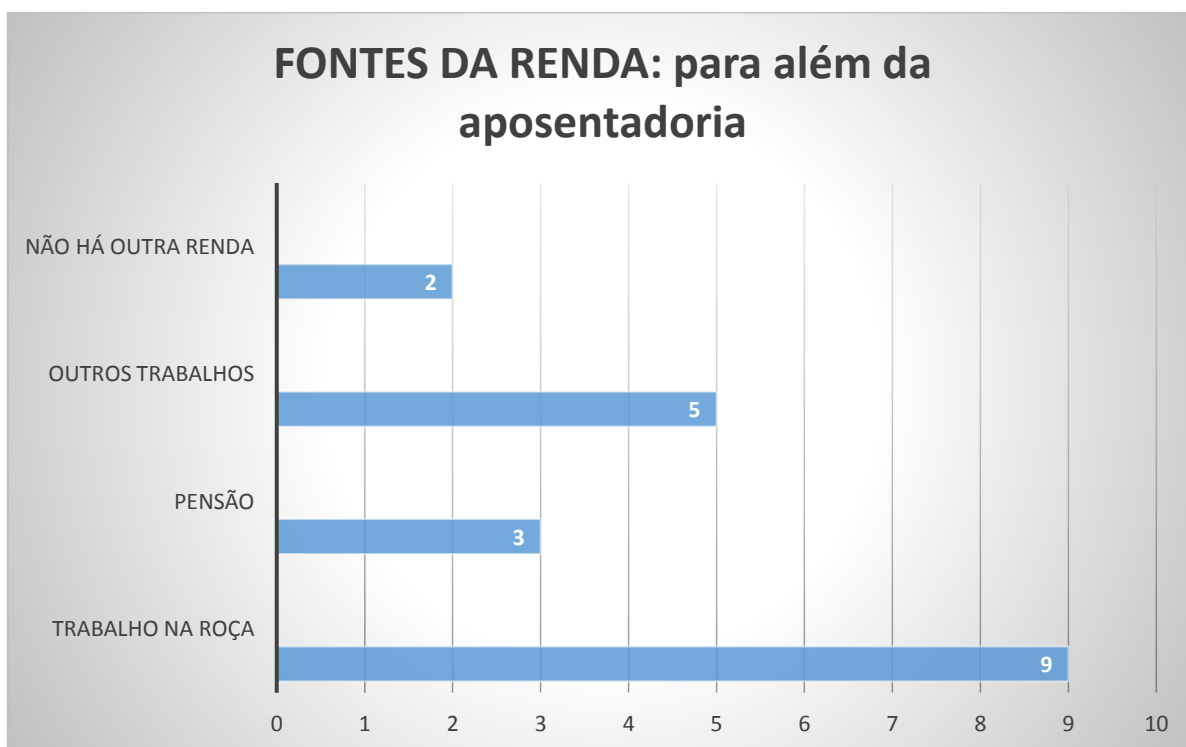
A renda mensal individual da maioria das pessoas entrevistadas é de um salário mínimo, sendo essa proveniente da aposentadoria.



Os dados resultantes desta pesquisa mostram que, devido ao valor da aposentadoria, a maioria das pessoas gasta igual ao que ganham por mês. Conforme se percebe, das 19 pessoas entrevistadas, 10 gastam igual ao que ganham e uma (1) gasta mais do que ganha mensalmente. A aposentadoria, nos casos pesquisados é a única renda fixa dos idosos camponeses e idosas camponesas. Assim, se surgir algo emergencial, o crédito consignado aparece como uma opção.



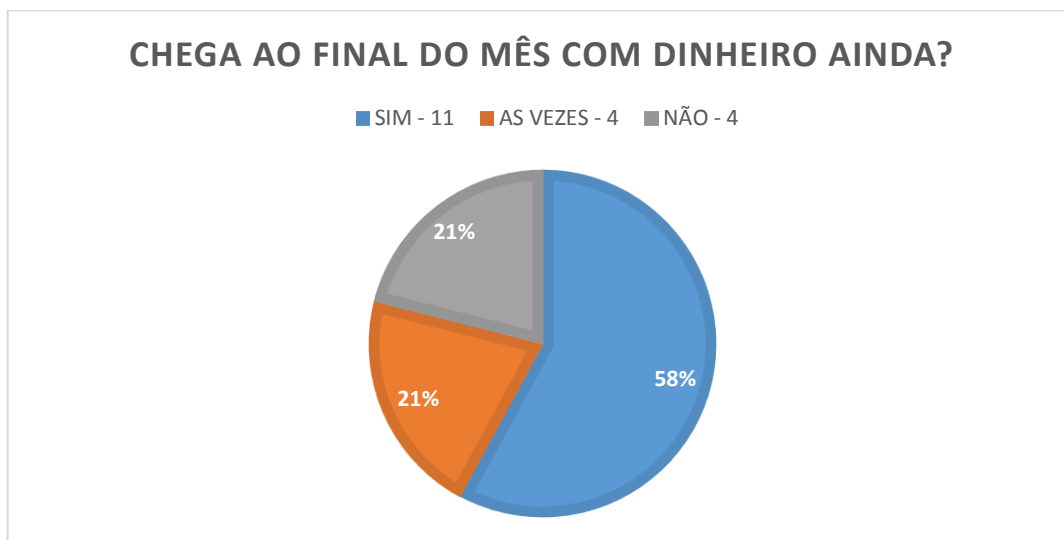
Deste modo, há necessidade de diversificação da renda, para além da aposentadoria. Segundo as pessoas entrevistadas, elas desempenham outros trabalhos fora de sua casa ou propriedade rural, recebem pensão e obtêm renda do trabalho na lavoura. Apenas duas pessoas disseram que sua renda provém unicamente da aposentadoria.



Esses outros trabalhos são vendas de lingerie, capinar o terreno do vizinho e trabalhar como empregada doméstica.

A necessidade de ter outras rendas aparece como um elemento importante para garantir a permanência com certa qualidade no campo. Outro elemento de igual importância e dito nas entrevistas é que as pessoas chegam ao final do mês com dinheiro ainda. No entanto,

em todas as falas, há certa angústia identificada e que perpassa o fato da necessidade de se chegar ao final do mês com dinheiro.



Aqui poderíamos chamar a atenção para o fato de que, apesar da renda baixa, 58% das pessoas entrevistadas chegam ao final do mês com dinheiro ainda. Isso dialoga, talvez, com a cultura camponesa, que ensina e reproduz a informação de que não se pode gastar tudo, tendo em vista as inseguranças da forma de vida e de trabalho que requer que sempre se tenha uma reserva.

A aposentadoria, fonte desta discussão, também se apresenta na possibilidade adquirida de conseguir consumir coisas, pouco possíveis antes de ter esse direito conquistado. Na fala desta idosa, percebemos o quanto expressa alegria na possibilidade que tem de comprar coisas. Ela nos diz: - Eu adoro comprar! Gasto igual o que ganho. Eu compro, gasto mesmo! Quando eu morrer não vou levar nada, mesmo... IDOSA 5: MOC – 66 anos, IBIRUBÁ.

Poderíamos dizer que essa idosa estaria mais propensa ao endividamento devido a essa postura de gastar o que ganha. No entanto, nossa fonte de reflexão aqui, tenta evidenciar a importância da aposentadoria na vida das pessoas do meio rural, motivo de segurança, de alegria e de possibilidade de adquirir bens e serviços.

Para Ploeg (2016), o consumo no meio rural é remetido a elementos que não podem ser fornecidos dentro da unidade produtiva e que hoje mudaram significativamente. Para ele, o consumo envolve “educação, energia elétrica, mobilidade, comunicação, artigos de luxo, etc. As demandas do consumo que precisam ser atendidas mudaram significativamente” (PLOEG, 2016, p.81). Somamos o fato de que só podem ser adquiridos se a família camponesa tiver dinheiro para isso. Com o acesso a aposentadoria essa possibilidade pode ser realidade.



O fato de não conseguir comprar algumas coisas, antes de se aposentar, também pode nos dá indícios de uma realidade, presente na pequena agricultura, de pouca renda para a manutenção das famílias. Deste modo, mesmo com o pouco valor da aposentadoria, ela também contribui para que os pais e mães aposentados auxiliem no pagamento das despesas de seus filhos e filhas.

Eu sempre ajudo os filhos, porque eles não têm salário, só quando eles saem pra fora pra trabalhar. Então o meu salário é pra pagar água, pra pagar luz... pro sustento da casa. Às vezes tem que comprar remédio... Assim, gasto o que ganho. Lá de vez em quando sobra um troquinho. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA.

Levo mais controlado. Dei mais de 12 mil pro Marcinho (filho). Tenho poupança, mais podendo ajudar, ajudo. IDOSO 6: VBS – 69 anos, IBIRUBÁ

Essa pesquisa foi realizada em municípios de pequeno porte<sup>11</sup>. Nestes municípios, as pessoas normalmente se conhecem. Assim, as financeiras que tem postos de atendimento nos municípios e pessoas que trabalham vendendo crédito consignado, conhecem a dinâmica do local, tão logo, possuem informações “privilegiadas” sobre a situação de vida e acontecimentos que perpassam a vida das pessoas idosas.

De posse das informações as pessoas que trabalham nas financeiras, nos municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre, têm como prática de abordagem, ir às casas de idosos e idosas, para oferecer o crédito consignado. Conforme relatos, esse modo de operacionalizar a venda parece acontecer de forma abusiva.

Quando é pelo INSS é mais fácil, mais quando é por financeira, quando vêm as pessoas até na casa, não dá pra querer. Eles vêm na casa oferecer. Até chegou uma noite, um rapaz veio aqui e disse que iria lá na minha mãe. Eu disse: vocês não vão lá, porque eu sou a responsável por eles e vocês não vão lá! Pois eles foram lá, engabelaram os coitados dos velhos e os dois fizeram e até hoje estão pagando. IDOSA 14: TDBD – 67 anos, LAJEADO DO BUGRE.

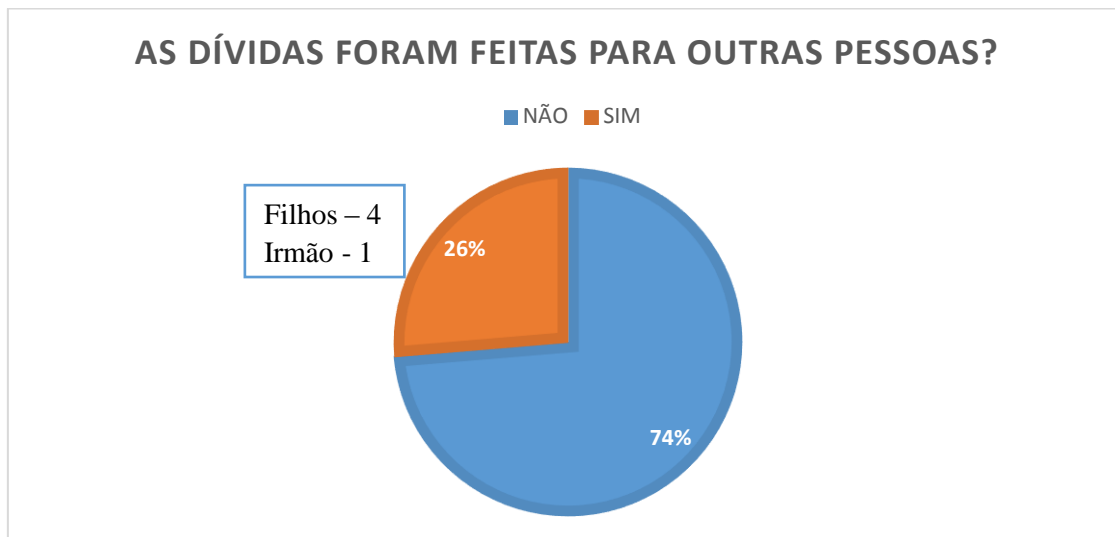
O acesso ao crédito consignado tem se apresentado em uma realidade no meio rural. Das pessoas entrevistadas que acessou essa modalidade de empréstimo, 74% o fizeram para terminar a casa, terminar de pagar sua casa, fazer reforma, comprar móveis, comprar automóvel, ajudar a pagar a terra, comprar animais, para gastos médicos e pagar dívidas em que o juro era mais alto do que o do crédito consignado. Assim, o fizeram para coisas que permitissem mais conforto para si.

Com relação aos outros 26% que acessaram, o fizeram para ajudar filhos, filhas e irmão. Com relação a esse acesso, foi feito para: pagar cirurgia do filho que reside com os pais, para tirar o filho da prisão (pagar advogado), para o irmão pagar suas dívidas, pagar a

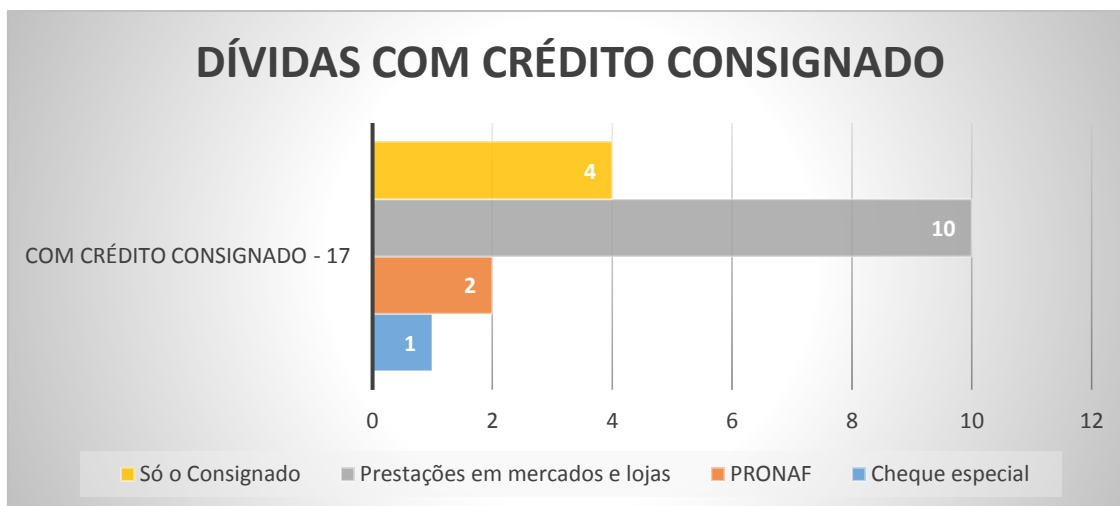
---

<sup>11</sup> Ibirubá 19.310 habitantes; Selbach 4.929 habitantes; Sagrada Família 2.595 habitantes; Lajeado do Bugre 2.487 habitantes. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

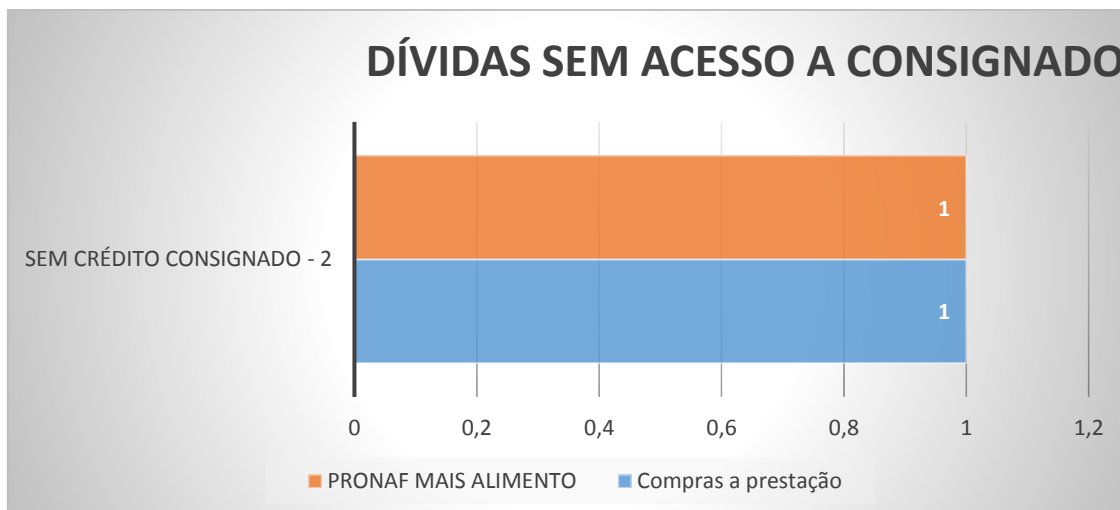
reforma do carro do filho que sofreu acidente e para estruturar a propriedade (colocar luz e água) para o filho poder permanecer nela.



Das pessoas que acessaram ao crédito consignado, quatro (04) delas possuem somente essa dívida. As demais, 13 pessoas, possuem dívida com prestações em lojas e mercados, PRONAF e cheque especial.



De todas as pessoas entrevistadas, apenas duas não haviam acessado o crédito consignado. No entanto, também possuem dívidas com compras a prestação e acessaram o PRONAF Mais Alimento.



Sendo assim, finalizamos esse bloco dos elementos que nos aproximam da realidade camponesa, que antecipam o acesso ao crédito consignado e que nos apresentam de forma geral esse acesso.

Assim, no próximo item vamos ir percebendo os elementos que resultam desse acesso, por idosos camponeses e idosas camponesas que participam de atividades do MMC e do MPA.

### **5.2.2 O acesso ao crédito consignado como possibilidade em emergências, como ajuda e pela pressão de familiares**

O acesso ao crédito consignado por pessoas idosas no meio rural apresenta elementos que dialogam com a necessidade, aparecem como ajuda e como pressão de familiares para o acesso.

O valor que se recebe de aposentadoria tem se apresentado insuficiente e não supre todas as necessidades das pessoas idosas, assim, se gasta o que se ganha durante o mês e, quando acontecem eventos que não são do cotidiano das pessoas, o crédito consignado se apresenta como uma possibilidade.

É melhor se tu ganha um salário cheio. Mais pouco resolve também, porque ele não sobe pro colono, tu vê, o que adianta subir 17,00 o salário neste ano. E brigam pra chegar neste ponto. É uma vergonha. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Me apertei um pouco depois que fiz, mas eu fiz porque precisava. Vou fazer o que. O que não foi bom é que ganhamos muito pouco aumento deste nosso salário. Agora que nós esperávamos, foi pouco este aumento. Mas o que a gente podia fazer, batalhar com esse mesmo. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Conforme se percebe essa possibilidade de acesso é concreta, tendo em vista que os juros desta modalidade de empréstimo são mais baixos do que outros créditos e o valor que se

necessita é liberado rápido, demorando em torno de 48 a 72 horas, bastando ter margem consignável.

Eles falaram que vai lá no tal do fulano que ele faz. Daí o cara foi lá pra se informar, se valia a pena. Daí ele me explicou, aí fiquei pensando, a hora que eu me apertar eu vou lá. Aí acontece, quando às vezes o cara precisa de uns trocos e em dois ou três dias sai o dinheiro. Só tu tem o compromisso até que passa o tempo, mais quando menos tu espera, se foi! IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Foi bom, porque na hora de precisão, o dinheiro saiu na hora. Não precisa de avalista, não precisa de nada. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ

De acordo com as falas, as algumas pessoas o acessaram para comprar móveis para suas casas, seja porque os antigos estavam estragados devido às chuvas e a casa que não apresentava condições adequadas, porque a antiga casa foi queimada ou simplesmente porque se gosta de trocar as coisas. As duas primeiras falas remetem as condições das moradias no campo. Já a última fala, no seu contexto todo, traz elementos sobre mudar os móveis, para dar mais conforto e auxiliar a “apagar” as memórias do sofrimento que o meio rural trazia para a idosa que agora reside no meio urbano.

Comprei os móveis pra dentro de casa! O balcão, a cama, o colchão, os guarda-roupas. Era uma cacaria os que eu tinha dentro da outra casa, porque molhavam sempre que chovia. Daí pra casa nova, eu comprei. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Há um tempo os guris de fora me ajudaram porque eu queimei minha casa, daí foi o negócio que fez fazer empréstimo. Naquele tempo eu já estava aposentada. Daí eu vim fazendo empréstimo, pra poder conseguir as coisas de novo, pra fazer um aumento da casa... IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Eu queria trocar as coisas de dentro de casa e daí e meu dinheiro não chegava. E gosto de andar trocando. Eu só peguei pra esse fim. Eu gosto de ter tudo em conforto, né. Chega o que a gente sofreu quando estava na lavoura. Suspiros. Lá a gente sofria. Agora aqui não, tá tudo bom. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

Comprar casa também é outro investimento que idosas e idosos camponeses têm feito, através do acesso ao crédito consignado. Conforme esse idoso, “o crédito consignado eu fiz pra pagar a casa aqui. Peguei R\$8.200,00. Até agora estou conseguindo pagar, graças a Deus”. IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA.

Ter um automóvel para facilitar a locomoção das pessoas idosas, tem se apontado como algo importante para o campo, tendo em vista as distâncias dos centros urbanos. Assim, comprar ou arrumar automóvel é outro elemento apontado para o acesso.

Tenho um empréstimo para pagar. Tinha que pegar um dinheiro pra arrumar umas coisas no auto. Daí tinha que pagar e fui pagando por mês. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Ajudei-o, dei um pouco pra ele pra comprar o carro. Comprei umas roupas pra mim, comprei umas coisinhas pra dentro de casa, comprei um colchão pra minha cama que eu queria... e ajudei ele a comprar o carrinho. É meio usado, mais é bonzinho. E

esse é nosso. Comprei e paguei tudo a vista. Deixei de caminhar a pé, a Igreja era longe pra gente ir, pra nós passear, ir nos vizinhos, visitar nossos parentes. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Gastos médicos, pagamento de exames de urgência e que demoram pelo SUS também são motivações para acesso. A precariedade das políticas públicas para o campo, onde especialidades precisam ser buscadas fora do local de origem, conforme percebemos em capítulos anteriores, é um fator preocupante no meio rural. Assim, quando as políticas públicas são insuficientes, as pessoas precisam encontrar alternativas.

Peguei um crédito pra uns gastos de médicos, de remédios, que a gente tinha e daí a gente fez pra pagar. IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

O último crédito que fiz, faz uns dois anos. O primeiro faz uns 7 anos. Fizemos em 2015, foi pra ajudar meu filho. Ficou internado quase 40 dias e era fora de época (entre safras), então foi acessado um crédito lá pra ajudar na despesa da saúde dele. Foi vesícula e hérnia. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

A situação de dificuldades financeiras, de endividamento, de ter contas atrasadas parece que tem sido uma situação bastante presente. Para não ficar em inadimplência ou ficar com o nome sujo, idosos camponeses e idosas camponesas acessam ao crédito consignado para o pagamento de outras dívidas.

Eu tinha umas contas atrasadas e peguei um empréstimo consignado. Mais esse eu já terminei de pagar. IDOSA 5: MOC – 66 anos, IBIRUBÁ

Foi bom porque eu não tinha e peguei num momento que precisava. Ajudou bastante. A gente já adiantou, pagou as contas, comprou algum móvel pra dentro de casa... Eu adiantei as minhas dívidas, arrumei minha casa, comprei móveis pra dentro de casa... era um sonho meu terminar a minha casa. IDOSA 13: JJLS – 59 anos, LAJEADO DO BUGRE

Acessei porque estava devendo bastante. Aí acessei pra pagar as dívidas. Se acumulou porque não tinha dinheiro pra pagar. O mercado eu nunca venço terminar de pagar e nunca sobra. IDOSA 17: ZR – 78 anos, SAGRADA FAMÍLIA

As falas acima remetem a necessidade de acesso para questões emergenciais e que dialogam com a vida das pessoas idosas. Esses acessos foram realizados para as próprias pessoas e não para ajudar terceiros ou terceiras. No entanto, há relatos de que o acesso foi realizado para auxiliar outras pessoas, especialmente filhos, filhas e irmãos. No caso dos filhos e filhas as motivações são múltiplas, mas aparece como pano de fundo a preocupação com a sucessão rural, pois, os acessos foram feitos para aqueles que residem no campo ou para garantir mais possibilidades de que retornem ao meio rural.

Eu fiz mais que um. O primeiro pra comprar um pedaço de terra e eu queria ajudar a pagar um pouco. Nós compramos tudo em prestação, daí quando o homem (marido) precisou eu fiz um. Agora faz pouco tempo que eu fiz um de 7mil, pra comprar umas vacas que eu tenho no potreiro. São pra gente tirar leite. Eu vou te contar: eu tenho um filho meu que mora na cidade e ele tem vontade de voltar, e eu quero que ele volte, daí eu já comprei umas vacas. Daí falei pra ele, se tu voltar, já tem umas

vaquinhas pra tu vender leite. Pra ele voltar a morar aqui comigo. Se ele não voltar eu vendo de volta (risos). IDOSA 12: NSA – 66 anos, LAJEADO DO BUGRE

Eu fiz dois empréstimos, assim, já falando...um deles para pagar o banco do Brasil que eu tinha dívida e peguei outro fazem cinco anos, quando eu peguei o luz para todos. Só fiz porque também precisava de um reservatório de água, arrumar a terra, porque lá onde meu filho está tem uma água, mais não é muito forte. Aí comprei com estes investimentos um reservatório de água de 10 mil litros e dois de 330 litros. Então se não fosse esses, meu filho estaria sem água agora. Assim, por causa destas condições das caixas, daí favoreceu pegar, então eu tô pagando assim.... e sei que vai servir muito para meu filho, você me entendeu? IDOSA 14: TDBD – 67 anos, LAJEADO DO BUGRE

Outros elementos também aparecem, como a exploração, a violência e a opressão de idosos e idosas por parte de pessoas próximas a eles.

A primeira vez eu peguei foi pra casa. A segunda vez foi pra casa também. Daí cinco mil foi pego pro meu irmão, porque ele tinha uma dívida e ele veio se agarrar comigo, pra mim fazer um empréstimo pra ele. Eu disse, Mano, eu não posso fazer este empréstimo! Ele disse: ai Mana, não dá muito... e mais isso, e mais aquilo... e me passou a conversa e eu fiquei com dó... e não é que ele foi lá se informar com a guria se eu podia fazer o empréstimo pra ele ou não. Ele foi lá se informar se eu podia! Foi na mesma guria que eu já tinha feito os outros dois empréstimos. Ai ele me disse... eu fui lá me informar com a guria e ela me disse que você podia tirar até seis mil. Daí pensa, quanto ia sobrar pra mim no final do mês. Daí como ele foi lá se informar, me apertou de um jeito que eu não tinha como dizer não. Fiquei tão nervosa, tão nervosa... e é o único que tá ali... Fiquei com a dívida de mais de cinco anos para pagar. Semana passada ele me disse que tinha mais 300,00 para me dar, mas que eu devia vir aqui buscar porque ele tinha perdido o número da minha conta. Ele estava bêbado. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Pra falar bem a verdade, vizinha, o meu piá até preso já foi. Ficou preso seis meses. Daí nos obrigamos a tirar pra pagar um advogado e tirar ele da cadeia. Gastamos bastante. Quando ele tirava, eu tirava junto, pra juntar o valor e tirar o filho da cadeia. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ  
Tenho três créditos. Quando ela tirava, eu tirava junto pra juntar o dinheiro e tirar o filho da cadeia. Eu gastei uns 20 mil naquele tempo. IDOSO 10: LFT – 58 anos, IBIRUBÁ

De outro lado, ajudar outras pessoas aparece como certo conforto, apesar da angústia e mesmo o sofrimento causado por esses acessos.

O primeiro auto que minha neta comprou, ela me disse, vó passa aqui em casa se a senhora ainda está na cidade, que nós vamos lá em Passo Fundo que eu quero que tu compre um auto no teu nome pra mim. Aí eu disse, de que jeito, eu não posso comprar! E ela me disse, vamos lá experimentar que não custa. Ela e o marido tinham outras prestações, porque tem caminhão de leite. Daí, fomos! Como eu tinha tudo certinho, meu nome não era sujo... e saiu, como se diz, foi aprovado e ela comprou um celta. Depois ela comprou um fox no meu nome... e tá pagando. Deus me livre, eu disse pra ela, que ela não suje meu nome! Eu só vou lá e assino pra ela, mais é ela que paga! IDOSA 5: MOC – 66 anos, IBIRUBÁ

Paguei o carro, mais refinanciei pra ajudar a filha. Fui lá no SICREDI e falei. Eles disseram que dava pra fazer, então fizemos. IDOSO 6: VBS – 69 anos, IBIRUBÁ

Tenho dois créditos. Um foi pra terminar de fazer a casa (terminar a área/varanda). O primeiro foi pra reformar um carro que meu piá se acidentou e eu ajudei um pouco ele, né, pra arrumar o carro dele. IDOSA 13: JJLS – 59 anos, LAJEADO DO BUGRE

Percebemos neste item as motivações que levaram as pessoas idosas camponesas pesquisadas a acessarem ao crédito consignado. O que chama atenção, evidentemente, é que essa modalidade de empréstimo presente no mundo rural, é acessado em casos que ultrapassam a dinâmica do cotidiano das pessoas. Quando há emergência, se acessa, até porque não há uma renda suficiente e que permita ter dinheiro guardado em poupança, por exemplo. Somado a isso, percebemos que, mesmo dentre as pessoas que participam de Movimentos Sociais esse acesso acontece, tendo em vista uma realidade maior de precarização da permanência das pessoas no campo.

No próximo item vamos conhecer, a partir destes camponeses e camponesas situações e elementos que aparecem em suas vidas após o acesso ao crédito consignado.

### **5.2.3 Quando o dinheiro da aposentadoria diminui as necessidades básicas da vida podem ficar comprometidas**

A dinâmica de vida no meio rural, conforme percebemos no segundo capítulo desta tese, é marcada fortemente, do ponto de vista da produção, pelos alimentos diversificados e pela criação de animais de pequeno porte. O trabalho é da família. Assim, mesmo que não se tenha uma renda fixa, antes de se aposentar, as famílias camponesas possuem com o que se alimentar.

O mesmo segue ocorrendo após se aposentarem, devido à reconfiguração das famílias que residem no meio rural, onde ao invés de uma “substituição” dos papéis desempenhados pelas pessoas que se aposentam, elas seguem trabalhando e produzindo alimentos em diálogo e de acordo com as condições físicas que o passar dos anos vai impondo.

O que produz na roça a gente consome. A soja a gente vende, mas compra ração para porco, compra remédio para os bichos. Vivemos da aposentadoria. Vivemos dali. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Um salário dá bem para o cara viver, porque eu tenho muita coisa da lavoura. IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA

A aposentadoria para pessoas do meio rural garante maior tranquilidade, pois já não se necessita trabalhar tanto para ter renda para o sustento da família, nas coisas que não se consegue produzir na propriedade rural. No entanto, com o acesso ao crédito consignado e com a diminuição da renda mensal, devido desconto do valor das parcelas contratadas, percebe-se que as pessoas idosas só não passam mais dificuldades, até mesmo fome, porque ainda produzem alguns alimentos.

Silencio... Eu gasto o que ganho, porque, sabe...teve uma vez que fiquei uma semana inteira sem as coisas de dentro de casa, porque fiz dívida na loja, pra comprar

material... E me apertei guria! Não sabia que ia me apertar! Mas que não peguei fiado e nem fui pegar o limite... Ah, isso não fui! E segurei até o dia de eu receber! Porque eu tinha feito um empréstimo para mim arrumar minha casa e fiquei recebendo só 600 pila da aposentadoria. Daí depois que foi subindo, subindo... ah, não foi fácil! É sofrido, é difícil pagar! Nenhuma roupa pode comprar... nenhum calçado... chega para receber e recebe só aquele pouquinho. Chego no dia 20 e já não tenho mais dinheiro. Senti muita diferença na aposentadoria. Tive que cortar os gastos de dentro de casa. Tinha muita coisa que via e não podia comprar. A sorte que a gente já é acostumada porque pobre, né... então muita coisa deixava de lado pra conseguir pagar a dívida. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Dá diferença um pouco. Tivemos que cortar alguma coisa, sim. Cortamos no mercado. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ

Está sendo difícil, porque não posso pagar tudo que devo. Tive que cortar muitas coisas. Cortei o mercado. IDOSA 17: ZR – 78 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Nossa, conforme esse tema, foi o primeiro que veio pra nós aqui e quando tu me falou eu disse, bah, isso é bom. Isso é bom. Porque o pessoal não sabe o que o que está fazendo, sabe, com a aposentadoria. E o que fazer... No caso, eu, com a reunião com as mulheres, a gente tenta falar... ou as mulheres, elas vem lá no escritório sozinhas, sabe, pra perguntar se é bom, se eu posso fazer. Como eu fazia antes, eu disse, olha eu não quero fazer mais e te digo... tira só se for nas últimas, sabe, se precisar. Tu viu que todos eles que tiraram, todos eles cortaram o mercado, né, todos eles cortaram na alimentação. Agora o que a gente percebe aqui no nosso município é que tiveram pessoas que tiraram o crédito para pagar o banco do Brasil. Para pagar a prestação que estava lá no banco. Muitos e muitos e muitos que eu soube, sabe, e daí fica devendo cinco anos. Daí eu pergunto, mais porque que tu fez isso e me dizem: ah, é melhor do que pedir dinheiro emprestado pro parente, daí eu tiro ali. Nita

Perpassa por essa análise, a preocupação com a situação de vida que as pessoas idosas do meio rural estão tendo, quando do acesso ao crédito consignado. No entanto, interessa dizer que o equilíbrio estabelecido entre trabalho e consumo, que é o coração pulsante da agricultura camponesa, é alterado e complexificado com esse acesso. Isso porque se diminui o trabalho por conta das novas condições físicas, mas permanece a mesma necessidade da produção de alimentos para se manter a família produtora, tendo em vista que o dinheiro da aposentadoria que deveria suprir as necessidades, acabou sendo comprometida com outras demandas e assim não dá conta de se adquirir o que não se consegue produzir. Assim, esse equilíbrio parece estar comprometido.

Não, não quero mais, Deus me livre. Porque daí a gente vai morrer de fome, porque daí tira esse dinheiro e depois fica sem poder comprar outras coisas... e disse para as duas mulheres que vieram aqui me oferecer, que não quero mais. Daí elas voltaram. Eu tenho medo! A gente só fez porque a gente se apertou. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Cortar as coisas de dentro de casa para conseguir pagar a dívida, não poder comprar roupas, nem calçados, ter que fazer menos, cortar os gastos com o mercado. Isso pode implicar num impacto no consumo das pequenas cidades, que são movimentadas, com recursos dos benefícios sociais, especialmente a aposentadoria. Deste modo, há uma ação



reversa com relação ao acesso ao crédito consignado, pois, ele fomenta o consumo quando é acessado, mas o reduz depois, quando as pessoas começam a pagar as parcelas.

É com cinco anos que eles fazem, aí é bastante vizinha. No decorrer de cinco anos, quantos mês pra gente passar, as vezes a gente se aperta, né. Tive que cortar muita coisa. As vezes deixo de comprar uma roupa, um calçado, comprar alguma coisa para dentro de casa, que muitas vezes a gente precisa ou que a gente quer. Queria pintar a minha casa e acabei que não pinte. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Das dívidas minha filha nós cuidamos muito, porque nós temos que fazer sobrar, R\$300,00 por mês, só na conta da carreta. Então tudo é controlado. Então você come aquilo que pode comer, não o que não pode. Tu não vai em lugar que não pode ir e gastar. Nós fazemos isso aí. Nem que não sobre nada, levamos ali, controlado. Meu cunhado me chama de economista. Se não fizer assim, tu não paga a conta que tu deve. Sempre digo para o meu filho: se eu devo R\$10,00 para o mês que vem, eu digo para mim que devo R\$20,00. IDOSA 14: TDBD – 67 anos, LAJEADO DO BUGRE

Quando foi feito esse empréstimo, a gente não foi mais para as lojas, não compramos mais roupas. Não compramos mais coisas pra dentro de casa. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Um dos equilíbrios que demarca a agricultura camponesa, de acordo com Chayanov, é com relação à auto exploração do trabalho, que acontece quando a família se auto explora tendo em vista o lucro. Quando isso ocorre, há um rompimento neste equilíbrio que pode fazer com que a família produtora possa não ser mais identificada como camponesa. Com relação aos idosos e idosas e o crédito consignado, na leitura que faço, é que esse equilíbrio também fica comprometido, na medida em que as pessoas idosas acabam assumindo outros trabalhos, além da propriedade para compensar o valor da prestação contratada e garantir a vivência, tão logo, se auto exploram. Uma idosa chegou a comentar comigo que trabalhou por anos consecutivos de empregada doméstica, trabalhava todos os dias, recebendo R\$50,00 por semana, para compensar a parcela que era descontada de sua aposentadoria.

Senti sim, agora só recebo 600,00 da aposentadoria. Por enquanto está sendo fácil pagar, porque tenho outra renda de mil reais ao mês por cuidar dessa morada pro meu patrão. IDOSO 6: VBS – 69 anos, IBIRUBÁ

Mais nunca mais vou fazer. Aí você vê, era só eu aposentada, ele não era. Daí naquele tempo os guris estavam em casa e tinha que comprar coisas para eles. Botina num mês para um e noutro mês para outro. Tinha meu filho adotivo em casa, que era viciado em fumo e comia feito um louco. Daí eu tinha que trabalhar pra fora, capinava terreno pra um e pra outro, matava galinha...fazia assim pra compensar aquele valor da parcela. IDOSA 14: TDBD – 67 anos, LAJEADO DO BUGRE

Sim, tive bastante dificuldade! Tive que trabalhar, daí, para compensar aquele valor. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

Quando a prestação é baixa, as pessoas idosas relatam que não sentem diferença na aposentadoria, portanto, não fazem cortes nas outras coisas que consomem. Soma-se a isso o

fato de uma das idosas ter sua aposentadoria mais a pensão do marido que faleceu (portanto recebe mensalmente dois salários mínimos) e isso garante certa estabilidade e o impacto do acesso ao crédito consignado é pouco significativo.

Fui administrando. Não precisei cortar nada. Minha prestação é de R\$100,00.  
IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

Pouca coisa, nem deu para sentir. Não precisei cortar nada, continuou a mesma coisa. Não deu diferença de nada. IDOSA 13: JJLS – 59 anos, LAJEADO DO BUGRE

Conforme percebemos neste item, quando se está olhando para pessoas idosas que recebem um salário mínimo mensal, mesmo com a produção de alimentos, as necessidades básicas podem ficar comprometidas quando há o acesso ao crédito consignado. De outro lado, há uma relativa baixa no consumo dos pequenos municípios, pois realizam cortes nas compras que fazem no mercado e em lojas locais. Ainda, as pessoas idosas se auto exploram mais e o equilíbrio estabelecido, por anos reproduzido pela cultura camponesa, da produção e do consumo, pode ser rompido quando se acessa a essa modalidade de empréstimos.

Deste modo, o risco para a continuidade da reprodução deste modo de vida pode estar sendo evidenciado, se não houver ações educativas e de intervenção que possam ser desenvolvidas com idosos camponeses e idosas. Junto a isso, é preciso se pensar em políticas públicas de incentivo ao retorno de pessoas ao meio rural, com oportunidades de geração de trabalho e renda e que respeitem a cultura camponesa.

No próximo item, seguindo esta discussão veremos que a violência, a falta de informação e a exploração de idosos e idosas tem sido uma triste realidade nos municípios pesquisados.

#### **5.2.4 Pouco acesso à informação, exploração de idosos e idosas e a violência**

Começamos esse tópico elencando o pouco acesso a informação que as pessoas entrevistadas tinham sobre o crédito consignado. No entanto, não eram apenas as pessoas entrevistadas que não possuíam a informação. Essa me pareceu ser uma realidade destes locais, sendo dita, inclusive pelas lideranças dos Movimentos Sociais que foram entrevistadas.

Quando perguntei para as pessoas idosas como ficaram sabendo sobre a existência desta modalidade de crédito, me disseram que foi através do rádio, através de vizinhos, vizinhas, filhos, filhas e no próprio banco.

O vizinho ali, tinha dito. Ele me falou, vai lá. Daí eu fui e fiz. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Eu fiquei sabendo que aqui em Ibirubá tinha um crédito, daí nós fomos procurar e acessei. Fiquei sabendo pela propaganda no rádio. Daí a gente foi lá e perguntou no banco e fez. IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

Fiquei sabendo pelo rádio, vizinha. O João da financeira é conhecido, ali não tem problema. IDOSO 10: LFT – 58 anos, IBIRUBÁ

Foi minha filha que passou a informação e eu liguei para a Noeli que veio aqui e nós negociamos. IDOSA 13: JJLS – 59 anos, LAJEADO DO BUGRE

Importante destacar que há duas falas sobre as informações serem conhecidas através da propaganda do rádio. Mas a diferença entre elas, me fez deixar ambas. Uma delas diz respeito ao acesso no banco e a outra no João da Financeira, que é conhecido, portanto, ali não tem problema de se acessar. Estabelecer laços de confiança e conhecer as pessoas que encaminham os empréstimos, são elementos que contribuem na análise de idosos e idosas, o que acaba influenciando na decisão sobre contratar ou não o crédito. Talvez essa seja outra estratégia que as financeiras utilizem no meio rural, tendo em vista que esses elementos (confiança, conhecer a pessoa) são importantes para os camponeses e camponesas. Quem sabe seja por isso que uma das lideranças que entrevistei foi convidada para trabalhar com créditos consignados. O mesmo se repete em Sagrada Família, onde uma liderança local trabalha com isso já há algum tempo.

No entanto, saber da existência do crédito consignado não significa, necessariamente, que as informações sejam algo de fácil acesso após a contratação. Essa dificuldade inicia com o não entendimento das normas do contrato.

Entendi um pouco. Eu tenho o papel lá, explicando o número das prestações, a quantia. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Olha, compreender mesmo, a gente não compreendeu. Eles explicam, mais tem coisas que tu não sabe, que nem na aula tu aprendeu. Tem coisas, sim, que eu não sei. IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

Sim, ele explicou bem! É tanto antes, fica tanto por mês que o governo desconta. Tu pega o dinheiro e fica livre do teu compromisso e esse pouquinho que te descontam você nem sente. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Mais olha, muito pouco, ele bateu lá, explicou e estava pronto. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Somada à linguagem da escrita, também temos a existência de pessoas com poucos anos de escolaridade e mesmo analfabetas que residem no meio rural.

Não entendi nada, pois a gente não sabe ler! Não tinha ninguém aqui para me explicar! Estava só eu! Por isso que minhas filhas ficaram brabas até... mãe, pra que tirar dinheiro do banco?! IDOSA 17: ZR – 78 anos, SAGRADA FAMÍLIA

É, entendi o que ela leu. Eu sabia que ia dar caro, mais a gente queria comprar as coisas e não chegava. Entendi mais ou menos, que a gente não teve grande estudo. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

E ninguém explica as coisas para mim. Eu gosto quando a pessoa explica as coisas pra mim, porque eu sou uma boba! Estudo tive muito pouco e só trabalhei, a maior parte da minha vida, na roça. Então...Mesmo com todo o sofrimento, sempre levei tudo em dia. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

O acesso a informação não tem sido muito fácil, mesmo quando se tem a cópia do contrato. Nos municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre, todas as pessoas que entrevistei e que acessaram ao crédito consignado não possuíam cópia do contrato que assinaram.

Não fiquei com a cópia do contrato. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Ler eu não li nada. Eles não me deram papel nenhum pra mim ler. Assinei, mas não fiquei com nenhuma cópia do contrato. Eles não deixam, né. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Deste modo, se somarmos a dificuldade em entender as normas do contrato com o fato de, em alguns casos, ele não ficar com as pessoas, pode acontecer que os idosos e idosas fiquem com dificuldade de saber quantos créditos ainda tem, quanto é o juro e quantas parcelas ainda restam para serem pagas.

Crédito consignado eu tenho sim. Tem três. Fiz um de mil, outro de dois mil e outro de cinco mil. Esse de dois eu ainda estou pagando, eu acho. Estou pagando dois ainda, porque esse de um mil faz tempo que fiz... e acho que já foi pago! IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Eu não sei dizer quantos créditos eu tenho, porque isso já vem descontado. Eu sei que eu ganho limpo, 1.400,00. Ah, eu fiz dois! Mas também, eu comprei todas as camas (risos)! IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

Ah, eu já nem sei mais. Não lembro mais. Faz tempo. IDOSA 5: MOC – 66 anos, IBIRUBÁ

Olha, mais ou menos. Ela leu ali...acho que o juro é de 2,5% ao mês, mais não me lembro direito. IDOSO 6: VBS – 69 anos, IBIRUBÁ

Estou recebendo, de salário, R\$610,00. Nem tenho ideia de quantos créditos eu tenho. Já fiz vários, mas agora acho que estou descontando um. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Afora os elementos acima, parece haver certa negligência na informação com relação à dívida contraída. O único local mencionado pelos idosos e idosas para o acesso a informação é no INSS que fica localizado no município maior, que é referência na região. Neste caso, as pessoas idosas que residem em Sagrada Família e de Lajeado do Bugre, precisam se deslocar

para Palmeira das Missões para conseguir a informação. Já no caso das pessoas de Selbach e de Ibirubá, teriam que se deslocar até Cruz Alta.

Vou ter que ir no INSS pra ver quantas prestações ainda falta pra terminar. Isso aí a gente não tem o controle. Então a gente fica perdido ali, porque é muito longo o tempo. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Não sei quantas prestações ainda tenho. Para saber bem certinho tem que ir lá no INSS. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Essa guria veio em casa dizer e ler um papel. Aqui tenho meu vizinho, o João da Financeira, mais eu não fiz com ele. Esses dias eu fui lá ver, e perguntei: escuta está perto de eu terminar? Ela me disse, sim, está quase tudo. Mas ela não quis me dizer quanto faltava. Mas, qualquer dia eu vou lá no INSS pedir, porque ela não quis me dizer. Tomara que termine logo pra mim não precisar mais pegar aquilo. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

A forma de abordagem das financeiras no meio rural apresenta características diferentes da abordagem urbana. Nos municípios de Sagrada Família e Lajeado do Bugre, há pessoas que trabalham nas financeiras e que visitam as casas dos idosos e idosas, oferecendo os empréstimos.

Mas aqui não dá menina, esse pessoal da rua, aí oh, um dia vieram lá em casa, duas mulheres de manhã e duas de tarde para fazer crédito consignado. Aqui o povo faz. Eu não faço, tenho muito medo. Mas aqui o povo faz. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Pois esse muredo (mulheres) andava pelas estradas querendo fazer. Só que que eu não fiz. Eu fiz no Banrisul. Eu sei, sabe porque, esses que fazem esse financiamento eles tiram uma parte pra eles e outra pra financeira. E lá no banco a gente pega todo o valor. IDOSA 12: NSA – 66 anos, LAJEADO DO BUGRE

Elas tiveram aqui também. Se teu empréstimo vai vencer daqui a cinco ou seis meses, eles vêm para renegociar. Dizem: vamos negociar... você paga aquele e fizemos outro. Pense bem, o consignado sai com 60, com 72 vezes. E tem pessoas que morrem e ficam devendo. Tem gente que tem dois empréstimos sobre um salário mínimo, se fazem com estas mulheres que vem nas casas. Se for no banco, o banco não autoriza! IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Outra forma de abordagem são as ligações para as pessoas idosas, conforme a fala desta camponesa. Ao que parece, as financeiras têm acesso privilegiado a algumas informações sobre as pessoas que se aposentam.

Eu, no mesmo dia que me aposentei, eles me ligaram, oferecendo. Teve uma vez que eles estavam até me enliando (enrolando), sabe. Todo dia ligando, mais não era número daqui, era de fora. Pedia os dados e tudo. Daí um dia, meu marido atendeu e encheu de nome. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ

Ir na casa e ligar parece não ser o único *modus operandi* destas empresas. As falas das entrevistas remetem a negligenciar informações, mas também estão ocorrendo outras formas pouco toleráveis de agir no meio rural. Uma delas tem sido ludibriar idosos e idosas de forma arдил, induzindo as pessoas a contrair os empréstimos que, em dois casos abaixo, nem chegaram às contas das pessoas.

Tenho empréstimo consignado. Tirei 1.750,00, mais daí o juro era alto e fui lá reclamar. Daí ganhei de volta 1.900,00, porque me disseram que era do juro alto que tinham me cobrado. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Obs.: A irmã que acompanhou a entrevista, disse que, na verdade, a pessoa da financeira renegociou a dívida da idosa e fez um novo empréstimo para ela, porque ela segue recebendo só 600,00 da aposentadoria. A idosa, espantada disse: mais aquele cachorro! Ele me disse que este eu não precisava mais pagar!

Eles estão usando muita mentira. Tiveram outras pessoas aqui oferecendo e eu fiz. Depois tive que ir pra Palmeira três vezes lá no escritório deles pra tentar resolver. Eles deram prazo, e nada, e nada. Veio mês e passou mês e nada de vim o dinheiro que eu tinha feito de empréstimo. Eles fizeram muito disso aí. Tem ali o genro do Valdemir, que teve que botar na justiça isso aí. Várias pessoas fizeram isso aí, de colocar na justiça. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Daí um santo dia fui receber e estava faltando meu dinheiro. Daí, digo, vou no INSS. Fui lá e disseram pra mim: tu tá pagando o banco, no valor de R\$168,00. Daí eu disse, mas como, eu não estou pagando esse dinheiro e eles me disseram, sim, a senhora já pagou uma prestação. Eu já tinha feito um empréstimo uma vez com uma mulher que veio aqui e que eu nem conheço. Aí depois ela veio de novo. Agora já faz um ano que estão descontando. Quando o rapaz do INSS disse que estavam descontando eu falei pra ele: então vou procurar um advogado. Tiraram na minha conta R\$4.620,00 e eu não peguei esse dinheiro e nem assinei nada. Tenho cinco anos pra pagar. Estou recebendo R\$680,00 de salário. Também não tenho nenhum papel aqui. Não deixam nenhuma cópia, nada, nada. E esses R\$4.620,00 não foi tirado no banco de Palmeira. Meu neto que é advogado ainda não sabe onde foi. Eles já tinham todos os meus dados. Tinham todos os meus dados... IDOSA 17: ZR – 78 anos, SAGRADA FAMÍLIA

O relato das pessoas idosas acima chega a nos dar certa agonia, ainda mais quando relacionamos esses fatos práticos com as teorias referentes ao campesinato e ao envelhecimento com pessoas empobrecidas e que estão resistindo no campo. A problemática forma de abordagem das financeiras não é um caso isolado, conforme percebemos. Em três municípios que realizei as entrevistas, os relatos são muito parecidos. Apresentam informações pouco honestas de agir das empresas. Isso pode contribuir para que as pessoas idosas entrem em situações de vulnerabilidade, pois, conforme a fala da dirigente do MMC de Lajeado do Bugre, há casos em que idosos e idosas além de auxílio medicamento, também solicitam auxílio alimentação na secretaria de assistência social, devido ao processo de endividamento a que as pessoas estão submetidas.

As convenções sociais<sup>12</sup> presentes no meio rural também podem estar contribuindo para que a violência e a exploração de idosos e idosas possam ser acentuadas. A frase “Deus me livre de ter dívida, de ter meu nome sujo” foi uma das que mais ouvi durante as entrevistas.

---

<sup>12</sup> Aqui considero uma convenção social o conjunto de padrões que são construídos, geralmente aceitos pelas pessoas onde se assume na forma de um costume, retendo o caráter de uma “lei não escrita” mas reproduzida socialmente.

Foi bom que ele não ficou bravo comigo, né. Era pro meu irmão, pobre como eu. Fiquei com dó dele. Só que daí me prejudiquei eu. Mas daí era tarde. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Olha, eu fico doente se fico devendo. Eu recebo e já saio pagando tudo. Daí depois que eu termino, eu fico descansada. O que sobrou daí eu guardo. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ

Se eu atrasar eu me sujo, né. Daí não consigo mais tirar empréstimo no banco devido a idade que tenho. IDOSA 14: TDBD – 67 anos, LAJEADO DO BUGRE

É meu irmão e ele precisava, recebo e já vou pagando todas as contas, ajudo quando posso, fico doente se fico devendo... São situações que me foram relatadas. Apesar do controle que as pessoas idosas fazem, na sua maioria “na cabeça” ou no caderninho, as situações financeiras que saem do controle das pessoas e as dívidas acabam acarretando problemas físicos nos camponeses e camponesas.

Mais eu nem dormia mais de noite por causa disso aí. Pensava, meu Deus porque eu fiz isso... mais daí pensava, se eu não fizesse ele ficaria bravo comigo...o que eu fiquei muito sentida de ele ir lá se informar. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Tem que levar controlado os gastos. É melhor não ter dinheiro e não ter dívida. Se todas as dívidas estão pagas, já estou contente. IDOSA 2: LKR – 58 anos, IBIRUBÁ

Ah, minha vida mais mudou muito... eu fiquei doente, fiquei meio esquecida, tudo aconteceu na minha vida. Daí perdi minha irmã, meu irmão... (começou a chorar e paramos a entrevista aqui) IDOSA 17: ZR – 78 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Tudo tem um limite. As vezes o cara fica até doente, vizinha. IDOSO 10: LFT – IBIRUBÁ

De outro lado, o não acesso ou não ter dívidas permite que se possa deitar na cama e dormir de forma sossegada.

Conforme é perceptível, esse bloco temático explicita uma realidade difícil que perpassa pela dificuldade no acesso a informação, pela exploração e pela violência, neste caso, das financeiras, para com as pessoas mais velhas e que residem no campo. Explicita, uma realidade local, mas que inspira a necessidade de se tomar providências para que não seja mantida ou reproduzida. Uma destas providências é o fato de construir processos educativos que abordem esse tema. Outro poderia ser, nas atividades dos Movimentos Sociais terem momentos para dialogar sobre essa realidade para que, de posse das informações, as pessoas possam saber se defender e denunciar quando for necessário.

De todo modo, importante considerar que há outros elementos que aparecem quando as pessoas foram perguntadas se houveram coisas que foram positivas em suas vidas e que só foram possíveis pelo acesso ao crédito consignado. As informações vão se somando quando as pessoas idosas relatam as táticas utilizam para evitar o endividamento, com controle dos gastos. Essas informações estão descritas no item a seguir.

### 5.2.5 O que foi bom. O que não foi. Fariam um novo acesso? Táticas utilizadas para evitar o endividamento e o controle dos gastos

As falas realizadas acerca das experiências com acesso ao crédito consignado, nos remetem a um conjunto importante de elementos que estão mencionados neste capítulo. Assim, após os relatos, muitos deles desabafos, perguntei para as pessoas idosas o que foi bom ao acessar essa modalidade de empréstimo. As respostas perpassaram o fato de terem ajudado quem precisava, de ter o dinheiro na hora que precisou, de pagar de forma espaçada sem cortes no orçamento, se comprou o que quis e agora tem a casa do jeito que sonhou e conseguir pagar as contas, sem ficar com o nome sujo.

Foi bom que ele não ficou bravo comigo. Era para o meu irmão. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Foi bom porque eu tenho a minha casa como eu gosto. Eu só peguei para esse fim. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ

Foi bom que a gente conseguiu pagar as contas que estavam atrasadas. Daí alinhou tudo. Não posso sujar meu nome! Deus me livre! Isso já faz uns 10 anos. IDOSA 5: MOC – 66 anos, IBIRUBÁ

Foi bom porque salvou uma vida. Porque ajudamos ele (filho). IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Percebe-se que a afirmação dos elementos bons do acesso vincula-se a questões subjetivas, pois o irmão não ficou bravo e não ficou com seu nome “sujo”, mas também a elementos práticos e concretos, pois materializou um sonhou e agora tem a casa do jeito que gosta, pagou as contas atrasadas e porque salvou a vida do filho. Aqui trouxe apenas quatro exemplos das respostas a essa questão, mas saliento que todas as demais falas perpassam por esses mesmos elementos, de ter o dinheiro na hora que se precisou atrelado aos elementos subjetivos: sonho, não ficar bravo, ajudar, salvar e não ficar com nome sujo. Esses fatores parecem estar vinculados a certo consolo emocional para ter contraído a dívida.

Seguida da informação do que foi bom, perguntei o que não havia sido tão bom com o acesso. As respostas são muito concretas e remetem ao dinheiro que faz falta, ao tempo que é muito longo para pagar a dívida e, a depender do que compraram, as coisas já depreciaram. Ainda, não foi bom porque não se pegou para investir em algo e os juros são muito altos.

Sim, minha vida mudou depois do acesso. Para um lado foi bom, mais para outro não foi muito bom, porque daí a gente já ganhou um pouco menos. Eu acho os juros muito altos. IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

Não foi tão bom, porque daí fez falta o dinheiro que fica descontado lá. IDOSA 4: NNS – 81 anos, IBIRUBÁ



Agora quero pagar este aí e nunca mais! Eu acho o juro muito alto e muito tempo para pagar. IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA

As outras coisas que comprei para dentro de casa, com cinco anos você já viu, né. Comprei uma roupa que já se terminou e a dívida eu estou com ela. Quero ver se não faço mais. Mas fiz por aperto, fiz porque precisava, se não, não faria. IDOSA 11: AQA – LAGEADO DO BUGRE

Pegar um novo empréstimo só se for para investir em algo, caso contrário, não vale a pena segundo as pessoas idosas que residem no campo.

Para mim foi ruim tirar de lá e pagar um advogado para tirar o piá da cadeia. Foi a mesma coisa que botar fora o dinheiro. Não aproveitamos. Se tu tem uma coisa, se vai aplicar, daí é bom, por exemplo, tirar empréstimo pra comprar um terneiro, onde a renda volta. IDOSA 9: IT – 60 anos, IBIRUBÁ

Olha, só pego se for um negócio que vale a pena, se não, não. Por qualquer coisa a gente não se enfia mais. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Pois se a gente está com um negócio, assim, meio antenado, encaminhado. Se a gente pegar este emprestimozinho e cuidar, que aplique em alguma coisa, a gente tem alguma coisa. Agora se a gente pegar e aplicar em coisa que não gere renda, ali é um prejuízo, porque além dos juros, fica descontado as prestações e a coisa não gerou renda! É, tem que ser coisa que gere renda para poder garantir o pagamento. IDOSA 12: NSA – 66 anos, LAJEADO DO BUGRE

Deste modo, o consumo no campo se entrelaça com elementos que permitam que se gere renda para a família camponesa ou mesmo que deem mais conforto. Das pessoas que acessaram ao crédito para si, em nenhum dos casos pesquisados, o acessaram para o consumo de coisas que não dialogassem diretamente com as necessidades de seu cotidiano. Assim, quando falarmos de consumo no meio rural temos que levar em conta esses elementos, somado ao fato de que as pessoas recebem até um salário mínimo mensal e que possuem uma cultura camponesa, que faz com que esses sujeitos tenham um jeito próprio de se relacionar com as cidades e de cuidar da vida.

Todos esses fatores, fizeram com que as pessoas idosas, após o acesso ao crédito consignado, deram-se conta de que tem outras possibilidades e que não necessitam mais recorrer a essa modalidade de empréstimo. Refletiram sobre sua ação e, portanto, não pegariam um novo crédito consignado. As respostas foram imediatas no sentido desta afirmação, na maioria dos casos.

Pergunta: Pegaria um novo empréstimo? Mal fiz a pergunta e a idosa já respondeu: Não! Não quero mais pegar, quero ver se não faço mais. Porque depois no fim das contas ele faz a gente se apertar mais adiante. O bom para mim é que nós compramos o carrinho a vista e pagamos. Quero ver se não faço mais. Fiz porque precisava, se não, não faria. IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Eu quero ganhar meu salário inteiro, um dia. Quero viver para chegar até esse dia. Crédito eu não faço mais! Nem por doença. Deus me perdoe. Mas não. E digo para as pessoas que não façam. IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Esse aí, conforme o que tu precisar fazer, ajuda. Mas também tu não pode pegar pra qualquer coisa. Tu primeiro tem que pensar se vale a pena ou não vale. Muita gente fala: ah, lá eles tão dando! É claro que eles tão dando, mais estão ganhando com isso... eles não se importam se depois o cara se quebra ou não se quebra, eles querem vender o deles. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Não pegaria um novo empréstimo! Agora neste dias uma mulher me ligou, ah porque tem o dinheiro na hora, porque agora aumentou o salário.. Daí eu disse não! Não quero saber. Não quero nem que me falem, porque vocês só vêm com mentiras, que é descontado só um pouquinho do salário, mas daí atoram o salário da gente. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Logicamente que, para as pessoas idosas que não sentiram o impacto em suas rendas mensais, que as afirmações acima não se materializam, visto que auxiliou em sanar as dificuldades que se apresentaram. Assim, pegariam um novo empréstimo caso precisassem.

Eu sim, pegaria. Mais a gente só pega se precisa, se não, não. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Pegaria novo empréstimo se for preciso, mais tarde... IDOSA 13: JJLS – 59 anos, LAJEADO DO BUGRE

Percebemos logo mais acima, que as pessoas idosas ficaram sabendo da informação sobre o crédito consignado através da propaganda do rádio, mas também pelo círculo de amizades e de vizinhança. Assim, perguntei se indicariam para outras pessoas essa modalidade de empréstimo e, a decisão de indicar ou não, dependeu da experiência de cada sujeito com ele. Percebe-se, no entanto, que as respostas vêm fundamentadas nos princípios da reciprocidade, ou seja, o que quero para mim, faço ou sugiro para o outro e a outra, pois há uma relação de interdependência entre os sujeitos.

Não, não. Eu não indico pra ninguém. No começo a gente se desaperta, mas depois é muito longo o tempo de pagar! IDOSA 11: AQA – 64 anos, LAJEADO DO BUGRE

Sim. A vizinha me pediu outro dia e eu disse que sim. IDOSA 3: RBH – 64 anos, IBIRUBÁ

Não! O que não quero para mim, não desejo para os outros também. A gente sabe que eles estão só fazendo rolo. IDOSA 16: GB – 74 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Ah, eu indicaria sim, se for para aquela pessoa ficar melhor do que já está, eu indicaria. IDOSA 7: SSG – 65 anos, IBIRUBÁ

Quando o cara pega um salário cheio é uma coisa, e quando pega só uma parte, a gente sente a diferença. O conselho que eu dou é que, quem não precisa, que não faça. IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA

As pessoas idosas entrevistadas e que acessaram ao crédito consignado utilizam diferentes táticas para evitar o endividamento. Essas práticas cotidianas perpassam pelo diálogo entre a família antes de tomar a decisão em fazer ou não o investimento, diminuir o

número de parcelas para pagar, não sair de casa para não gastar e ir ao mercado apenas uma vez ao mês. As falas abaixo são muito explícitas.

A gente tem uma base do que recebe, faz a compra no mercado uma vez no mês só. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Eu faço controle. Não posso gastar o que eu não posso pagar. Controlar os gastos de acordo com o que ganho. A gente tem esse controle desde sempre e nunca falta. Eu tenho base até de quanto gasto durante o ano. Sempre trabalho pra ter uma reserva financeira, pros remédios e para a saúde. Tem que ter uma reba. A metade do salário dá meu rancho, mas tem que saber comprar. IDOSO 19: JVS – 67 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Eu sei que vou pagar R\$300 e pouquinho por mês, porque eu quis pagar em pouquinhas vezes. Tem gente que pega para pagar em 70, 80 vezes e a gente, Deus o livre de que na velhice vá precisar de algum dinheiro... a gente com poucas parcelas a gente paga mais loguinho. IDOSA 12: NSA – 66 anos, LAJEADO DO BUGRE

O controle dos gastos é feito por todas as pessoas entrevistadas, pois é preciso pensar no amanhã. A maioria delas utiliza o controle “na cabeça” de suas contas. Outras utilizam o caderninho.

Eu vou controlando na cabeça. Eu guardo uns troquinhos e digo nisso aqui eu não vou mexer... isso é para tal coisa...e daí não mexo e pronto! Deixo lá. Se não é para gastar, não é! IDOSA 1: ZNF – 64 anos, SELBACH

Eu anoto tudo na ideia. Sei exatamente o que sobra no final do mês. Aprendi a escrever meu nome em casa. IDOSO 6: VBS – 69 anos, IBIRUBÁ

Eu sei o quanto gasto e o quanto tenho no bolso. O que eu fizer, ou não fizer, eu sei o que vou gastando. Sei o que eu posso gastar ou não. Tu tem que saber que tu não pode terminar o teu dinheiro. Sempre tem que ter uma reservazinha, porque tu nunca sabe o que pode te acontecer amanhã. E levo tudo controlado, assim, na cabeça. Sempre fui desde guri assim. IDOSO 8: LG – 74 anos, IBIRUBÁ

Eu cuido meus gastos. Eu sempre estou cuidando, quando eu vou comprar alguma coisa, anoto no caderninho, tudo para mim não passar daquilo que eu ganho, porque depois não dá pra pagar! IDOSA 12: NSA – 66 anos, LAJEADO DO BUGRE

Controlo na cabeça. Tem tanto comprometido e não gasta mais do que aquilo que pode. IDOSA 18: IJS – 77 anos, SAGRADA FAMÍLIA

Diante das falas e dos relatos das pessoas entrevistadas, as dirigentes dos Movimentos Sociais afirmam que se tem a necessidade de falar mais sobre esse tema, ainda pouco evidenciado no meio rural, especialmente sobre os riscos do acesso não planejado. Assim, sugerem reunir as pessoas para conversar sobre o assunto, fazendo reuniões, palestras, aproveitando as mobilizações, os encontros e as estruturas organizativas que se tem e que as pessoas idosas acabam se envolvendo. De posse das informações, as pessoas conseguem se defender mais e mesmo refletir antes de fazer a ação.

Eu acho que há uma necessidade, sim, de reunir as mulheres, principalmente, no meio rural e esclarecer melhor esta questão do endividamento. Se tu não controla as dívidas, você acaba se endividando, porque tu não tem outro recurso. O meio rural

está muito assim, só o idoso. Então a própria pessoa vem e convence o idoso de que aquilo é bom, né. E o idoso acaba se envolvendo e fazendo mesmo, acessando. Eu acho importante, sim, ter mais esclarecimento. Maria

Eu acho que a gente tem que divulgar mais. Uma palestra, sabe, ou ir nas pré-assembleias da cooperativa, nossa, se a gente largasse 10' para gente conversar sobre isso, né, como ontem, o idoso nem sabia o termo que ele assinou, né. Se tu pega aquelas três ou quatro folhas e lê, o pessoal não assina mais. E, como o município não é grande, ele fala para o vizinho, que fala para o outro... e a informação vai se espalhando. Eu acho assim, a cada reunião, não importa o tema, a gente tem que divulgar... no encontro de mulheres, nas mobilizações que a gente encontra muitas pessoas... e vai divulgando. Eu acho importante e deve, deve! Isso fica para o resto da vida. Como te disse, esse pessoal que conheço, vai fazendo, renegociando e nunca de livra... e isso é uma bola de neve. Tem uns que tu vai ouvir ainda, não... me ajudou nisso, me ajudou naquilo... mais não sabe que tem cinco anos pra ir descontando, né. Isso é apavorante. Nita

Eu acredito assim, que tem que trabalhar a orientação e a informação. A gente trabalhou muito a denúncia, o dique 100 dos direitos humanos. Quando a gente faz este trabalho, quando a gente trabalha o estatuto, as pessoas criam coragem de denunciar e elas aprendem a se defender. Margarete

Outro elemento interessante que as dirigentes sugerem é a elaboração de material para divulgação do assunto. Elaboração de folders, panfletos, cartilhas e fazer campanhas com essa temática estão dentre as ações sugeridas para que se antecipe o fato de chegar à situação de vulnerabilidade.

Então, campanha, folder, tudo que for recurso de divulgação e informação ajuda, para que se antecipe o fato de chegar na vulnerabilidade. Margarete

No entanto, devido à precariedade no acesso à informação sobre essa modalidade de empréstimo, conforme percebemos em itens anteriores deste estudo, as lideranças chegam a sugerir a necessidade de uma equipe, um grupo ou pessoas que realizem um trabalho permanente com idosas e idosos camponeses.

Ter uma equipe que venha, que reúna as pessoas e que diga que aquilo não é bom, né ou que avise dos riscos deste acesso. Maria

A gente tinha que ter uma pessoa para fazer esse trabalho que tu estás fazendo, nossa, isso seria maravilhoso, sabe... só que não dá tempo de explicar tudo. De pegar aquele contrato e explicar, olha aqui o que está escrito. E as financeiras que deviam fazer isso, de explicar, não fazem. Nita

Por último há o destaque para que, as ações no campo das informações sobre o crédito consignado sejam ampliadas e articuladas com a educação financeira, administração dos recursos e a conscientização, pensando em alternativas de geração de renda para a família camponesa como um todo.

O que eu percebo de maior desafio, é que muitas famílias, a renda que está sustentando todos os membros da família são as aposentadorias, e eu vejo a necessidade de um trabalho para que os outros membros da família também se emancipem, pra não dependerem deste recurso, porque quando acabam falecendo os idosos, a pobreza é muito grande se as famílias não conseguirem se reorganizarem, a

co-dependência. Então assim, é um trabalho bem necessário de ser feito, no sentido da vulnerabilidade, do risco... isso posso dizer que muitos, num município de pequeno porte, isso é muito forte. Se tu for fazer uma análise das fontes de renda da família, é muito presente isso. Não é o interesse de estar junto com o idoso para conviver, para cuidar... existe muita competição devido a esta renda, para gerenciar esta renda, especialmente quando é mais de um salário mínimo. Então o trabalho do recurso ser bem administrado para garantir a qualidade de vida, condições habitacionais... nossa, aqui na nossa região é muito forte a exploração dos benefícios, das aposentadorias. Margarete

Por um lado, é necessário a ampliação da informação, qualificar ou investir na educação e administração financeira, divulgar o tema aproveitando a organicidade que se tem e ter pessoas que façam um trabalho permanente. De outro, o controle dos gastos feitos na memória, no caderninho, não receber dinheiro de ninguém, nem dos próprios filhos e filhas. A aposentadoria que não é suficiente e, se uma parte dela fica comprometida com o acesso ao crédito consignado, pode acarretar dificuldades para idosos e idosas que, mesmo com as condições físicas limitadas (se comparadas à períodos anteriores da vida) devido o processo de envelhecimento, já não consegue produzir alimentos suficientes para manter a família ao mesmo tempo em que não tem dinheiro suficiente para comprar no mercado.

A realidade camponesa, apresentada através destas 19 entrevistas é bastante preocupante, quando a relacionamos com a vida financeira das pessoas que vivem na agricultura. Assim, como nos diz Ploeg (2016), “dentro dessa constelação de mercado a tentativa de dar continuidade à agricultura surge como uma forma de resistência” (PLOEG, 2016, p.83).

Isso porque, com o acesso ao crédito consignado, há o rompimento de um conjunto de equilíbrios que precisam existir para a reprodução da agricultura camponesa. Rompe-se o equilíbrio da produção-consumo; existe a auto exploração do trabalho das pessoas idosas; rompe-se o equilíbrio com relação aos recursos interno-externos<sup>13</sup> e há uma ruptura no equilíbrio que precisa ser estabelecido entre a produção e a reprodução ou renovação do capital<sup>14</sup>.

No entanto, importante considerar que o crédito consignado foi apresentado como uma alternativa de acesso para idosos e idosas nas situações que necessitavam de recursos imediatos. Assim representa certa segurança em casos de problemas de saúde, moradia, prisão de filho ou mesmo para pagamento de outras dívidas que os juros eram mais altos. Passar dos limites deste equilíbrio presente na agricultura camponesa é que me parece ser o problema

<sup>13</sup> A agricultura é um processo de conversão, onde os recursos devem ser convertidos em produtos úteis. No entanto, quando se adquire um crédito externo para pagar uma dívida ou para não investir, essa conversão não acontece e há um desequilíbrio.

<sup>14</sup> Por um lado, se fortalece a renovação quando se adquire novas coisas. Mas se quebra na produção e posterior renovação, pois: “as coisas de dentro de casa, em cinco anos já estão estragadas, mas eu sigo com a dívida”.

mais importante a ser considerado, pois se arrisca a desequilibrar o futuro das pessoas idosas e da continuidade deste modo de produção, em muitos casos, por mais de seis (6) anos ou, 72 vezes.

A violência financeira é outro fator muito presente nesta realidade, pouco visibilizada. Aqui tivemos relatos de pessoas que, por participarem de Movimentos Sociais, ainda tem mais acesso a informação do que outras que estão “sozinhas”. O fato de denunciar, de não se falar do assunto, seja por vergonha, medo ou outras construções sociais locais, impede que tenhamos real dimensão das coisas que acontecem no meio rural, com relação à violência financeira que é exercida por parte das financeiras, que em suas estratégias, me pareceram muito claras as perspectivas e avanços sobre o meio rural.

Tem que ter um trabalho permanente contra a exploração do idoso. Eu sou contra esta exploração, porque a comida está cara, dificilmente um idoso não gastar com remédio... aí mais a prestação sobre um salário mínimo... tem muito idoso que eu visito que eles não têm nada. Foi tirado tudo deles. Um foi explorando, outro foi explorando. Margarete

Não podemos esquecer, para finalizar esse capítulo, que o acesso ao crédito no meio rural também é uma forma de exploração do capital sobre a agricultura camponesa. É uma forma de extração de mais valia, de exploração de um trabalho que tende a ser relativamente autônomo. Assim, mesmo as pessoas sendo donas de seu trabalho, de seu tempo e dos meios de produção (na maioria dos casos) estão sendo exploradas pelo capital, na extração da mais valia, que não vem através do arrendamento da terra ou da venda da força de trabalho, mas através da inserção de empréstimos para produção e agora, de empréstimos para pessoas idosas camponesas, que são os consignados.

## **6 MOVIMENTO SOCIAL: O APRENDIZADO NAS TRAJETÓRIAS DE IDOSOS CAMPONESES E IDOSAS CAMPONESAS**

A proposta inicial de estudo desta tese foi de analisar o papel educativo de Movimentos Sociais na vida financeira de idosos camponeses e idosas camponesas que participam de organizações da Via Campesina.

No entanto, no decorrer do estudo, tivemos duas grandes afirmações. A primeira é de que as pessoas idosas que residem no campo estão acessando em uma porcentagem elevada ao crédito consignado e, em alguns casos, estão tendo que readequar suas vivências para poder pagar o que foi contratado. A segunda, é que, para as pessoas entrevistadas, o papel educativo dos Movimentos Sociais, envolve um conjunto de elementos da sua vida, assim, ao mesmo tempo em que ultrapassa as questões financeiras, nem toca diretamente neste tema.

Das 19 pessoas entrevistadas, apenas uma nunca havia participado de atividades dos Movimentos Sociais pesquisados. Os níveis de participação variavam, desde questões pontuais a presença mais ativa em reuniões locais, em mobilizações e na organicidade dos Movimentos Sociais. Importante dizer que utilizo as palavras Movimento Social em maiúsculo de modo a demarca-los como sujeito político e coletivo.

Deste modo, abaixo veremos por onde perpassam as respostas das pessoas idosas sobre o papel educativo dos Movimentos Sociais em suas vidas de camponeses e camponesas. Junto disso também teremos as falas das dirigentes entrevistadas e algumas reflexões que fui tecendo no decorrer deste processo de pesquisa e diálogo.

Por óbvio, temos que fazer uma pequena pausa para dizer, que as pessoas entrevistadas foram mapeadas pelas dirigentes locais dos Movimentos Sociais. O critério por elas utilizado, conforme percebemos no primeiro capítulo da tese, foi o acesso ao crédito consignado e a participação nas atividades dos Movimentos. Assim, aqui talvez, poderíamos só ter respostas afirmativas no sentido do aprendizado, devido a esse contexto. No entanto, as pessoas que participam das diversas atividades de formação, de mobilização, de enfrentamento com a polícia e mesmo de reuniões locais, por minha experiência de militância e de educação popular, não teriam muita dificuldade em dizer, mesmo na presença de sua liderança, se houveram situações desconfortáveis ou mesmo se o aprendizado não tivesse ocorrido.

Na entrevista, quando se chegou às questões que remetiam aos Movimentos Sociais, as pessoas responderam, trabalhando a sua participação sempre na afirmação, ou seja, não ouvi

nenhum relato que afirmasse o contrário do papel importante que essas organizações cumprem na vida das pessoas, seja porque elas mudaram com a participação nas atividades, porque se teve conquistas e políticas públicas para o meio rural, ou, porque contribuem para a manutenção daquele modo de vida.

Assim, quando ocorre a participação nos Movimentos Sociais, o fato das pessoas saírem de sua propriedade para participar de atividades é um elemento que fica muito presente. Logo remetem aos locais por onde passaram e as atividades que participaram. Sair e ir além das fronteiras do município de origem, concretamente, permite que as pessoas se movimentem, conheçam novas coisas e construam novos aprendizados.

Eu gostei porque fiquei conhecendo o lugar, conhecendo o pessoal, as partes que falaram também foram muito boas, e fiquei conhecendo aquela Igreja lá de Santa Cruz que nós fomos visitar lá. IDOSA 1: ZNF, 64 anos - SELBACH

Ir nos encontros que a gente vai para fora. A gente nem imagina o que a gente vê e conhece (risos)... e eu que fui pra Palmeira, de blusinha bonita e nem precisava ter ido (risos). IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Faz anos que comecei a participar. Em 2002 eu fui pra Brasília. Conheci até o Lula, nosso presidente e a mulher dele! IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAGEADO DO BUGRE

Eu fui pra ver, como é que era, porque eu gosto de ir ver... assim, ver o que as pessoas conversam, como é que é... eu sempre fui. Participo de reuniões, de protestos, tanto na Sagrada quanto em Palmeira. Em vários lugares eu já fui participar e como é bom. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Esse aprendizado materializado no fato de sair de suas casas, fez com que as pessoas os relatassem com alegria e entusiasmo. No entanto, movimentar-se como forma de aprendizado, gera mudanças na vida, no cotidiano, nas relações entre as pessoas e nas formas de produção. O aprendizado ao longo da vida, acreditando em si e no processo de continuar aprendendo. O aprender que não ocupa espaço e faz com que não se sintam sozinhas, seja na sua forma de pensar ou na opção de vida que tem (agricultura camponesa).

A gente aprendeu muita coisa! Fazer e ver como se faz melhor. Tudo o que eles falam é bom e é certo... tem que fazer isso, fazer aquilo... daí o cara tem que prestar atenção e fazer. IDOSO 6: VBS, 69 anos – IBIRUBÁ

Tu ficar escondido também não dá. Porque daí tu vai aprendendo. Tu enxerga uma coisa aqui, outra ali e tu vai mudando. E se tu não sai, tu não sabe como é que anda. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

Eu achei bom. Aprendi muita coisa que eu não sabia. Daí eu aprendi (risos felizes). Comecei a participar e gostei. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAGEADO DO BUGRE

É muito bom estar em Movimento Social. Isso aí eu acho muita vantagem. Daí quem vai lá traz informações e reparte com quem fica. Conheci muitos lugares e tudo ficou aqui na mente. Se eu não tivesse ido, não teria conhecido. A gente não se sente sozinho. IDOSO 19: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA



Conforme percebemos as falas das pessoas idosas caminham ao encontro do aprendizado construído através do acesso e partilha da informação. No caso das mulheres, a maioria desta pesquisa, há aprendizados que se relacionam com a superação das relações de opressão pela condição de serem mulheres. Percebe-se através das falas, que o mundo camponês, para as mulheres rurais, ainda é bastante restrito ao cotidiano e a reprodução de valores culturais próprios deste modo de vida. Assim, estar em movimento também significa saber mais, conhecer mais e, aos poucos ir se libertando.

Eu gosto de escutar e cada vez que tem, eu vou. Não sei lhe explicar, mais eu gosto. Eu participei de reunião e mobilizações. Aprendi bastante coisa, fiquei mais ativa. Eu era mais quieta. IDOSA 9: IT, 60 anos - IBIRUBÁ

Quem me motivou a entrar foram as minhas amigas. Elas me convidaram, eu fui e comecei a ir e gostei. E aprendi... a gente aprende muita coisa, né. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAGEADO DO BUGRE

Ah, eu aprendi que a mulher tem muito valor! Até ir nas reuniões eu não sabia que a mulher tinha tanto valor como tem. Você também aprende como sair, como chegar...aonde que tu pode chegar, aonde que tu pode ir. IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAGEADO DO BUGRE

Ouvir, estar no meio da notícia, informada, conhecer outros lugares e outras coisas bonitas que nem imaginava e fazer novas amizades, foram elementos apontados pelas mulheres camponesas, inclusive como forma de não adoecer.

Eu gosto de estar no meio do povo, conversar com outras pessoas, estar no movimento. A minha vida precisa ser agitada. Esse é meu remédio. Adoro conviver com as pessoas. Estar em movimento, no meio das pessoas, do povo. Isso me dá vida. É meu remédio. IDOSA 5: MOC – IBIRUBÁ

Participo em reuniões e nos encontros das mulheres. Eu gosto de participar destas coisas. O que me motivou foi para não ficar muito parada. No caso, isolada. Porque se a pessoa fica muito isolada, se torna doença. E vem mesmo! Então a pessoa tem que sair. IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

Estar em movimento (movimentar-se) pressupõe a inserção de elementos da necessidade da vida de camponeses e camponesas em uma pauta, posterior luta para conquista, que volta a se fazer concreta na vida das pessoas. Assim, a participação se materializa na conquista de direitos como aposentadoria, saúde, terra, voltar a estudar ou ter uma casa melhor. Essa participação que se faz concreta na vida das pessoas, gera mudanças reais nas condições de vida, na construção de valorização e autonomia destes sujeitos.

Comecei a participar para não tirar a aposentadoria da gente, porque esse presidente, só quer tirar a aposentadoria dos velhos! Dizem que os velhos estão custando muito a morrer! Mas que tirem um pouco do ganho deles, né, que não precisam receber tanto! Daí querem tirar de nós que já recebemos tão pouco! IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

O que me motivou é que, nós que não conseguia fazer uma casa se fosse pegar dinheiro do nosso bolso, nunca ia conseguir. Ia morrer naquele galpão velho. E, de

tanto tu ir participando, daí tu viu que na realidade, tu ia conseguir ter. E foi onde nós chegamos. Ter uma casa! Não foi fácil, não, para nenhum de nós! E nem para eles (Movimento)! IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Ah, eu aprendi muita coisa sobre agricultura, sobre saúde, sobre direitos, sobre direitos humanos ... tirei 100 na minha prova (muitos risos) no EJA! IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAGEADO DO BUGRE

Sabe-se que o aprendizado é individual e facilitado através do uso de diferentes técnicas e pela forma do desenvolvimento das ações. A educação popular permeia e está imbricada nessas construções. A luta, para os Movimentos Sociais, é educativa e igualmente os processos formativos e educativos que são realizados e sua metodologia. Assim, se reunir para conversar, o aprendizado em cursos de formação continuados que somam a experiência das pessoas com a teoria e com práticas concretas, experimentação prática de novas formas de produção, guardar lembranças das atividades, as dinâmicas, brincadeiras, confraternização, a forma como as pessoas falavam e o jeito com que foram recebidos e tratados nas atividades, são elementos que aparecem na fala das pessoas entrevistadas.

Fui só uma vez que tinha reunião em Palmeira. Neste dia estava bom! Gostei do movimento. Tenho até hoje guardada a lembrancinha e um livro que ganhei lá (levantou e foi buscar pra me mostrar). Sabe, quebrou minha santinha, aí coloquei essa “cruzinha” (símbolo da mulher) no lugar, lá dentro (risos). Essa é a lembrança que tenho de lá. IDOSA 17: ZR, 78 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Eu aprendi muitas coisas boas que eu vi, que eu não sabia, que eu não conhecia! As palestras, o jeito que foi trabalhado, o jeito que trataram nós. Eu adorei! Também tinha uma fogueira lá fora, que eu não entendi muito o que era, mais achei muito bonito... aquilo me marcou e falei para muita gente depois. Achei muito boa a palestra sobre o tema da violência contra a mulher. IDOSA 1: ZNF, 64 anos – SELBACH

Mas olha, a gente aprende muita coisa, em plantar, em trocar uma semente. Eu ainda planto milho caiano, que era um milho do tempo de criança. A espiga é deste tamanho oh (grande). A semente do milho caiano é dos meus tios velhos, recuperei e tenho até agora. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAGEADO DO BUGRE

É muito bom a gente se reunir, conversar, trocar ideias, e assim, comentar como é a vida. Falar pros mais novos como é que é... IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAGEADO DO BUGRE

Aprendi muito com este curso que a gente foi lá para Ronda Alta, que daí começou e eu cai, na distribuição dos grupos, para a medicina. Lembra que tinha uma provinha? Aí caiu da medicina para mim. Daí continuei porque foi lá que começou e gostei. Tudo que eu faço com as plantas medicinais é bem aprovado. E eu não queria isso aí e ela (educadora) viu que eu tinha energia boa. Comecei porque foi o sorteio que eu peguei. IDOSA 15: IDR, 85 anos – LAGEADO DO BUGRE

Até aqui se percebe o quanto os Movimentos Sociais são importantes na vida das pessoas. A mudança na vida concreta, a garantia de melhor qualidade de vida no campo, a reprodução de saberes e da agricultura camponesa, baseado num aprendizado coletivo, intencional e individual. Organização que gera resistência, permanência no campo e

conquistas que se fazem aprendizado. Identificação enquanto classe trabalhadora, estando entre aqueles e aquelas que pensam iguais, também são elementos citados pelas pessoas idosas durante as entrevistas.

Ah, eu gostei muito! Adoro ir ver eles vim falar a favor de nós. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Comecei a ir, porque eu vi que, a gente é pobre, sabe, e participar de repente muda as coisas, né vizinha. E mesmo mudou! Eu tenho a casa, a terra eu comprei pelo banco da terra e agora em 2020 eu vou terminar de pagar. IDOSO 10: LFT, 58 anos – IBIRUBÁ

No movimento social o cara fica por dentro de muitas coisas, que o cara não sabe e é bom saber. Saber não ocupa lugar. IDOSO 19: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Desta maneira, mesmo com a nova reconfiguração do meio rural, os Movimentos Sociais seguem sendo instrumentos importantes na vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Com a observação realizada durante a pesquisa, fica muito evidente que, quando o Movimento está desarticulado ou não possui uma atuação tão presente e processual, a vida de camponeses e camponesas também se torna mais precária. As falas das pessoas traduzem um sofrimento maior, porque aparentemente sentem-se mais sozinhas e as políticas públicas são mais distantes das necessidades locais. Isso pode ser explicado, porque quando se está em Movimento, há uma pressão local para que as coisas avancem, tendo em vista que, as pessoas de posse de mais informações, conhecem seus direitos e pressionam individual ou coletivamente para que sejam efetivados. Assim, poderia se dizer que estar em movimento pressupõe um aprendizado individual e coletivo que permite a melhoria nas condições de vida das pessoas e a reprodução da agricultura camponesa.

Concordando com Rinco e Domingues,

Devemos pensar e trabalhar na promoção de condições que desenvolvam políticas mais estruturadas, supervisionadas e avaliadas permanentemente, a fim de que possam reduzir as desigualdades e exclusão social. A necessidade de apoio social e de uma rede social forte podem trazer um efeito protetor aos indivíduos ao longo da vida, diminuindo o isolamento, a fragilidade e a vulnerabilidade na velhice (RINCO e DOMINGUES, 2012, p.93).

Sendo assim, estar em movimento também pressupõe o fortalecimento das redes de relações e de apoio social, que contribuem para garantir um efeito protetor aos indivíduos ao longo de suas vidas, mas também contribuem para evitar que as pessoas estejam em situação de vulnerabilidade, visto que as pautas das organizações sociais são construídas através das demandas e das necessidades dos sujeitos que dele compõem.

Com relação às falas das pessoas na entrevista, acerca da afirmação do parágrafo acima, elas trazem elementos da reciprocidade, tendo em vista que não se vai para a luta,

pensando apenas na garantia do seu direito individual, mas há um sentimento de pertença, que faz com que as pessoas se movimentem também pelas outras.

Eu, ultimamente já estava aposentada, mas eu pensaria na aposentadoria das outras mulheres. Que na última que nós fomos, que a caminhada foi da entrada de Palmeira até a Receita Federal.. eu fui no protesto por conta dos direitos das outras mulheres. Não dá para pensar só em mim, entendeu. Do meu tempo quando eu ganhei meus dois filhos, não existia aquele salário de maternidade. Não existia nada. Agora tem e está melhor. Então se tiver, se sair protesto e caminhada do Movimento das Mulheres eu vou, porque eu tenho cunhada pra se aposentar, eu também penso nos meus filhos. Você fica bem mais informado sobre as leis, sobre o trabalho e tudo. Então a gente gosta! IDOSA 14: TDBD, 67 anos – LAGEADO DO BUGRE

A pertença a uma classe de trabalhadores e trabalhadoras também aparece nas falas das pessoas idosas, pois, é importante ouvir o incentivo de outros que são a favor da construção do “nós”. Aqui importante considerar que, mesmo vivendo numa sociedade que prima pelo desenvolvimento individual das pessoas, pautada num tempo agorista e de consumo, os Movimentos Sociais, mantém a importância da construção de aprendizados e de sujeitos coletivos.

Já faz uns cinco anos que eu participo. Eu sempre vou. E quando vem os de Porto Alegre, aquele que é a favor de nós, ele diz que não parem de participar... que venham nas reuniões, que debatam as coisas a favor de vocês, porque o presidente só quer tirar! Ele acha que os velhos não vão morrer, mais quando se chega o dia, se morre, né. E ele vai me tirar o que se já recebo tão pouco. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Eu acho importante as reuniões, ainda mais agora. IDOSO 8: LG, 74 anos – IBIRUBÁ

De fato, o campesinato e os Movimentos Sociais, que o defendem, pressupõe a existência de um “nós”. Todas as falas realizadas durante as entrevistas, remetem ao coletivo e nunca ao indivíduo. O coletivo que pode ser o da casa, o do movimento, o do sindicato ou o da cooperativa.

Das pessoas entrevistadas, apenas uma não havia participado de nenhuma atividade dos Movimentos pesquisados. No entanto, ela conhece e reconhece a luta, especialmente pela aposentadoria e pelo crédito para a produção. Desta maneira, mesmo sem participar há o reconhecimento da importância destas organizações para a garantia de direitos para os sujeitos do campo.

Com relação às demais pessoa percebe-se que quanto maior o tempo de participação, mais as falas são abstratas, ou seja, se consegue avançar para além das coisas concretas. Quem tem mais tempo de participação apresenta uma leitura um pouco diferente com relação aos seus aprendizados. Não fala do Movimento só como espaço de conquista das coisas materiais, mas se refere a elementos mais abstratos como conjuntura, classes sociais e faz

relações mais complexas com relação ao seu cotidiano. Ainda, quem se envolve mais na organicidade dos Movimentos, apresenta uma atuação mais ampliada no local, participando de outros espaços como o sindicato e a cooperativa.

Mais olha, desde que existiu os programas sociais, esses populares, eu sempre participei. Acho que já faz uns 40 anos. Uns 35, 40 por aí. Participo de reuniões, mobilizações, eu faço parte dos líderes do sindicato. E faço parte do grupo de líder da Creluz! IDOSA 12: NSA, 66 anos – LAGEADO DO BUGRE

Os Movimentos Sociais são reconhecidos por essas pessoas como portadores de um saber organizativo que lhes permite avançar de sua condição de vida. Faz-se presente na vida das pessoas e contribuem de forma qualificada para seu processo de aprendizado contínuo ao longo da vida. Esse aprendizado que se constrói nas possibilidades concretas de reprodução do modo de vida camponês e que faz com que as pessoas saibam se defender das situações limite com relação a sua vida e ao acesso a direitos.

Para as lideranças entrevistadas, com relação ao acesso ao crédito consignado, há diferenças visíveis das pessoas que integram Movimentos Sociais das quem não fazem parte de suas atividades. Para elas,

As pessoas que fazem parte de movimentos sociais e que buscam a qualificação permanente, estas pessoas sabem se defender a hora que as pessoas vêm para fazer proposta de financiamento. Elas não se envolvem tão rápido assim. Elas já têm conhecimento de que podem ir num banco, de que podem acessar outros programas... assim, tem muitas diferenças. Margarete

Tu viu ontem que o pessoal do Movimento já está mais esclarecido, em não acessar mais e eles não indicariam pros outros. A gente percebe que o pessoal do Movimento é mais esclarecido, porque o pessoal do movimento vai, orienta, esclarece... tu entra aqui, tu não entra aqui que tu não sai mais. Não acesse coisas com juros assim... É mais esclarecido. E os outros que vão sozinho, sabe, que a gente não tem contato, sem ser do movimento, ele é mais isolado e ele entra sempre. Entrou um salário novo e ele tá lá renegociando aquele pouquinho de aumento. Esse último aumento que deu, deu R\$300,00, mas ele está lá refazendo e volta tudo a prestação de novo. Se ele tinha para cinco anos, ele renegocia e volta tudo de novo, os cinco anos de novo, e o pessoal nunca sai disso daí. Nita

No entanto, para que os Movimentos Sociais sigam tendo essa importância na construção da vida e das aprendizagens dos sujeitos do campo, é relevante que se repensem as práticas, as metodologias, os temas e a forma organizativa, de modo a contemplar a realidade que se apresenta no meio rural hoje. Somente assim, o que implica em profunda reflexão e processos formativos e organizativos de médio e longo prazo, que as organizações poderão cumprir com o papel educativo na vida financeira de idosos camponeses e idosas camponesas da mesma maneira que contribuem nos diversos âmbitos da vida desses sujeitos, conforme percebemos nas falas acima.

Com o campo envelhecido, a quantidade de pessoas que ainda residem nele e a dinâmica atual de trabalho, as pessoas não conseguem mais participar das atividades propostas por conta do cansaço físico ou do horário das reuniões.

Se é de dia, participo sempre! Se é de noite, daí é mais difícil. IDOSA 2: LKR, 58 anos – IBIRUBÁ

Participo da cooperativa sim, eu sempre ia nas reuniões. Agora não estou indo tanto, porque a gente cansa também. IDOSA 4: NNS, 81 anos – IBIRUBÁ

Mas olha, já faz uns 12, 13 anos ou mais. Faz tempo. Participamos de reunião, de mobilização. Muito participamos, quando era mais novo, a gente ia os dois. Agora a gente consegue ir um só, o outro precisa ficar. IDOSA 11: AQA, 64 anos – LAGEADO DO BUGRE

A pauta das reuniões, atividades e encontros tem discutido temas relevantes para a vida camponesa. No entanto, o envelhecimento no campo e o crédito consignado ainda não são assuntos abordados. O crédito que é discutido é o PRONAF, que não é mais acessado por idosos e idosas. Assim talvez seja importante ampliar os temas em diálogo com essa nova reconfiguração camponesa, pois, se parte das pessoas que residem no campo hoje estão acima de 55 anos, porque não tratar do crédito consignado e do envelhecimento?

Se discute sobre coisas da agricultura, sobre os direitos. Sobre crédito mais barato, como o PRONAF. Sobre envelhecimento e crédito consignado não. Nas que nós fomos, não. IDOSA 5: MOC, 66 anos – IBIRUBÁ

Faz uns quantos anos. Se discute tudo o que é da agricultura e da aposentadoria também. IDOSA 7: SSG, 65 anos – IBIRUBÁ

Não chegaram a conversar sobre esse negócio do crédito, mais sobre a colônia e sobre a agricultura. IDOSA 16: GB, 74 anos – SAGRADA FAMÍLIA

O crédito consignado, no movimento não ouvi se conversar sobre isso. IDOSO 19: IJS, 77 anos – SAGRADA FAMÍLIA

Ver e conhecer coisas novas, aprender, recuperar as sementes crioulas, recompor saberes tradicionais que foram se perdendo como a manipulação de ervas medicinais. Mudanças no cotidiano e nas pessoas, na melhoria das condições de vida no campo, na construção concreta de um sujeito individual e coletivo são elementos que estão presentes nas falas das pessoas.

No entanto, para que essa importância siga intensa, segundo minha leitura através desta pesquisa, os Movimentos Sociais precisam ressignificar parte de suas dinâmicas organizativas e de suas pautas. O tema do envelhecimento e do acesso ao crédito consignado no meio rural necessita ser abordados, visto que tem acarretado profundas mudanças no cotidiano de idosos e idosas que residem no meio rural e conseqüentemente atingindo toda sua família camponesa. Essas mudanças vão desde a precarização do cotidiano, com cortes na

alimentação, ao adoecimento dos sujeitos. Ainda, estão rompendo com os equilíbrios que contribuem para manter e reproduzir o campesinato.

O Movimento tem que começar a esclarecer, sabe. Aqui no nosso município, a primeira a trazer esse assunto foi você. Primeiro eu caí fora, sabe, e agora esse assunto (pesquisa). Por isso que eu lutei para você vim aqui, sabe, porque o pessoal que a gente conseguiu visitar, com certeza ficou a marca... e tu viu que eles foram bem firme, eu não vou mais fazer! E eles começam a ficar espertos e não cedem nem para os filhos. Nita

Essa talvez seja a mais significativa contribuição desta tese de doutorado. Para além do desafio de aproximar a teoria do campesinato e do envelhecimento, dando voz pessoas do meio rural sobre estes temas, também trazer a tona a realidade e os percalços que o acesso ao crédito consignado tem acarretado no meio rural, na vida de seus sujeitos.

Sabemos que o aprendizado é um processo e que envolve todos os âmbitos da vida. Adultos procuram por processos formativos e organizativos para sanar dificuldades e as necessidades que tem no seu cotidiano. Assim, as pautas, os temas e a forma organizativa precisam contemplar essas demandas que estão colocadas para que o processo educativo de fato se materialize com mais profundidade e as pessoas não se sintam sozinhas.

Para Rinco e Domingues, para que haja a diminuição da vulnerabilidade social é preciso o fortalecimento das pessoas e de suas relações. Assim, os Movimentos Sociais têm um papel bastante importante, de modo a contribuir no fortalecimento destas redes, tendo em vista os relatos de aprendizados e de situações concretas da vida das pessoas que residem no campo.

Assim, para que haja uma diminuição da vulnerabilidade social é preciso que as pessoas sejam fortalecidas e apoiadas no incremento de suas redes sociais e relações comunitárias, incentivando e oportunizando mais a participação e a responsabilidade das pessoas, evitando, com isso, que elas assumam um papel de vítimas e mantenham-se socialmente isoladas (RINCO e DOMINGUES, 2012, p.87)

Deste modo, os Movimentos pesquisados, teriam a tarefa primordial que é, além de levar a informação e construir processos educativos, também, manter, estabelecer ou construir ferramentas ou espaços que permitam a manutenção das redes informais de apoio e de relações entre as pessoas, onde, juntamente com as famílias e amigos, as pessoas idosas possam se fortalecer mutuamente. No entanto, essas redes informais não podem substituir as redes formais de políticas públicas de atendimento à população idosa no campo. Ao contrário, as pessoas e suas organizações devem pressionar para que estas redes formais de relações de fato existam e funcionem.

No entanto, isso deve ser produzido em diálogo com as pessoas idosas, tendo em vista a natureza das relações que são estabelecidas localmente e o grau de desejabilidade (vontade)

das pessoas. A reconstrução de uma solidariedade intergeracional não perpassa somente por reestabelecer laços e relações, mas também por um conjunto de políticas públicas de entorno, para que o meio rural tenha mais pessoas, que seja um espaço reconhecido como bom para se viver e que nele se tem as condições de viver dignamente.

Somado a isso, a aprendizagem conjunta e coletiva indicada neste capítulo pelas pessoas idosas, através da ressignificação dos conhecimentos, pode ser um processo interessante de se promover no campo da educação financeira com idosos e idosas, onde o contexto do Movimento Social parece ter sido (e pode seguir sendo) especialmente propício para isso, tendo em vista sua dinâmica organizativa já estabelecida e reconhecida no meio rural.

O campesinato, ao longo de sua história vem sendo reproduzido na teimosia de seus sujeitos, portanto, esse modo de vida também é um modo de resistência. Assim como foi sendo remodelado de acordo com o contexto social, agora também o será. No entanto, o perigo que se avizinha não são as relações com o mercado, são a ausência de políticas que permitam que as pessoas fiquem no campo, que se tenha sucessão rural e que as pessoas não adoçam ou vivam em condições precárias pelo acesso a créditos como o consignado.

Para finalizar, aqui apenas teço algumas reflexões, embasada no que a realidade pesquisada me apresentou. Essa realidade é apenas uma pequena amostra como vimos. Desta maneira, não se podem tecer muitas afirmações generalizantes, pois cada realidade apresenta um desafio a ser desvelado. Mas, deixo aqui minha singela contribuição, a partir desta realidade que por vezes me indignou e me entristeceu, mas acima de tudo, me fez refletir e aprender, como educadora e como militante, nas possibilidades e nos desafios que temos com relação ao enlace destes temas: campesinato, envelhecimento, crédito consignado, movimentos sociais e processos reais de aprendizado informal e ao longo da vida.



## CONCLUSÕES

Nesta última parte da tese, me permito construir afirmações, sejam elas de aprendizado coletivo ou pessoal, de resultados concretos para os processos educativos ditos e para aqueles que teremos como demanda seguir produzindo conhecimento e exercitando ações.

A proposta inicial desta tese, visava perceber os impactos que o acesso ao crédito consignado acarretava na vida de idosos e idosas que integravam os Movimentos Sociais da Via Campesina com relação ao indivíduo, ao modo de vida e a agricultura camponesa. Materializou-se, no entanto, como um exercício prático de investigação sobre o papel educativo de dois Movimentos Sociais, o MMC e o MPA, na vida das pessoas idosas, dita por elas, e que perpassou pelo campesinato, pelo envelhecimento, pelo acesso ao crédito consignado e por estratégias de educação financeira que podem ser utilizadas e elaboradas, a partir das informações ditas por esses sujeitos.

Conforme fomos acompanhando no decorrer deste estudo, tive mudanças no curso da pesquisa. Elas foram sendo tecidas com relação aos objetivos do estudo, mas também com relação aos procedimentos metodológicos. Disto resultam algumas afirmações. A primeira é que, para visibilizar aprendizados na realidade camponesa em diálogo com um dos temas que busquei pesquisar (crédito consignado), são necessários procedimentos muito específicos. Segundo, que o estabelecimento de relação de confiança é algo muito considerado pelas pessoas que residem no campo, portanto, estar com alguém que conhecem e confiam é um facilitador para o acesso a informação. Terceiro, que os Movimentos Sociais, representados pelas suas lideranças locais, possuem um reconhecimento por parte das pessoas entrevistadas. Quarto, o crédito consignado não é um tema que vem sendo discutido no meio rural.

A pesquisa foi visibilizando uma realidade um pouco mais complexa do que tenho lido em artigos que abordam o assunto referente ao crédito consignado. Há mais pessoas no meio rural, quando comparadas com as que residem nas cidades, que o acessam (entre 70% e 80%) e ele é feito para suprir as necessidades das pessoas que o fazem, pelo fato de terem uma renda baixa que não supre todas as suas demandas.

Outro elemento que me chamou muito a atenção foi a forma de abordagem das financeiras, que me parece tão agressiva ou abusiva no meio rural que, para falar do assunto com os idosos e as idosas foi preciso ter alguém junto que a pessoa entrevistada conhecesse e confiasse. Em todas as entrevistas, a primeira fala sempre foi a da liderança local, explicando que estar ali não se tratava de refinar o crédito consignado, mas de uma pesquisa que estava abordando o assunto.

No decorrer deste estudo fui me convencendo ainda mais de que os Movimentos Sociais entrevistados têm muita clareza sobre a base que estão trabalhando. Somente através da reorientação metodológica e o acompanhamento das lideranças locais é que tive o êxito nesta pesquisa. A confiança construída pelo Movimento e pelo trabalho da liderança local foi um facilitador para o bom andamento do estudo e para se ter as informações das pessoas idosas. A camaradagem, a parceria e o companheirismo tanto das lideranças estaduais do MMC quanto das lideranças locais do MMC e do MPA que acompanharam esse processo de construção, também são elementos importantes a considerar.

Conforme fomos percebendo fui tentado trazer para dentro de todo o trabalho a presença, através da fala, das pessoas idosas que entrevistei, permitindo que nesta escrita tivessem coautoria. Da mesma forma, a consideração das lideranças como coparticipantes no processo de produção das informações para este estudo, dialoga com alguns dos pressupostos da pesquisa participante, principalmente no que diz respeito à alternativa solidária na produção do conhecimento, com exercício de relações horizontais e não autoritárias.

O campesinato território base deste estudo, conforme vimos é um modo de produção. Ao longo da história, veio se configurando em diálogo com os elementos que o ambiente social e político permitia ou exigia. Foi reproduzindo sua cultura, através das gerações, com base no trabalho da família na unidade camponesa de produção e com valores próprios que dialogam com pressupostos da reciprocidade. É um modo de produção que também é resistência. Possui um tempo histórico logo e no Brasil integra a agricultura familiar ao mesmo tempo em que possui rupturas com ela.

Conforme foi sendo apresentado no decorrer desta tese, a agricultura camponesa tem particularidades que a distingue dos demais modos de produção e que se situam nos objetivos da atividade econômica, nas experiências de sociabilidade e na forma de sua inserção global. Ao mesmo tempo, nela há uma transferência de inter-modos, que representam uma “especificidade de características sociais e econômicas, que refletirão em qualquer sistema societário em que operem” (SHANIN, 1980, p. 69). Somado a isso, PLOEG, considera o campesinato como um conjunto sensível de equilíbrios que são geridos pela família camponesa e que se relacionam com: trabalho e consumo; utilidade e penosidade; relação entre pessoas e natureza; produção e reprodução; recursos internos e externos; autonomia e dependência; escala e intensidade. Tão logo, definir de forma estática esse modo de produção, parece ser um equívoco metodológico e conceitual.

Importante dizer, ainda, que por não possuir trabalho assalariado, esse modo de produção não está diretamente subordinado ao capital. Ele é em parte subordinado, pelas

relações que estabelece através das trocas, vendas e compras. No entanto, poderíamos afirmar, portanto, que camponeses e camponesas “dominam a arte de não serem governados” (PLOEG, 2016, p.19). Talvez esse seja um dos motivos pelo qual venha sendo insistentemente combatido ao longo do tempo.

Para os idosos e idosas esse modo de vida vem relacionado ao fato de viver com autonomia, seja do tempo, do trabalho e ou da decisão sobre o que produzir, onde a propriedade camponesa aparece como se fosse a extensão e continuidade da sua própria vida. A EJA aparece como elemento importante, de retorno aos estudos num rural em que o acesso à educação foi negado no período em que estavam em idade escolar.

Somado a isso, temos a intrínseca relação entre trabalho, produção de alimentos diversificados e a criação de animais de pequeno porte. Assim, os poliprodutores e poliprodutoras, consorciavam o trabalho no campo com a criação de animais de pequeno porte, numa sábia combinação de técnicas que se baseiam em conhecimentos históricos e acumulados por seus sujeitos, repassados, na maioria dos casos, através da oralidade.

No entanto nesse mesmo rural apresenta uma reconfiguração diferente, onde surge a necessidade de ser ter uma família pluriativa. As famílias estão menores com relação a quantidades de pessoas residindo na propriedade, a exemplo disso, das 19 pessoas entrevistadas, o máximo de pessoas residindo na mesma propriedade foram quatro pessoas, sendo o casal de pessoas idosas, um filho e uma nora (que trabalham na cidade). Existe, ainda, a desvalorização da produção, os filhos e filhas migraram para as cidades e as relações de apoio estão cada vez mais escassas. Com isso se reafirma as ruralidades existentes e construídas em face das relações que foram sendo estabelecidas, mesmo num mesmo estado.

Na fala das mulheres camponesas aparecem elementos que evidenciam a existência da tripla jornada de trabalho, embora com intensidade e formato diferenciados, devido a condição física que apresentam por estarem mais velhas.

Outro fator externalizado, durante a realização das entrevistas, foi a existência de violência e exploração de idosos e idosas do campo o que, por vezes, causa sofrimento e adoecimento das pessoas. Deste modo, a tranquilidade e a autonomia que aparece neste modo de produção é algo que também adocece.

Somado a isso, existem as preocupações com relação a sucessão rural, tendo em vista que se constitui como fator limitante para a reprodução do modo de vida camponês, mas também acaba dificultando a manutenção da qualidade de vida das pessoas que permanecem no campo. Assim, as pessoas idosas acabam elaborando estratégias para o retorno dos filhos e filhas, em meio a certo desespero e preocupação. Dentre essas estratégias temos o acesso ao

crédito consignado para a compra ou estruturação da propriedade rural, de modo a torna-la mais atrativa, tencionando para um possível retorno.

Já o envelhecimento, campo de estudos amplo, complexo e heterogêneo se apresenta de forma interessante no meio rural. As falas das pessoas idosas refletem elementos individuais, mas produzidos socialmente na interrelação entre o pessoal, o local e o geral. Assim, é demarcado pela permanência no trabalho, mesmo após a aposentadoria e sinalizado pela mudança “radical” no ritmo; pelo trabalho como necessidade e como forma de resistir à velhice; o trabalho que dignifica os sujeitos e permite certa autodeterminação, pouco conhecida em outras profissões, somada a um ambiente mais saudável e a um jeito de viver que faz bem para as pessoas.

De outro lado, esse mesmo trabalho produz certo sofrimento pelo impacto da velhice e do tipo de trabalho desgastante que é realizado, somado as dificuldades de acesso a serviços públicos e a perdas identificadas com relação às gerações futuras; a permanência da tripla jornada de trabalho no caso das mulheres idosas; dificuldades com locomoção e manutenção da autonomia para se fazer as coisas que se fazia antes; a aposentadoria como grande conquista e que garante aos idosos e idosas a manutenção de recursos econômicos mensais e fixos.

Já com relação ao crédito consignado, operação financeira, onde se contrata o crédito e os descontos das parcelas são feitas diretamente na folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS, podemos destacar algumas informações síntese a partir desse estudo.

Foi autorizado pela Lei Federal nº 10.820/2003, cujo limite para acesso é de 35% (trinta e cinco por cento) da renda mensal disponível, sendo 5% (cinco por cento) para despesas ou saque com cartão de crédito. Os critérios para acesso e os procedimentos operacionais relativos à consignação estão previstos na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008. O número de prestações não poderá exceder a 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas (corresponde a seis anos) e os juros não poderão ultrapassar 2,08% (dois vírgula oito por cento) ao mês para o empréstimo e 3% (três por cento) para o cartão de crédito. Importante considerar que os juros são menores dos que os praticados em outras modalidades de empréstimo, porque se tem a garantia antecipada de pagamento. A idade máxima para o acesso é de 79 anos, 11 meses e 29 dias. Aposentados e aposentadas do INSS podem ter até nove (9) contratos ativos.

O acesso a crédito consignado, de maio de 2014 a maio de 2015, subiu 16,4%. Com relação ao acesso pelas pessoas com mais de 61 anos, passou de maio de 2014 para maio de 2015, de 11,8% para 12,2%. Em pesquisa realizada em Barra do Pirai/RJ, 61% das pessoas

que acessaram crédito consignado, o fizeram para aquisição de bens materiais, reforma de imóvel e para o lazer. Já em pesquisa realizada em São Paulo e Porto Alegre, com 215 pessoas idosas, 37,7% delas declararam ter pelo menos um crédito consignado e o fizeram para ajudar algum familiar (razão mais frequente) e para fazer reforma em casa (segunda razão mais indicada).

Com relação ao meio rural, segundo informações desta pesquisa, entre 70% a 80% das pessoas idosas do meio rural acessam ao crédito consignado. Esse acesso pode acarretar um conjunto de problemas para as pessoas e para o meio rural. Os riscos com o endividamento são grandes porque as pessoas idosas, na sua maioria, não têm outra renda fixa além da aposentadoria que é de um (01) salário mínimo mensal.

Afora isso, dados da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (ANFIP) de 2011 apontam que mais de 70% (3.875) dos municípios brasileiros tem sua maior fonte pública de renda oriunda dos benefícios da previdência. Se não fossem os benefícios previdenciários, a maioria dos pequenos municípios com até 20 mil habitantes estaria vivendo muitas dificuldades econômicas. Assim, se há o endividamento, as pessoas deixam de consumir localmente, o que pode impactar em médio prazo a economia dos pequenos municípios.

Com relação a fala dos sujeitos, com relação ao crédito consignado, podem-se resumir em alguns eixos as considerações finais desta tese. O primeiro é de que é uma novidade para a agricultura camponesa, pois é recente sua legislação. A segunda afirmação é de que cumpre com dupla função, pois ao mesmo tempo em que garante certa segurança para as pessoas porque tem onde recorrer caso haja alguma necessidade imediata, também se apresenta como um risco tendo em vista que a pessoa do campo não tem outras rendas além da aposentadoria e, com o aumento do uso de medicamentos, somado ao fato de que precisam comprar mais coisas no mercado, pois já não conseguem mais produzir pelas suas condições físicas, pode não só provocar desequilíbrios para a reprodução da agricultura camponesa, como também, o endividamento das pessoas idosas que residem no campo.

O equilíbrio entre trabalho e consumo pode ser alterado, pois: se diminui o trabalho por conta das novas condições físicas; se permanece a mesma necessidade da produção de alimentos para se manter a família produtor; o dinheiro da aposentadoria que deveria suprir as necessidades, acaba sendo comprometida com outras demandas; não se dá conta de se adquirir o que não se consegue produzir. Assim, o acesso ao crédito consignado pode acarretar uma ação reversa no consumo das economias locais, pois se estimula o consumo

num primeiro momento, mas depois o freia, pois, as pessoas deixam de comprar no comércio local até o pagamento final da dívida.

Identificou-se a auto exploração do trabalho das pessoas idosas que além de trabalhar na lavoura, desenvolvem outros trabalhos para complementar a renda que está comprometida com a prestação do crédito.

No meio rural, o pouco acesso a informação, acarreta exploração e violência. Não ficar com a cópia do contrato aparece como uma realidade em dois, dos três municípios em que a pesquisa foi realizada. Isso implica em dizer que as pessoas não sabem quantos créditos ainda tem, quantas parcelas ainda tem para pagar e informações sobre a taxa de juros.

Somado a isso, parece existir certa negligência na informação por parte das financeiras. Todas as pessoas entrevistadas diziam que, para ter acesso a uma informação, tinham que ir ao INSS para saber. Só que o INSS não possui sede em pequenos municípios, pois o serviço que prestam é regionalizado.

A forma de abordagem das financeiras no meio rural é outro elemento síntese desta tese. Ir na casa das pessoas e realizar ligações são um *modus operandi* das empresas para com idosos e idosas camponesas.

O conjunto destas ações que envolvem situações financeiras que saem do controle, acabam adoecendo idosos e idosas, conforme verificado através desta pesquisa.

Com relação aos Movimentos Sociais, percebe-se o quanto são importantes na vida das pessoas que participaram deste estudo. Essa importância dialoga com sanar dificuldades materiais e concretas da vida, mas também subjetivas, de se encontrar e compartilhar entre aqueles e aquelas que são iguais, que pertencem a mesma classe de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto aparece muito forte o fato de movimentarem-se isso gera aprendizados. As pessoas mudam, bem como, mudam suas formas de se relacionar. Ampliam horizontes e percebem-se capazes de seguir aprendendo ao longo de suas vidas.

Percebe-se que o aprendizado individual é facilitado pelo uso de técnicas e metodologias que perpassam a ação coletiva. Assim, a aprendizagem conjunta e coletiva, contribui para que as pessoas mudem, ampliem seus horizontes e faz com que se percebam capazes de seguir aprendendo ao longo da vida.

Desta maneira, o papel educativo evidenciado ultrapassa as questões da vida financeira. O aprendizado dá pistas de que vai muito além disso e que, portanto, orienta a tomada de decisões e faz com que as pessoas idosas não se sintam sozinhas.

De outra maneira, percebe-se nos Movimentos Sociais uma possibilidade de trabalho importante, devido a esse processo de aprendizagem coletiva, na ressignificação dos

conhecimentos construídos ao lado das pessoas. Assim, promover uma educação financeira para idosos camponeses e idosas camponesas utilizando a metodologia baseada nos pressupostos da educação popular e que integra a prática dos Movimentos Sociais, baseada em relações de confiança, apoio e suporte, podem ser importantes no processo educativo ora identificado como uma necessidade.

No entanto, os Movimentos Sociais têm o desafio de ressignificar suas práticas educativas, formativas e de organização, de modo a contemplar a realidade que se apresenta no meio rural, discutindo temas como envelhecimento e crédito consignado, por exemplo.

Dito tudo isso, afirmo que também aprendi. Reconstruí olhares e me reencontrei com o campesinato. Aprendi a ampliar percepções sobre o envelhecimento no campo através da escrita e do registro das vozes das pessoas sobre suas vivências. Aprendi que o crédito consignado para pessoas que recebem até dois salários mínimos é importante pela segurança, mas que o acesso não planejado faz com que se rompa um conjunto de equilíbrios necessários para a manutenção e reprodução da agricultura camponesa. Reaprendi e reorganizei minha forma de conceber o aprendizado ao longo da vida e a partir da atuação em Movimentos Sociais.

Por último, não poderia deixar de trazer que a trajetória acadêmica dos sujeitos é permeada por um conjunto de relações. Integrar um Movimento Social, trabalhar e cuidar de filhos e filhas (embora com divisão de tarefas em casa com meu companheiro) foi muito desafiador no decorrer desta caminhada. Mas a minha trajetória não difere da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, por isso chego ao final deste processo fortalecida por ter conseguido escrever, produzir conhecimento e devolvê-lo para as pessoas que em mim confiaram e depositaram suas esperanças e alegrias.

Estar dentre aqueles e aquelas com quem me identifico e com eles produzir conhecimento me torna mais responsável e mais sensível com as dificuldades apresentadas e o quanto a caminhada na educação do e no campo, com Movimentos Sociais podem contribuir nos processos formais e informais de formação destes sujeitos camponeses. Deste modo, é na afirmação que finalizo esta experiência de pesquisadora. É na afirmação de que meu compromisso com estas pessoas segue e que suas vozes, seus risos e suas lágrimas estiveram e se fizeram presentes neste processo de escrita, que é teoria tecida e revestida da vida que ultrapassou a fronteira de números e dados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 1, jan./ago. 1999.

ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Abrasco: Rio de Janeiro, 2012. vol. 1: Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde.

ADONÁSIO, J. M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **Sexo Invisível: o verdadeiro papel da mulher na pré-história**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ALTAFIN, Iara G. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)>. Acesso em: 07 jan. 2015.

BRASIL. Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938. **Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BRASIL. Instrução Normativa INSS nº 28, de 16 de maio de 2008. **Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/INSS-PRES/2008/28.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.820, 17 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820.htm)>. Acesso em 20 mar. 2016.



BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas.** In: Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? 1ª edição. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 253–292.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CEFAÏ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). **Arenas públicas:** por uma etnografia da vida associativa. Niterói: UFF, 2011.

CHADDERTON, Chartlotte; TORRANCE, Harry. Estudo de caso. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2015.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. **Michael Aglietta:** da teoria da regulação à violenciada moeda. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2007.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres, luta e resistência:** em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CONTE, Isaura Isabel. **O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres:** Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México. 2014. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DEBERT, Guita G. **História de vida e experiência do envelhecimento para mulheres de classe média em São Paulo.** Cadernos do Ceru, São Paulo, n. 19, jun. 1984, p. 26-47.

\_\_\_\_\_. **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas.** Este artigo é uma versão modificada de trabalho apresentado no GT Cultura e Política da ANPOCS, em 1996, que foi beneficiado pelos comentários dos colegas que participaram do evento. Para a realização da pesquisa contei com financiamento do CNPq. Pg. 01-16

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: USP/FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Velhice e curso da vida pós-moderno.** Revista USP, n. 42, p. 70–83, junho/agosto 1999.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1º edição. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Estatísticas do meio rural.** Brasília: DIEESE/MDA, 2011.

DOLL, Johannes. Idosos do campo. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos.** Revista de Direito do Consumidor, v. 107, p. 309-341, 2016.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAO/INCRA (Food and Agriculture Organization/Instituto de Colonização e Reforma Agrária). **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

FARIA, Nalu (org); NOBRE, Miriam (org). **A produção do viver: ensaios de economia feminista.** São Paulo: SOF, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. A diversidade das formas das lutas no campo.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: Reunião Anual da Anped, 21., 1998, Caxambu.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. Pesquisar, participar: sensibilidades pós-modernas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante:** o saber da partilha. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

HAVIGHURST, Robert J. Developmental tasks and education. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>> - acesso em 29 de maio de 2018 às 08h50.

<<https://www.anfip.org.br/>> - acesso em 18 de junho de 2018, às 19h49

<<https://bxblue.com.br/aprenda/credito-consignado-para-aposentados-inss/>> - acesso em 25 de maio de 2018 às 10h56.

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado-do-bugre/panorama>> - acesso em 17 de junho de 2018 às 16h31.

<<https://estado.rs.gov.br/presidente-da-emater-rs-vistoria-lavouras-atingidas-pela-seca-na-regiao-noroeste-do-rs>> - acesso em 17 de junho de 2018, às 13h23.

<[http://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/segurados\\_especiais.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/segurados_especiais.htm)> - acesso em 06 de junho de 2018, às 11h45.

<<http://www.hortibrasil.org.br/images/stories/biblioteca/Cartilha%20Nota%20Fiscal%20do%20Produtor.pdf>> – acesso em 09 de junho de 2018, às 10h13.

<<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> - acesso em 29 de maio de 2018 às 08h35.

<<https://journals.openedition.org/confins/10548?lang=pt#tocto1n1>> – acesso em 29 de maio de 2018, às 09h34.

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656746/artigo-187-da-constituicao-federal-de-1988>> - acesso em 17 de junho de 2018 às 13h01

<[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%2014-15.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%2014-15.pdf)> – acesso em 17 de junho de 2018, às 13h05.

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> - acesso em 17 de junho de 2018, às 13h10.

<<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>> - acesso em 25 de maio de 2018 às 20h12.

<<http://www.mpabrazil.org.br/>> - acesso em 25 de maio de 2018, às 20h22.

<<https://www.safrasecifras.com.br/aposentadoria-rural-segurado-especial-x-contribuinte-individual-rural/>> - acesso em 06 de junho de 2018, às 11h44.

<<http://www.valor.com.br/brasil/2919908/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge>> - acesso em 17 de junho de 2018 às 14h03.

<<https://viacampesina.org/es/>> - acesso em 25 de maio de 2018, às 19h50.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> . Acesso em: 14 fev. 2016.

JAHN, Elisiane de Fátima. **Mulheres idosas e suas leituras camponesas**. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

LEMON, Bruce; BENGTON, Vern; PETERSON, James. An exploration of the activity theory of aging: activity types and life satisfaction among in-movers to a retirement community. **Journal of Gerontology**, Washington, v. 27, n. 4, p. 511-523, 1972.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Carlos Teixeira da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP/NEAD, 2009. p. 117-134.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. *Gênero e trabalho rural*. In: BUTTO, Andrea (Org). Estatísticas rurais e a economia feminista. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 32-121.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Identificação do beneficiário da agricultura familiar do Programa Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario\(a\)agricultura-familiar](http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario(a)agricultura-familiar)>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MMCRS (Movimento das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul). **Resoluções da VI Assembleia do MMCRS**. 2005.

MMCRS/NEA-UFRGS (Movimento das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul/Núcleo de Economia Alternativa-UFRGS). **Economia (in) visível das mulheres camponesas**. 2012.

MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). **Apresentação do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1024963/1350032/AMARO,%20A.+Apresent.+Embrapa.+Dez.-13.pdf/c6ac3c95-c1ff-433f-acf5-0978e25f6a6e>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MORAIS, E.P.. RODRIGUES, R.A.P, GERHARDT, T.E. **Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho**. Florianópolis: Texto Contexto Enfermagem, 2008 – abril-junho - págs.: 374-383

NETTO, Matheus P. **Gerontologia, a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

NIEDERLE, Paulo A.; FIALHO, Marco Antônio V.; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 9-24, 2014.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **Fragments do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novos mercados de**

**consumo?** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5., 2007, Braga (Portugal). **Actas...** Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008. p. 787-796.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** São Paulo: UNESP/NEAD, 2009. p. 57-72.

RINCO, M., Lopes, A.; DOMINGUES, M.A. (2012, dezembro). **Envelhecimento e Vulnerabilidade Social: discussão conceitual à luz das políticas públicas e suporte social.** Revista Temática Kairós Gerontologia. São Paulo: dezembro de 2012. Pg. 79-95.

SANTOS, Valdir Júnior dos; LOPES, Tatiane da Silva. A onda idosa e o envelhecer no campo: dilemas e paradoxos contemporâneos do Sistema de Seguridade Social na América Latina. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** . Porto de Galinhas-PE, 2010. p. 1 - 25.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, fev. 2003.

SCHNEIDER, Rodolfo H; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, vol. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008.

SERASA. Estudo inédito da SERASA revela onde estão os idosos inadimplentes no Brasil. Disponível em: <http://www.serasaconsumidor.com.br/estudo-inedito-da-serasa-revela-onde-estao-os-idosos-inadimplentes-no-brasil/>. Acesso em: 06 mar. 2016.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Revista Nera**, São Paulo, v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILIPRANDI, Emma C. Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver.** São Paulo: Sempreviva Organização feminista, 2003.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Lourdes Helena da; COSTA, Vânia Aparecida e ROSA, Walquíria Miranda. **A educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária: desafios da formação de educadores do campo.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a09.pdf>>, acesso em 17/06/2018 as 14h35

SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). 57% dos consumidores da terceira idade não têm qualquer reserva de dinheiro, aponta SPC Brasil. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/219>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD), 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIA CAMPESINA DO RIO GRANDE DO SUL. **Por um programa de promoção, valorização e sustentabilidade da agricultura camponesa**. Porto Alegre, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Sr(a).

Estou desenvolvendo uma pesquisa de doutorado em educação, sob orientação do Prof. Dr. Johannes Doll, Faculdade de Educação/UFRGS, que visa compreender o papel educativo que os Movimentos Sociais cumprem na vida financeira de idosos camponeses e idosas camponesas, cujo título é “O campesinato no Rio Grande do Sul e o Crédito Consignado: o papel educativo dos Movimentos Sociais da Via Campesina em relação a vida financeira de idosos camponeses e idosas camponesas”. Você está sendo convidado/convidada para participar deste estudo.

Sua participação se dá através de uma entrevista com perguntas a respeito das suas opiniões em relação a agricultura familiar e camponesa, ao envelhecimento, ao acesso a crédito consignado e ao consumo no meio rural. É importante que você saiba que sua participação é voluntária e que você pode interrompê-la a qualquer momento ou recusar-se a autorizar o estudo, sem qualquer consequência para você.

Os dados de identificação serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos propostos para a tese de doutorado, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

Por se tratar de uma entrevista, há somente um risco mínimo de causar certo desconforto em relação ao assunto abordado. Estarei sempre à disposição para qualquer esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a este estudo. No momento em que desejar me contatar, isso pode ser feito através do telefone (51) 9-8427 4193. Em caso de dúvida pode-se fazer contato com a Faculdade de Educação/UFRGS (51) 3308.4144, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, (51) 3308.3738.

Peço sua assinatura neste consentimento para confirmar a sua compreensão em relação a este convite e sua disposição a contribuir na realização desta pesquisa, em concordância com a Resolução CNS n° 466/12 que regulamenta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

Desde já agradecemos a sua atenção.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste consentimento, declaro que compreendi o objetivo deste estudo e confirmo o interesse em participar desta pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

**ANEXO 2**  
**INSTRUMENTO DE ENTREVISTA**

**Tese de doutorado:** Elisiane de Fátima Jahn

**Orientador:** Johannes Doll

**Tema:** o campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação a vida financeira de idosos camponeses e idosas camponesas

<b>Cidade</b>		<b>Data</b>		<b>Onde foi realizada</b>	
---------------	--	-------------	--	---------------------------	--

**Bloco 1: Dados pessoais e local de moradia**

Nome	
Idade	
Estado Civil	<input type="checkbox"/> Casad@ <input type="checkbox"/> Viúv@ <input type="checkbox"/> Separad@ <input type="checkbox"/> Solteir@ <input type="checkbox"/> Separad@ <input type="checkbox"/> União Estável
Etnia	
Filhos/as	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos _____ <input type="checkbox"/> Mulheres <input type="checkbox"/> Homens
Netos/as	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos _____ <input type="checkbox"/> Mulheres <input type="checkbox"/> Homens
Endereço	
Escolaridade	Foi para a escola? Quantos anos?
Profissão	
Aposentado	
Telefone	

**Local de moradia**

Quanto tempo reside neste local	
Própria	
Alugada	
Arrendada	
Cedida	

Quem reside na	<input type="checkbox"/> Sozinh@	<input type="checkbox"/> Parceir@	<input type="checkbox"/> Filh@s	<input type="checkbox"/> Net@s
----------------	----------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------	--------------------------------



propriedade/casa				
------------------	--	--	--	--

### **Bloco 2: Ser idosos@ no meio rural**

- Me conte como é a vida aqui (no meio rural) /viver no campo, relação com a comunidade, vizinhança/
- Como é ser mais velho (a) e viver no campo?
- Me conte como é seu dia. Relate um pouco de seu cotidiano durante a semana. E nos finais de semana?
- Quando necessita de algum auxílio (para ir ao médico, para ir receber a aposentadoria, para ir na missa/culto, etc.), a quem geralmente recorre (identificar o tipo de auxílio)?
- Tem dificuldades em se viver no campo, sendo idosos@ hoje? Quais?
- Se fosse dar um conselho, o que diria para outras pessoas sobre a vida no meio rural?

### **Bloco 3: Movimento social**

- O que te motivou a entrar no movimento social?
- Há quanto tempo faz parte dessa organização?
- Participa de reuniões, de quanto em quanto tempo?
- No movimento social, se discutem questões relacionadas aos direitos, sobre o meio rural etc.? E sobre o envelhecimento? Questões financeiras? Diferentes tipos de crédito para idosos@s?
- O que você aprendeu, durante esse tempo, participando de um Movimento Social?
- O que é importante no Movimento Social pra ti?

### **Bloco 4: Situação Financeira**

<b>Renda pessoal</b>	<b>mensal</b>	Menos de	1-2 SM	2-4 SM	4-6 SM	6-10 SM	Acima disso
		1SM (965,00)	(965- 1.930)	1.930- 3.860	3.860- 5.790	5.790- 9.650	

<b>Renda mensal família</b>	1-2 SM	2-4 SM	4-6 SM	6-10 SM	Acima disso
-----------------------------	--------	--------	--------	---------	-------------

<b>Fontes</b>	Trabalho na roça	Trabalho na cidade	aposentadoria	pensão	Benefício	Outras fontes
---------------	------------------	--------------------	---------------	--------	-----------	---------------

<b>Gastos</b>	Gasto mais do que ganho	Gasto igual	Gasto menos
---------------	-------------------------	-------------	-------------

<b>Chega ao final do mês com dinheiro ainda?</b>	Sim	Não
--	-----	-----

<b>Costuma manter um controle dos gastos mensais?</b>	Sim	Não	Como?
---	-----	-----	-------

<b>Quem contribui para pagar as despesas de casa?</b>				
Própria pessoa	Parceir@	Filh@s	Net@s	Outr@s

<b>Quem decide os gastos, cuida do dinheiro em casa?</b>				
Própria pessoa	Parceir@	Filh@s	Net@s	Outr@s

<b>Recebe dinheiro de alguém (filh@, net@...)</b>	
Sim	Não
Se sim, porque e para que?	

### Bloco 5: Dívidas

<b>Possui dívidas</b>	Sim	Não
Cheque especial		
Cartão de crédito		
Crédito consignado		
Empréstimo com banco ou financeira		
Pronaf		
Prestações		

**Para que finalidade?**

**Alguma destas dívidas foi feita para ajudar outras pessoas?**

**Bloco 6: Dívidas em atraso:**

<b>Você possui prestações mensais em atraso que não consegue pagar? Se sim, desde quando?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
---	------------	------------

<b>Qual o percentual (quanto/valor) da sua renda mensal está comprometida com estas prestações em atraso (dívidas)?</b>	
---	--

<b>Aconteceu algum evento em sua vida que levou as dívidas a se acumularem e você não conseguiu mais pagá-las?</b>	
--	--

<b>Já renegociou as prestações alguma vez?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Você já procurou auxílio para a sua situação?</b>	<b>Sim (onde)</b>	<b>Não</b>

**Bloco 7: Crédito consignado**

- Já pediu dinheiro emprestado ou contratou crédito consignado?
- Atualmente quantos tem?
- Como ficou sabendo da informação sobre crédito consignado?
- Porque fazer um crédito consignado? /Para que utilizou o dinheiro que tomou emprestado/
- Quando contratou compreendeu as normas do contrato?
- Quando contratou crédito consignado, sentiu diferença na aposentadoria/pensão? Teve que cortar gastos? Cortou o que?
- Como está sendo pagar?

- A vida mudou alguma coisa depois do acesso?
- Como ficaram suas relações após contrair a dívida?
- O que foi bom?
- O que não foi tão bom?
- Pegaria um novo empréstimo? Por quê?
- Indicaria para outra pessoa? Por quê?

### ANEXO 3

#### ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS LOCAIS

- Me conte como foram os procedimentos que utilizou para chegar nestes idosos/as que serão entrevistados/as.
- Quais foram as fontes de informação que utilizou (para poder fazer o mapeamento destes idosos/as que serão entrevistados/as)?
- Há fontes de informação, no município (sindicato, banco, grupos de terceira idade), para que as pessoas possam esclarecer dúvidas sobre estes empréstimos?
- Se fosse dizer, em dados gerais, qual seria a percentagem (estimada) no município, de pessoas idosas que acessaram o crédito consignado? E destas, tem pessoas que são da base do Movimento (é possível dizer quantas)? Tem diferenças entre o gênero e o fenótipo (a cor da pele)?
- Como dirigente, possui algum comentário a fazer sobre este tema, sugestão de trabalho com idosos/as camponeses/as?